

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

O Processo Migratório para o Interior Paulista: o caso de Rio Claro

Rosangela de Fatima Corrêa Fileni

Orientador: **Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira**

Co-orientador: **Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza**

Dissertação de Mestrado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção
do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro, Maio de 2004.

Aos Meus Avós,
Os mais lindos migrantes que eu já conheci...

“É certo que o ser humano precisa de um espaço fechado onde possa fixar suas raízes e como uma semente, vir a ser. Mas também precisa da grande Via Láctea no alto do céu e Dos vastos espaços marinhos, embora nem as estrelas nem o Oceano sirvam as suas necessidades diárias....”

(Antoine De Saint-Exupéry)

Agradecimentos:

Agradeço a todos aqueles que sempre acreditaram em mim, e que me ajudaram muito no desenvolvimento deste trabalho, amo vocês!!!!. É bem verdade que seria um tanto difícil agradecer a todos que merecem...mas enfim vamos lá ...

Celso, nunca se esqueça que você é o amor da minha vida, obrigada por tudo e obrigada por fazer parte da minha vida . “O amor não consiste em duas pessoas olharem uma para a outra, mas olharem juntas na mesma direção” (Antoine de Saint-Exupéry).

Ao Eliandro, meu irmão querido, obrigada por seres exatamente quem és...te amo!

A Cibelle, minha irmã que fala com o olhar, e que olhos lindos você tem...

A minha Mãe sempre presente, sempre incentivando, lutando, não é por acaso que és Maria....

Ao meu pai, Nézio, que mesmo distante, do seu jeito se faz presente...

A Sonia e ao Jefferson que sempre estiveram bem aqui dentro do meu coração...

As minhas irmãs de coração Silvana, Sara e Rosana...vocês são as melhores amigas que eu poderia ter...

As outras irmãs de coração Ione e Dimara, vocês foram as primeiras...amo vocês...

Não poderia deixar de falar da Giseli, Hosana e da minha “Mãe Genérica” D. Neusa...

As meninas do CCAA, Érica, Flávia e Neusa que sempre me livram dos apuros do dia a dia

A Priscila que me ajudou na coleta de dados, obrigada...

A Mayra e o Bruno....vocês são muito especiais....e é claro que o Thalys e a Gabi também são muito importantes...

Ao Paulo do Cartório, a Katia e as meninas, que sempre me atenderam prontamente....

Ao Professor Enéas que me deixou “livre para voar”, obrigada...foi um grande amadurecimento....

Ao Arnaldo, obrigada por tudo aquilo que você enquanto “Jesus Genérico” fez...

A Meire da biblioteca se mais pessoas no mundo fossem como você, não existiria tanto sofrimento....obrigada

A Maica pelo seu bom humor....

Ao Jorge do IBGE de São Paulo, por sua ajuda na coleta de dados....

A Eliana da Pós, por estar sempre pronta a ajudar...

E a Professora Magda, por seu empenho em ajudar sempre...

Enfim agradeço a todos que tornaram possível a realização deste trabalho.
Beijos no coração de cada um de vocês...

SUMÁRIO

Índice.....	i
Índice de Tabelas.....	iii
Índice de Gráficos.....	v
Índice de Mapas.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
I- Introdução.....	01
II- Material e Método.....	03
Capítulo III - Pressupostos Teóricos - Primeiras Reflexões.....	05
Capítulo IV - Os Fluxos Migratórios E Sua Participação No Processo De Desenvolvimento Urbano/Industrial Brasileiro: O Caso De São Paulo.....	19
CAPÍTULO V- O DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO: Uma retrospectiva histórica.....	68
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
VII – REFERÊNCIAS.....	122

ÍNDICE

I-INTRODUÇÃO	01
II – MATERIAL E MÉTODO	03
III CAPÍTULO III - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS - PRIMEIRAS REFLEXÕES.....	05
<u>III.1 - A Expansão Internacional Da Indústria.....</u>	<u>13</u>
<u>III.2- O Papel Da Produção Flexível No Contexto Da Desconcentração Industrial.....</u>	<u>15</u>
Capítulo IV - Os Fluxos Migratórios E Sua Participação No Processo De Desenvolvimento Urbano/Industrial Brasileiro: O Caso De São Paulo.....	19
<u>IV.1 Origens da Indústria no Estado de São Paulo.....</u>	<u>28</u>
<u>IV.2- A Desconcentração/Descentralização Da Indústria Paulista.....</u>	<u>33</u>
<u>IV.3 - A inter-relação entre o processo de industrialização e a distribuição da população no Estado de São Paulo.....</u>	<u>38</u>
<u>IV.4- A Região Metropolitana De São Paulo Como Um Espaço Perdedor.....</u>	<u>40</u>
<u>IV.5 - Áreas de absorção populacional do Interior do Estado de São Paulo.....</u>	<u>51</u>
<u>IV.6-A Importância do Eixo Rodoviário no Contexto do Processo de Industrialização Brasileira.....</u>	<u>55</u>
CAPÍTULO V- O DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO: Uma retrospectiva histórica.....	68
<u>V.1- Rio Claro Como Espaço Ganhador De População.....</u>	<u>80</u>
<u>V.2- O papel do Município de Rio Claro no contexto migratório nacional.....</u>	<u>83</u>
<u>V.3 -As trocas migratórias entre as Regiões de Governo do Estado de São Paulo e o Município de Rio Claro.....</u>	<u>95</u>
<u>V.4 -A Estruturação do espaço urbano de Rio Claro diante do processo migratório.....</u>	<u>108</u>
<u>V. 5- Análise dos dados da população migrante quanto sua distribuição pelos bairros de Rio Claro.....</u>	<u>113</u>
<u>V.6- Análise dos dados quanto ao grau de instrução da população migrante.....</u>	<u>118</u>
<u>V. 7- Análise da ocupação da população migrante 1999-2003.....</u>	<u>120</u>

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS.....	122

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I - Estado de São Paulo: Valor da Produção Industrial1940-1985.....	37
TABELA II – PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB – REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS – 1970/1985.....	59
TABELA III – EMPRESAS IMPLANTADAS EM RIO CLARO – 1997/ 2003.....	74
TABELA IV– SALDOS MIGRATÓRIOS SEGUNDO NÚCLEO E ENTORNO – ESTADO DE SÃO PAULO, RMSP, INTERIOR, RIO CLARO.....	82
TABELA V – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR ESTADO DE ORIGEM – 1999/2003.....	85
TABELA VI - NÚMEROS ABSOLUTOS SEGUNDO ESTADOS SELECIONADOS DE NASCIMENTO E DE ORIGEM – 1999/2003.....	87
TABELA VII – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS E REGIÃO DE GOVERNO DE RIO CLARO – 1970/2000.....	97
TABELA VIII – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS, DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO e DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	111
TABELA IX – BAIRROS IMPLANTADOS EM RIO CLARO A PARTIR DA DÉCADA DE 70.....	114
TABELA X – GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE PARA RIO CLARO – 1999/2003.....	119

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I - POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.....	24
GRÁFICO II - TAXAS DE CRESCIMENTO A.A. EM % PARA O ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.....	24
GRÁFICO III - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.....	25
GRÁFICO IV - SALDOS MIGRATÓRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.....	26
GRÁFICO V - PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO NO CRESCIMENTO ABSOLUTO.....	27
GRÁFICO VI. - CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO VALE DO PARAÍBA, SOROCABA, CAMPINAS, RIBEIRÃO PRETO E BAURU (EM PORCENTAGEM).....	34
GRÁFICO VII – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ARAÇATUBA, PRESIDENTE PRUDENTE E MARÍLIA.- 1980-1987 – (EM %).	34
GRÁFICO VIII – VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1940 – 1985 (%).	37

GRÁFICO IX - MAIORES GANHOS POPULACIONAIS EM RELAÇÃO A RMSP – DÉCADA DE 80. (EM MIL).....	43
GRÁFICO X – PARTICIPAÇÃO REGIONAL na COMPOSIÇÃO do PRODUTO INTERNO BRUTO/BRASIL, REGIÕES e ESTADOS SELECIONADOS 1970 a 1985.....	58
GRÁFICO XI – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA INDÚSTRIA RIO-CLARENSE NOS ANOS DE 1940/1970/1980.....	71
GRÁFICO XII - GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE – 1999/2003.....	119

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA I - TROCAS MIGRATÓRIAS COM A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO ANOS 70.....	45
MAPA II - TROCAS MIGRATÓRIAS COM A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO ANOS 80.....	46
MAPA.III - DAS TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1991- 1996.....	48
MAPA IV - MAPA DA SITUAÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS ENTORNOS REGIONAIS – REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	50
MAPA V - - ÁREAS DE ABSORÇÃO REGIONAL.....	52
MAPA VI - PÓLOS REGIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. 1981 – 1991.....	54
MAPA VII – ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE 1999	90
MAPA VIII – ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE 2000	91
MAPA IX– ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE 2001	92
MAPA X – ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE 2002	93
MAPA XI – ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE 2003	94
MAPA XII – TROCAS MIGRATÓRIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E AS REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	99
MAPA XIII – TROCAS MIGRATÓRIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E AS REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	101

MAPA XIV – ESPAÇOS PERDEDORES DE POPULAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE RIO CLARO, SEGUNDO AS REGIÕES DE GOVERNO – 2001.....	103
MAPA XV – TROCAS MIGRATRÓRIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E AS REGIÃO DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2002.....	105
MAPA XVI – TROCAS MIGRATÓRIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E AS REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	107
MAPA XVII – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELOS BAIRROS DE RIO CLARO- SP 1999/2003.....	117

RESUMO

O objetivo deste trabalho de pesquisa é discutir o papel que a cidade de Rio Claro tem no processo de interiorização da indústria no Estado de São Paulo. Este processo começou mais efetivamente no início da década de 70. Também se faz nosso objetivo mostrar que por causa do espraiamento da indústria houve um aumento no fluxo migratório em todo Estado de São Paulo, inclusive Rio Claro. Nós buscamos mostrar que o processo migratório trouxe transformações para as pequenas e médias cidades do Estado de São Paulo, entre as quais Rio Claro está inserida.

ABSTRACT

The objective of this research is to discuss the paper that Rio Claro city has in the process of the interiorization of the industry in São Paulo State, that started more effectively in early 1970. Also it was our objective to show that because of the spread of the industry there was an increase in the migratory process, in all over the State, including in Rio Claro city. We tried to show that the migration process has brought a lot of transformation to the small and medium cities in São Paulo State, including Rio Claro.

I - INTRODUÇÃO:

Ao analisarmos a cidade podemos entendê-la como a expressão concreta de processos sociais na forma de ambiente físico construído sobre o espaço geográfico e como expressão destes processos, a cidade reflete as características da sociedade. Tal definição tem como mérito à abrangência tanto de pequenas cidades como de metrópoles modernas.

As grandes metrópoles podem ser definidas como produtos da economia de mercado, que sofrem influência direta e/ou indireta da industrialização e da sociedade em seu desenvolvimento. Podemos afirmar ainda que a metrópole constitui-se num importante local de acumulação de capital onde as condições para reprodução da força de trabalho podem ser mais plenamente realizadas. Quanto aos processos sociais, podemos salientar que os mesmos produzem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano dando origem ao seu processo de organização caracterizado por diferentes usos do solo (industrial, comercial, residencial etc.), bem como pelas interações que acontecem em consequência do seu uso diversificado.

Embora possa parecer que o crescimento urbano ocorra de forma a se aproximar do caos, isso não se constitui em completa verdade, pois existem muitas razões históricas que explicam este crescimento aparentemente desordenado.

A evolução urbana do interior do Estado de São Paulo vem sofrendo um processo de evolução constante em que se destaca o surgimento de cidades no século XIX e consolidação de algumas delas em importantes centros regionais a partir de meados do século XX. Nesta perspectiva, o interior do Estado passa a funcionar como pólo de atração de investimentos da indústria e conseqüentemente de migrantes.

Analisando o processo de migração para o interior paulista, em especial para a cidade de Rio Claro, observa-se que esta cidade tem sido lócus atrativo de população desde seus primórdios e tem tido um papel expressivo no desenvolvimento do Estado de São Paulo. A princípio como pouso de tropas que se dirigiam para o Sul das Minas

Gerais, depois como frente pioneira na expansão do café – quando recebeu as oficinas da antiga Cia Paulista de Estradas de Ferro – e, mais recentemente, como centro de recepção de indústrias no processo de desconcentração industrial de São Paulo.

A industrialização de Rio Claro, mais especificamente no período pós 1970, manifestou-se como um processo atrativo de população que vem se intensificando, desde então, e se mostrando como uma problemática interessante do ponto de vista científico.

II – MATERIAL E MÉTODO

A determinação dos procedimentos metodológicos em todo trabalho de pesquisa é fundamental, para que haja confiabilidade nos resultados obtidos. Neste sentido, optou-se em um primeiro momento por se fazer um levantamento que poderia ser chamado de documental, onde foram obtidos dados estatísticos de variadas fontes, quais sejam: FIBGE, SEADE, Prefeitura Municipal de Rio Claro, Núcleo de Estudos de População - NEPO. Tais dados adequadamente tabulados, permitiram importantes conclusões a respeito da maneira como se deu a participação do Município de Rio Claro, no processo de Interiorização da Indústria Paulista.

Para formação do Banco de Dados para o Município de Rio Claro, foram utilizadas as informações contidas nos Cartórios Eleitorais através da coleta de dados das informações contidas no Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, utilizado pelos cartórios eleitorais para o alistamento, para transferência, bem como para revisão do título eleitoral.

A utilização deste documento se justifica, por ser extremamente confiável, uma vez que para o requerimento do título eleitoral, há necessidade de se comprovar residência por pelo menos seis meses, além de ser obrigatória a apresentação de um documento de identificação.

Além do mais, as informações contidas neste documento destacam itens como: nome completo, idade, sexo, grau de instrução, o estado civil, município de nascimento, Estado de origem, Estado de nascimento, ocupação principal, endereço, tempo de residência em Rio Claro. Cada um destes itens são fundamentais para a análise a que se propõe este trabalho de pesquisa de se identificar o perfil do migrante que se dirigiu para este município.

Há que se salientar que para este trabalho de pesquisa foram cadastradas 7.000 (sete mil) RAE's, dentre as quais 6680, foram tabuladas e serviram de embasamento para a análise que se pretende fazer a respeito do perfil do migrante. Informações como Município de Origem e Estado de Origem, foram fundamentais no sentido de se determinar a maneira como se comporta o fluxo migratório dentro do Estado de São Paulo.

Foram pesquisadas as RAE's do 2º Cartório Regional Eleitoral, Zona 288, para os anos de 1999/2000/2001/2002 e 2003, os dados dos anos anteriores já não estavam mais disponíveis, pois são descartadas ao completarem cinco anos. Para a coleta destes dados foram manuseadas mais de 11.000 RAE's (foram manuseados todos os requerimentos encontrados nos arquivos do cartório), dentre os quais foram descartados aqueles que se referiam a pessoas nascidas em Rio Claro, bem como os requerimentos que se referiam a revisão do título eleitoral, sendo que este último foi descartado por haver a possibilidade de uma pessoa aparecer cadastrada em anos diferentes, principalmente por conta de perda, roubo do Título Eleitoral, casamento ou divórcio, pois em qualquer uma dessas duas últimas situações, os indivíduos do sexo feminino podem ter seus nomes modificados.

Finalmente, há que se salientar a importância do levantamento bibliográfico, sem o qual não se poderia compreender e analisar toda esta gama de dados levantada.

Capítulo III - Pressupostos Teóricos - Primeiras Reflexões

A análise inicial dos movimentos populacionais deu-se com Ravenstein, em 1885 e foi marcada por uma associação entre atividades econômicas e deslocamento espaciais de grupos sociais específicos, sendo que a regularidade do processo migratório foi analisada segundo dados estatísticos. As informações levantadas por Ravenstein diziam respeito à distância, à existência de correntes e contra-correntes, à maior migração feminina, à existência de movimentos migratórios sucessivos a partir de um centro industrial ou comercial.

A teoria dos anéis concêntricos, elaborada por Burgess (1964) significava a busca de um equilíbrio entre a oferta e a demanda da força de trabalho. A busca de mão de obra para os centros industriais e comerciais impulsionou em um primeiro momento as correntes migratórias.

As formulações propostas por Ravenstein, indicam de fato, a necessidade do capitalismo em expansão poder contar com uma população trabalhadora que estivesse disponível para suprir as necessidades do sistema produtivo. Tem-se deste modo, que a expropriação dos meios de produção e, portanto, a venda de sua força de trabalho, constituíam-se requisitos fundamentais para sua expansão.

Na Revolução Industrial, mormente na Inglaterra, podemos encontrar explicações para o desenvolvimento da indústria e a sua relação com os fluxos migratórios, uma vez que no período anterior ao da Revolução a grande maioria da população européia nascia e morria no mesmo lugar. Existia, naquele período, uma rigidez entre os limites da zona rural e urbana, sendo que, a população mundial, em quase sua totalidade, era rural. O processo de industrialização trouxe mudanças irreversíveis para este cenário, uma vez que houve um aumento bastante significativo da população urbana, em detrimento da população rural.

A partir do final do século XV, a terra passa a ser objeto de compra e venda e, conseqüentemente, acaba por se concentrar nas mãos de poucos, além disso, a produção agrícola, em função da melhoria das técnicas de cultivo, volta-se para o

mercado. Essas mudanças fazem com que artesãos e camponeses passem à condição de trabalhadores assalariados, por conta da expropriação dos meios de produção, sofrida tanto pelos artesãos quanto pelos produtores rurais.

A exclusão dos pequenos camponeses e sua migração para os centros urbanos ocorrem com a implantação da indústria moderna no século XVIII, que eliminou quase que definitivamente a indústria doméstica. Suprimidos os obstáculos a mercantilização da força de trabalho, surgiram às condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Tem-se deste modo que a indústria espelha além de uma forma técnica de organizar a produção, mas sintetiza uma dinâmica de acumulação eminentemente capitalista.

A análise deste processo vincula o processo migratório à formação de um exército de trabalhadores de “reserva”. A este respeito PATARRA (1997, p. 31), afirma que: “A gênese da questão migratória na sociedade industrial, portanto, é inerente à formação do excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista”.

A partir desta perspectiva, são os ciclos de acumulação do capital que determinam a maior ou a menor capacidade de absorção do excedente populacional. Com este movimento, muitos mecanismos de regulação da oferta de trabalho puderam ser acionados, quais sejam:

- Intensificação da jornada de trabalho;
- Aproveitamento do trabalho de mulheres e crianças;
- Desenvolvimento tecnológico.

Deste modo é a reprodução do capital que comanda a revolução permanente da estrutura ocupacional. Além disso, tem-se ainda a queda da mortalidade que acompanhou a Revolução Industrial e promoveu grandes correntes migratórias internacionais no século XIX. Em se tratando dessas correntes migratórias, pode-se afirmar que foram fatores diferenciados que as impulsionaram por toda Europa.

Enquanto na Inglaterra as emigrações encontram sua fundamentação na dinâmica do capitalismo no campo, nos demais países europeus o desenvolvimento do capitalismo sofreu restrições, tanto de cunho institucional, quanto de cunho produtivo. Prova disso é que o contingente de força de trabalho advindo do campo, por conta de sua reestruturação, não implicou em sua absorção pelo setor industrial. Este contingente não absorvido pelo processo de industrialização europeu foi direcionado para as migrações internacionais.

É inegável que as transformações ocorridas no capitalismo europeu no século XIX, tiveram influência direta na organização do mundo colonial, bem como em suas áreas de alcance. Neste contexto, o Brasil, então colônia de Portugal, não ficaria aparte. Mesmo que de modo tardio, as transformações foram caracterizadas por uma política migratória em que houve a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado do imigrante. Os primeiros imigrantes a chegarem ao Brasil foram os alemães depois os italianos, atraídos para o sul do país.

O fator preponderante para o incentivo da imigração para o Brasil em larga escala, deve-se principalmente à grande dificuldade de atrair mão de obra nacional para a lavoura cafeeira. Não que ela não existisse, mas não estava disponível enquanto mão-de-obra assalariada. A este respeito CARDOSO DE MELLO (1982:77) afirma que “Há *homens*, mas o *mercado de trabalho* está *vazio*, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos pelo capital”.

A formação de um mercado de trabalho se dá basicamente pela expropriação dos meios de produção. No Brasil, por conta da escravidão, isso não ocorreu dessa forma, além do mais havia possibilidade de se sobreviver na cidade, mesmo que de forma marginalizada.

O destino dos fluxos migratórios no Brasil, a partir do século XIX, orientou-se principalmente para as necessidades do cultivo do café no Estado de São Paulo, até então o Estado brasileiro mais carente de mão de obra. A região Oeste do Estado teve seu desenvolvimento possibilitado pelo deslocamento de imigrantes, não somente para o cultivo, bem como para a criação de infra-estrutura necessária para a expansão do café.

Segundo PACHECO (1997:34):

“O ponto culminante da migração européia para o Brasil ocorreu nas últimas décadas do século XIX; entre 1877 e 1903 entraram no Brasil aproximadamente dois milhões de imigrantes, predominando a migração italiana, cujo montante teria alcançado metade deste total”.

As migrações internas se intensificaram a partir da década de 30, em virtude principalmente das transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, deixando em segundo plano as migrações internacionais. Em um primeiro momento, dirigia-se majoritariamente para São Paulo, seduzidas pelo desenvolvimento industrial e pela expansão da agricultura. O desenvolvimento da região Centro-Sul bem como a integração do mercado interno trouxe o crescimento não só das cidades industriais, mas também um crescimento em todo território nacional.

A consequência imediata deste processo é a expulsão da população rural, seja por conta da implantação de novos meios de produção ou pela concentração fundiária, ou ainda por sua incorporação ao meio urbano através do trabalho assalariado. Pode-se afirmar que os efeitos deste processo migratório foram bastante diversificados, pois além das migrações para os centros urbanos e dos movimentos inter-regionais, pode-se observar também um movimento no sentido das fronteiras agrícolas.

A partir da década de 60, verifica-se uma redefinição dos fluxos migratórios no Brasil, pois ocorre o reordenamento da população no espaço. Este reordenamento dá-se de duas formas: de um lado a expansão populacional em direção as áreas de fronteiras agrícolas e de outro a atração exercida pelos centros urbanos. A década de 70 caracteriza-se pelo “colapso” das fronteiras agrícolas como pólo de atração e fixação de população, em contraposição, às áreas metropolitanas, principalmente a de São Paulo, que se consolidavam ainda mais como destino dos fluxos migratórios.

A diversidade regional da economia brasileira é indiscutível, parte disso ocorre por conta da forma como historicamente se deu a ocupação do território nacional, por ciclos primário-exportadores, sendo que cada um deles se desenvolveu em uma determinada região e que possuíam vínculos mercantis inexpressivos. É a partir de 1930, com a intensificação do processo de industrialização que se verifica uma lenta unificação do mercado nacional. A primeira fase deste processo – entre 1929/1933 e 1960 foi eminentemente de cunho mercantil e voltada para o capital concentrado em São Paulo. (LENCIONI, 1998). Inúmeros foram os esforços no sentido de viabilizar este processo:

- Eliminação de impostos interestaduais;
- Melhoria do sistema de transportes
- Criação de políticas e instituições nacionais que pudessem arcar com problemas de custo, subsídios e preços de uma série de produtos regionais.

Entretanto é o Plano de Metas que na verdade viabiliza as transformações necessárias para o processo de integração nacional. Ainda que não fosse encontrado no país um processo de estagnação industrial, pois entre 1919 e 1970 o produto industrial do país (excluindo-se São Paulo) apresentou um crescimento de 6,2%, São Paulo ainda concentrava em 1970 cerca de 58% da transformação industrial do país. A este respeito PACHECO (op. cit) afirma que:

O crescimento industrial anterior a 1930, a montagem da indústria pesada e o processo de unificação do mercado nacional estiveram, até 1970, identificados com a concentração industrial em São Paulo.

Fatores como a concentração da atividade econômica, a produção de um excedente populacional no campo, bem como a incapacidade de outros centros urbanos de absorver, mais atrasados, esta população, demonstravam o sentido que o fluxo migratório tomaria no período de 1920 a 1980, que foi caracterizado como período de expansão da economia brasileira. Minas Gerais e o Nordeste como um todo, transformaram-se em regiões de expulsão.

Sabe-se que os processos migratórios de modo geral refletem processos complexos, com intensas transformações para as áreas de atração, no caso brasileiro, no entanto, até a década de 70, a grande massa de migrantes esteve diretamente ligada às mudanças da estrutura agrária e ao desempenho econômico das cidades de cada região. A impossibilidade de absorção desse contingente populacional em seu local de origem impulsionou a migração interestadual. O ponto culminante deste processo deu-se majoritariamente na década de 70, quando a modernização agrícola fez com que a migração rural-urbana chegasse a 15,6 milhões de pessoas. (PATARRA, op. cit.).

É certo que muitos esforços foram feitos para atrair a população para as regiões periféricas, - a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, e posteriormente da SUDENE, - são exemplos claros disso.

Segundo PATARRA (op. cit.):

(...) o ponto máximo das ações do governo no sentido de reforçar a desconcentração da atividade produtiva se desencadeia apenas no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento; com isso, a periferia nacional tornava-se maior receptora dos novos investimentos, reforçada por sua base de recursos naturais e também pelas decisões locacionais macropolíticas do governo federal.

O processo de desconcentração foi de fundamental importância, principalmente quando se verifica a diminuição do peso da indústria na área metropolitana de São Paulo, uma vez que sua participação no Valor da Transformação Industrial caiu de 43,4% para 34,2 %, é certo que o interior do estado foi majoritariamente beneficiado com esta desconcentração, muito mais do que qualquer outra região do país. Neste período, pode-se afirmar que São Paulo, torna-se praticamente a única região receptora de migrantes. (MARTINE, 1984).

É neste contexto que a região metropolitana de São Paulo atinge seu ápice de atração migratória, cerca de 2,5 milhões de pessoas. Concomitantemente, já era possível se fazer uma alusão ao processo de “expulsão populacional” da metrópole

em direção ao interior paulista, com um fluxo da ordem de 500 mil pessoas.(CUNHA, 1987).

A análise dos fluxos migratórios mostra que estes “acompanham”, as transformações ocorridas na sociedade em seus diversos momentos históricos, dependendo do momento, observa-se um padrão de migração predominante: rural-rural (na sociedade pré-industrial), rural-urbana (no período de industrialização), urbana-urbana (nas sociedades industriais), e cidades-subúrbios próximos (sociedade pós-industrial).

Há que se salientar, que se pensar no Brasil da década de 60 e início da década de 70 ver-se-á se tratar de uma realidade completamente adversa à encontrada no início dos anos 80, uma vez que os dois primeiros nos remetem a um período de intenso crescimento industrial, e de pesados investimentos, tanto do setor privado quanto do estatal; já a década de 80 inicia-se com uma intensa crise econômica, permeada pela recessão e a elevação das taxas de desemprego. No período entre 1980 e 1983, o produto industrial caiu uma média anual de 5,4% e o PIB 1,7%, esta situação não se deve apenas à desconcentração da atividade econômica, trata-se de: uma instabilidade crônica retratada na rápida flutuação do nível de atividade e na deterioração da capacidade de absorção dos mercados de trabalho, sobretudo nas grandes metrópoles. (PATARRA: op.cit.).

Entretanto, não se deve pensar que, por conta disso, houve uma interrupção do processo de desconcentração. Os dados obtidos a respeito do desempenho industrial, demonstram que o processo de desconcentração a partir da Grande São Paulo continuou tendo dois sentidos: o primeiro rumo ao interior do Estado de São Paulo, principalmente por conta dos investimentos na década de 70, do amadurecimento de investimentos anteriores e do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL; o segundo para as demais áreas do país (principalmente para os estados da Bahia e Minas Gerais, que apresentaram alto crescimento populacional de suas respectivas áreas metropolitanas).

A consequência principal de todo este processo foi uma modificação na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Observou-se, paulatinamente, uma desconcentração econômica, em que a região metropolitana de São Paulo foi a que mais perdeu peso na indústria. Concomitantemente, verificou-se uma intensa diversidade no desenvolvimento interno brasileiro – houve o aparecimento de “ilhas de produtividade” em quase todas as regiões brasileiras, o desenvolvimento maior de antigas periferias nacionais, bem como a crescente importância das cidades de porte médio.

A este respeito PATARRA (op. cit.), afirma que o:

“Brasil da década de 80 era um prenúncio dos dilemas que passamos a assistir com maior violência nos anos 90: baixa capacidade de acomodar as tensões sociais e de incorporar novos indivíduos ao mercado formal de trabalho; uma interiorização do desenvolvimento que decorre mais da debilidade das economias metropolitanas que do crescimento sustentado dos diversos hinterlands desse País; intensa mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância das décadas passadas; insegurança social decorrente da incapacidade de reproduzir a mobilidade social anterior e de reduzir a desigualdade”.

É diante deste quadro que se pretende analisar quais razões levam os indivíduos à incansável busca de melhores condições de vida, e conseqüentemente à migração, no Estado de São Paulo.

III.1 A Expansão Internacional Da Indústria.

O capitalismo transnacional teve sua consolidação favorecida principalmente por quatro fatores, quais sejam:

- A internacionalização do sistema de produção industrial;
- A disseminação espacial dos grandes complexos industriais;
- O surgimento de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho;
- O aparecimento de países de industrialização tardia. (MENDES, 1991).

É certo que, a internacionalização do sistema produtivo não pode ser entendida como um fato isolado, outros fatores estão diretamente relacionados a este processo, entre eles pode-se apontar:

- a- Os avanços tecnológicos nas telecomunicações e na transmissão de dados – permitiu aos grandes complexos industriais a diminuição das distâncias e dos custos, sem, contudo perder o controle decisório de suas várias unidades espalhadas pelo globo;
- b- A evolução dos sistemas de transporte;
- c- O deslocamento de mão-de-obra especializada e com poder decisório.

A partir do surgimento de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho, as grandes corporações começaram deslocar para países de industrialização tardia – ou subdesenvolvidos – algumas etapas do processo produtivo, sobretudo a linha de montagem (como as indústrias de produtos elétrico-eletrônicos e as indústrias automobilísticas, por exemplo); alguns fatores devem ser levados em consideração no que se refere as razões que provocaram este deslocamento, entre eles pode-se citar:

- Os incentivos oferecidos pelos países terceiro-mundistas
- A grande quantidade de mão-de-obra barata
- A não-degradação do meio ambiente em seu país de origem, uma vez que há uma 'exportação' da poluição; e aliado a isso a preservação dos recursos naturais de seu país.

No que se refere ao setor de pesquisa, na descoberta de novas tecnologias, ou mesmo na fabricação de novos maquinários, conservaram-se atreladas aos países de origem.

Ainda quanto às características pertinentes ao processo de internacionalização da indústria, ocorre o que poderia ser chamado de 'espraiamento das atividades produtivas', isso é decorrente do fato já anteriormente citado, que as empresas se distanciaram geograficamente das várias etapas de seu processo produtivo. É certo que, não são todos os setores industriais que podem adotar o deslocamento de suas atividades produtivas. A este respeito JÓIA (1992.) afirma que os investimentos de empresas multinacionais concentram-se basicamente em três tipos de indústria:

- a- Indústrias de Alta Tecnologia – como a farmacêutica, a eletrônica, a de instrumentos científicos, a de fibras sintéticas, entre outras.
- b- Indústrias de Média Tecnologia, de bens de consumo – como a automobilística, por exemplo.
- c- Indústria de Tecnologia Simples, como as de bebidas, cigarros entre outras.

Tem-se deste modo, que a ampliação das atividades econômicas de empresas multinacionais deu-se tanto por meio de atividades industriais consideradas mais dinâmicas, onde além de apresentar um crescimento mais rápido, apresenta também a utilização de tecnologias mais avançadas, como por meio da expansão de atividades industriais que apresentam um desenvolvimento tecnológico mais 'modesto'.

III.2- O Papel Da Produção Flexível No Contexto Da Desconcentração Industrial.

Para que se possa compreender este processo de desconcentração industrial, há necessidade que se faça uma análise mais apurada de todos os aspectos que envolvem este processo. Encontraremos as razões que explicam o processo de desconcentração industrial no 'fordismo' – ou melhor, dizendo na crise sofrida por este sistema de produção no final da década de 60 -, pois foi este sistema que permitiu que o modo de produção capitalista se fortalecesse, uma vez que este exige para seu pleno 'funcionamento' a concentração técnica, financeira e espacial da produção, e justamente por conta disso acabam se consolidando os grandes aglomerados industriais, concentrados em regiões metropolitanas, as quais por sua vez concentram grandes quantidades de trabalhadores. “Contrariamente a este processo de concentração, em fins dos anos 60 e início dos anos 70, com a crise do modo fordista, inicia-se um processo de descentralização das unidades produtivas e de racionalização das taxas de lucro industriais, em franco declínio, assim como o número de empregos nos países desenvolvidos (“ de-industrialização “).” (JÓIA op, cit.)

Diante este novo quadro, houve a necessidade de uma reestruturação econômica das empresas capitalistas mediante a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, bem como a organização da empresa e do consumo, pois a medida em que a produção industrial se padronizava, havia um deslocamento de atividades consideradas de rotina para áreas consideradas periféricas, este fato pode ser observado em várias escalas, fossem elas globais, nacionais ou regionais, e sempre com o mesmo objetivo: a redução dos custos de produção fosse esta redução através de incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata ou matéria-prima, mais abundante.

VERNON (1966) idealizou o ciclo de vida do produto, que explica de maneira efetiva o processo de deslocamento do processo produtivo. Segundo ele o ciclo de vida do produto é composto de três fases distintas, quais sejam:

1^a – Inovação

2^a – Crescimento – onde a produção atinge seu ponto máximo;

3^a – Maturidade ou Padronização – onde a produção pode ser deslocada para áreas periféricas, pois se tornara uma atividade rotineira.

Diante disso, a lógica espacial da produção capitalista se fortalece no aparecimento de regiões altamente especializadas, as quais só são possíveis por conta dos avanços obtidos no setor do transporte e das telecomunicações.

Tem-se, desta forma, um novo modo de produção mais 'flexível', e que segundo Storper e Scott (1987), se diferencia em pelo menos quatro aspectos do modo de produção anterior, o 'fordista'. Tais aspectos são:

1-Dentro do 'sistema flexível de produção' as áreas ou setores centrais são:

- a- As indústrias de alta tecnologia;
- b- A produção artesanal revitalizada;
- c- Os serviços de produção e financeiros.

2- Em todos os setores, os métodos de produção flexível constituem um princípio básico de organização. Embora o modelo fordista não ter sido completamente abandonado.

3- Na chamada produção 'flexível' a localização do setor produtivo é bastante distinta do 'fordismo', uma vez que inúmeros setores de produção flexível se concentram em lugares distantes dos centros fordistas de produção em massa.

4- E finalmente, o processo de transição do sistema de produção fordista, para o flexível, implica uma série de mudanças "nas organizações social e institucional" das áreas onde ela ocorre. (JÓIA, op. cit).

O modo de produção flexível pode ser caracterizado pela capacidade que as empresas têm para mudar as especificações de seus produtos – com grande rapidez, bem como aumentar ou diminuir a produção, sem, no entanto prejudicar sua qualidade ou eficiência, além do mais há uma maior abertura, no sentido de ser possível distribuir os trabalhadores dentro da empresa bem como ajustar a mão-de-obra.

Ainda quando ao sistema de produção flexível, pode-se verificar que este na maioria das vezes se organiza ao redor de redes interligadas de pequenas empresas, fornecedoras sub-contratadas, que se especializam na produção de diversas ‘fases’ do produto. Tem-se deste modo, que a empresa ‘principal’, não se preocupa mais em fabricar internamente todas as partes de seu produto, ela transfere esta função para empresas menores especializadas, e se concentra no fabrico de seu produto final. Geralmente a produção é feita sob encomenda, quando não em pequenos lotes. As relações de produção para as empresas que adotaram este tipo de sistema produtivo tornaram-se cada vez mais especializadas e competitivas.

A este respeito JÓIA (op.cit.).afirma que:

“(...) a produção flexível tem uma lógica espacial caracterizada por complexos industriais, cujo principal exemplo é o pólo tecnológico. A concentração geográfica de empresas de produção flexível permite a redução dos custos e das dificuldades de executar as relações comerciais (...).”

Diante disso tudo se pode afirmar que as aglomerações industriais de produção flexível se estabelecem em áreas ‘distantes’ dos grandes centros industriais de produção ‘fordista’, isto se deu em um primeiro momento, por conta do baixo poder de atração que as economias de aglomeração fordistas exerciam sobre as empresas de produção flexível.

Quanto à atividade industrial propriamente dita, pode-se afirmar que surgiram dois novos modelos de produção: o “neofordismo”, que nada mais é do que a reestruturação das indústrias de produção em massa, especialmente as montadoras, e o pós-fordismo, que surge como uma especialização mais flexível que atua na confecção de produtos mais sofisticados, geralmente feitos sob encomenda, na maioria dos casos destinados a novos setores do mercado.

Capítulo IV - Os Fluxos Migratórios E Sua Participação No Processo De Desenvolvimento Urbano/Industrial Brasileiro: O Caso De São Paulo.

Em se tratando de população, é inegável afirmar que sua dinâmica está diretamente relacionada ao desenvolvimento urbano e econômico de determinada região ou país. Mais especificamente no que se refere ao Brasil, os fluxos migratórios estão intimamente ligados aos ciclos econômicos, é certo que cada um destes ciclos possuem características próprias, no entanto, em cada um deles podem ser verificadas grandes semelhanças, quanto ao deslocamento migratório que cada um provocou.

O próprio processo de colonização foi enormemente estimulado por dois grandes ciclos econômicos – o da cana-de-açúcar no Brasil-colônia e o ciclo do ouro no Brasil-império. Isso foi somente o início, pois ainda tem-se: o ciclo do café, o ciclo da borracha; além destes pode-se citar ainda o processo de industrialização ocorrido em São Paulo e Rio de Janeiro, a transferência da Capital do país para o Planalto Central, entre outros. Enfim, todas as regiões brasileiras, sofreram profundas transformações em decorrência da orientação das correntes migratórias; entretanto a Região Sudeste foi à região que sentiu mais intensamente tais transformações.

Em se tratando de movimentos migratórios, pode-se afirmar que na década de 70 eles estiveram diretamente atrelados à dinâmica da desconcentração industrial, a configuração espacial dos fluxos migratórios bem como da urbanização apontam neste período para as inter-relações entre as cidades e seus entornos. (BAENINGER, op. cit.). Em meados da década de 80 e início dos anos 90, verifica-se que o processo de desconcentração industrial perde seu dinamismo econômico, por conta principalmente do *“esgotamento dos ciclos de investimentos dos anos setenta que fez a economia do interior paulista tender a apresentar um comportamento similar ao da metrópole”*. (CANO, 1994:5).

Não se pode afirmar que na atualidade, especialmente com a *“flexibilização da produção”*, que os grupos sociais que passam a compor os fluxos migratórios no novo quadro de reestruturação produtiva do Estado, sejam de uma mesma origem social.

Além do mais existem novos fatores que estão presentes na decisão de migrar: violência urbana, qualidade de vida, acesso à saúde, educação, habitação, serviços de infra-estrutura básica, entre outros. (ANTICO, 2000).

Segundo dados do IBGE no período entre 1970/1980, o volume de migrantes para todo o conjunto do Estado de São Paulo, chegou a 3,3 milhões de pessoas, já no período seguinte apresentou a cifra de 2,7 milhões de pessoas. Mesmo apresentando uma diminuição significativa no fluxo migratório, ainda é a área de maior absorção do país, cerca de 25% dos imigrantes do país.

A compreensão das novas espacialidades do território paulista, bem como sua relação com os deslocamentos populacionais encontra sua fundamentação no processo de urbanização e na redistribuição das atividades econômicas nas diversas áreas do Estado, principalmente a partir dos anos 70.

A partir de meados da década de 80, foram realizados estudos que apontaram para características tanto do processo econômico quanto demográficos e urbanos. Segundo ANTICO (op. cit.) essas características podem ser elencadas da seguinte maneira:

- A desconcentração das atividades industriais a partir da RMSP, que teve início na década de 60, favoreceu o crescimento econômico e populacional do interior do Estado, especialmente na década de 70.
- Os incentivos do governo direcionados a determinadas regiões, nos anos 70, principalmente no setor produtivo Estatal – petroquímico e siderúrgico. Além de pesados investimentos no setor agroindustrial, expresso em programas como o PROÁLCOOL, por exemplo. Tudo isso contribuiu para o crescimento industrial do interior paulista, fazendo com que esta área passasse a figurar como segunda concentração industrial do país.

- A RMSP embora ainda fosse a região de destino da maior parte dos fluxos migratórios do país, na década de 70, já apresentava movimentos migratórios em direção a regiões mais urbanizadas e concentradoras de atividades econômicas do Interior.
- As regiões de maior absorção dos fluxos migratórios do interior com origem na Região Metropolitana de São Paulo também se destacaram pela absorção dos fluxos migratórios advindos de regiões próximas configurando deste modo, a formação de pólos regionais caracterizados em função de seu papel concentrador de fluxos populacionais e suas atividades econômicas. Na década de 70, as regiões de governo que se destacaram como pólos regionais foram: São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto.
- O padrão de urbanização dos últimos trinta anos é marcado por um crescimento acelerado, amplo e concentrado da população, o que contribuiu para a concentração metropolitana e, concomitantemente contribuiu para o crescimento da rede urbana com a expansão dos centros e subcentros regionais, além do crescimento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos;
- Esta nova conformação do espaço urbano, que tem por característica principal a conurbação territorial, favoreceu o surgimento de importantes áreas metropolitanas no Interior paulista, como Campinas e Santos – que são áreas onde houve intenso processo de urbanização e de concentração econômica e populacional.
- A concentração populacional em cidades cada vez maiores no Brasil, até a década de 70, fez com que os especialistas construíssem um cenário urbano nacional pensado em moldes crescentemente concentradores; entretanto, no que se refere ao Estado de São Paulo, o papel desempenhado pelos pequenos aglomerados urbanos – cidades com menos de 20 mil habitantes -, das

cidades de porte intermediário e médio, como as áreas para a localização industrial, para insumos industriais e agrícolas, ou ainda como áreas para localização populacional, já indicava uma nova dinâmica urbano-regional.(ANTICO,op.cit.).

- Dentro deste quadro, as taxas de crescimento populacional das regiões mais 'ricas' do interior passaram a registrar valores maiores aquele verificado para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), isso já nos anos 70.

Tem-se desta forma, as principais características que marcaram a consolidação de uma nova realidade sócio-econômica e demográfica no interior paulista, na década de 70, sendo que a regionalização se tornou mais clara por conta das diferentes economias regionais. Esta regionalização refletia na verdade, o dinamismo industrial e agroindustrial do interior, bem como sua capacidade de absorção de grandes fluxos migratórios, ou dito de outra forma, a dinâmica econômica destas áreas favorecia a concentração de fluxos migratórios nas regiões que se beneficiavam com o processo e interiorização da indústria.

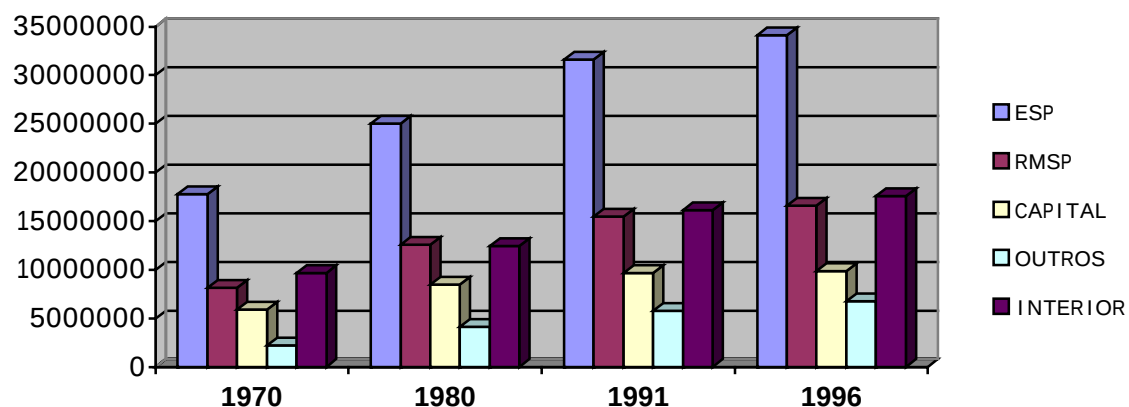
Desta forma, tem-se na década de 80, pela primeira vez desde o século XIX, um ritmo de crescimento da população da área metropolitana de São Paulo inferior ao conjunto do Estado, esta situação se manteve nos primeiros anos da década de 90, quando a RMSP apresentou crescimento muito semelhante ao crescimento nacional – algo em torno de 1,4%a.a., vale ressaltar que o crescimento do Estado para o mesmo período foi de 1,6%a.a. Este novo comportamento da Região Metropolitana de São Paulo, se deve principalmente as alterações nas tendências dos fluxos migratórios internos que, até a década de 70, tinham a Região Metropolitana como seu principal destino. Na verdade, o crescimento populacional que a RMSP apresentou para o período entre 1970/1980 esta diretamente ligado ao processo migratório.

BAENINGER (op. cit.), afirma que:

“O processo de desconcentração espacial da atividade econômica, nos anos 70, e os efeitos da crise nos anos 80 e 90 marcaram a trajetória econômico-demográfica do Estado. No período 1970-1980, o processo de interiorização da indústria paulista já havia contribuído para o direcionamento de importantes fluxos migratórios que partiram da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior; no entanto, a força da migração interestadual era tão intensa que este movimento de saída da metrópole parecia ser um processo incipiente e circunscrito ao âmbito da dinâmica interna do Estado”.

Analisando-se as gráficos que se seguem, pode-se verificar que, na década de 80, se verificou na metrópole saída em grande volume de migrantes, - neste período apresentou um saldo migratório negativo, de 275 mil pessoas - decorrente principalmente, do crescimento menor da cidade de São Paulo, que apresentou um saldo migratório de 750 mil pessoas e uma taxa de crescimento anual de 1,2%, entre 1980-1991. Esta incapacidade de reter os grandes fluxos migratórios teve consequências imediatas, quais sejam: a elevada migração de retorno, e a distribuição das correntes migratórias para o Interior do Estado de São Paulo, bem como para outras Regiões do País.

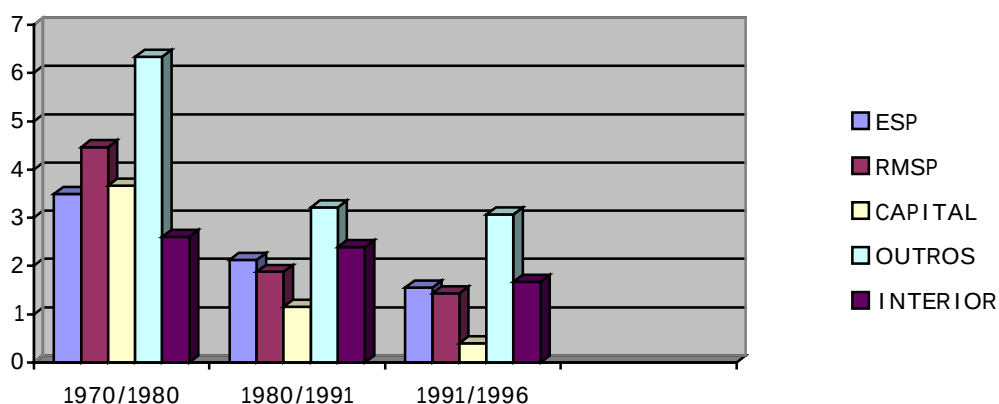
GRÁFICO I - POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.



FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970,1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Entre 1991-1996 a RMSP ainda apresentava um quadro de perdas populacionais, principalmente pelo fato do Município de São Paulo ainda apresentar um saldo migratório negativo. Na década de 80, o saldo migratório anual da cidade de São Paulo era de 68.724 pessoas, no período seguinte – 1991/1996, este número subiu para 95.677, isso se refletiu diretamente na taxa de crescimento populacional registrada para a cidade naquele período, 0,4%.

GRÁFICO II - TAXAS DE CRESCIMENTO A.A. EM % PARA O ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.

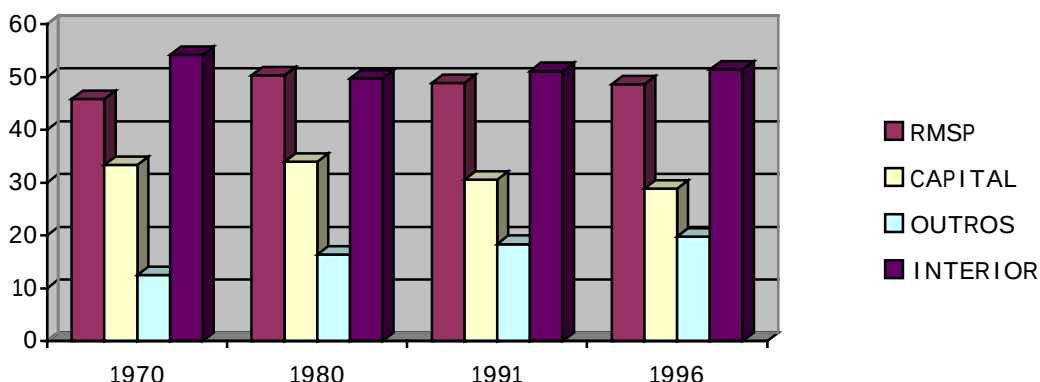


FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970,1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Entretanto, a absorção migratória da metrópole foi em grande monta garantida pelo inegável crescimento populacional de sua área periférica. Se analisarmos as taxas de crescimento populacional dos municípios do entorno de São Paulo, desde a década de 70, poderemos perceber que houve, nesta área um crescimento que superou a média nacional, a estadual e metropolitana. Na década de 70, a taxa de crescimento do Brasil era de 2,5%a.a., a do Estado de São Paulo de 3,5%a.a. e da cidade de São Paulo de 3,7%a.a., ao passo que dos municípios periféricos da RMSP era de 6,3%a.a. (BAENINGER, op. cit.). Ainda com as taxas de crescimento negativo, apresentada pela metrópole nos anos 80, a periferia apresentou uma taxa de crescimento de 3,2%a.a, conservando tal ritmo de crescimento para o período de 1991-1996, período em que ainda registrou alta taxa de crescimento populacional, cerca de 3,1%a.a.

O compasso de crescimento apresentado pelo entorno periférico se contradiz ao crescimento populacional que a Capital apresentou; pois ao passo que esta perde peso relativo no total da população estadual – 33,3%, em 1970, caindo para 28,8%, em 1996, os municípios de entorno que representavam 12,5% da população do Estado em 1970, passaram a responder por 19,8% em 1996.

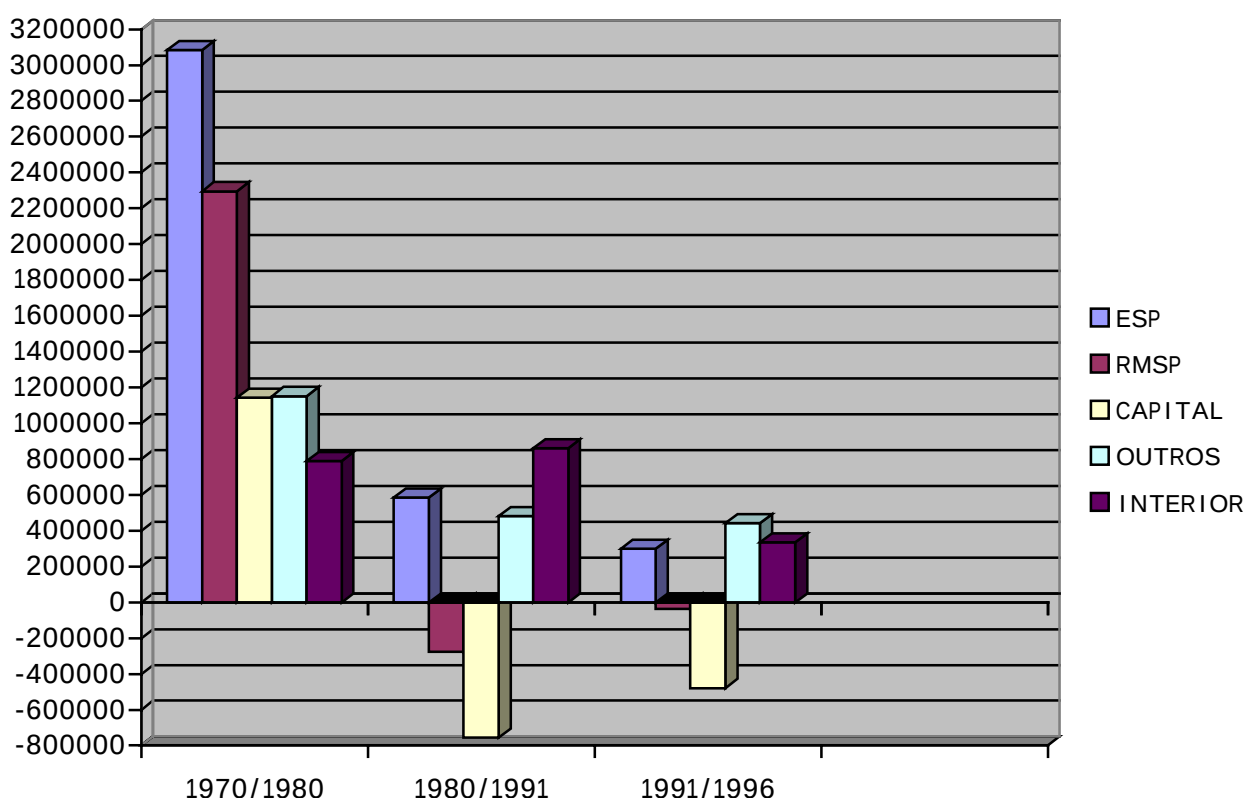
GRÁFICO III - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.



FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Mesmo com a diminuição da importância relativa da migração no crescimento absoluto da Capital em 1970-1980, a migração era responsável por 61,3% do crescimento absoluto de sua área periférica, passando para 28,3%, entre 1980-1991. Já se compararmos a década de 80 com o período entre 1991-1996, poderemos observar que houve um aumento do saldo migratório médio anual desta área: passando de um saldo de 43.752 pessoas entre 1980-1991, para 88.456 no período seguinte, aumentando deste modo, a participação dos fluxos migratórios no crescimento absoluto da periferia – 46,8% entre 1991-1996. Considerando-se o total da RMSP, em 1970 este conjunto de municípios representava 27,2% da população total, já em 1996 passa para 40,7%. (BAENINGER, op. cit.).

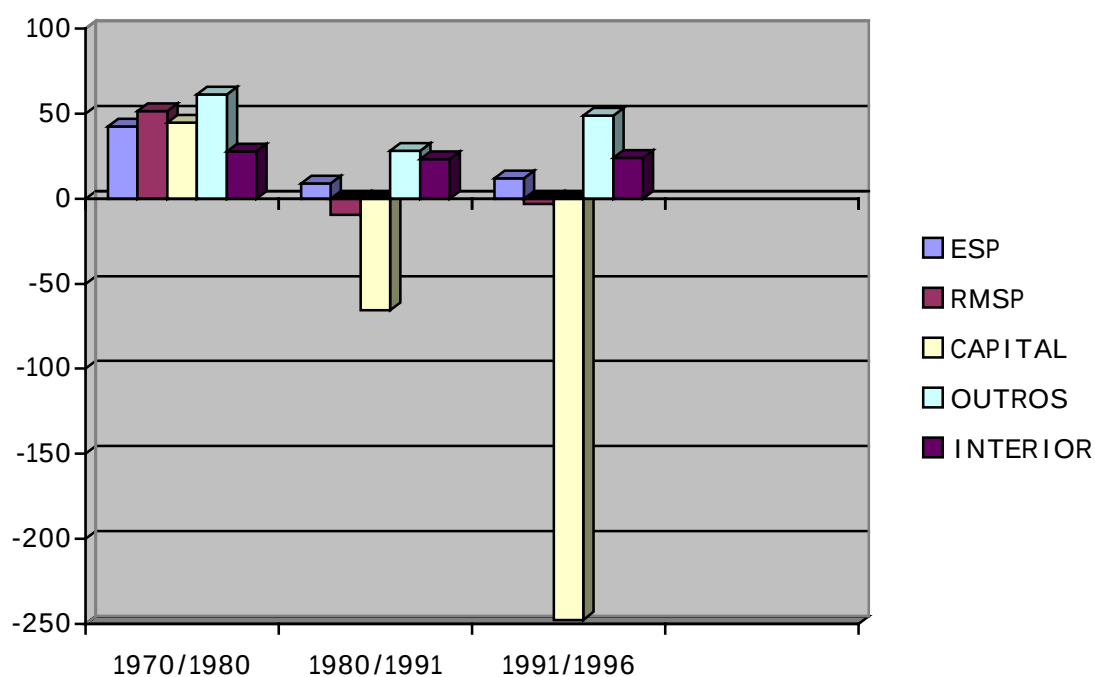
GRÁFICO IV - SALDOS MIGRATÓRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA RMSP, E DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1970/1980/1991/1996.



FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Tem-se desta forma, um processo de reestruturação espacial urbana, onde a especificidade é dada através da desconcentração do centro metropolitano, e não de sua área periférica. Sendo que em um primeiro momento houve a transferência da população para o que poderia ser chamado de seu entorno imediato, provocando desta forma um intenso crescimento regional; e em um segundo momento atingiu o Interior do Estado, e muito mais recentemente outros Estados. A ocorrência deste processo de desconcentração populacional convergindo para os três eixos acima citados tem em muito contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional”. (GOTTDIENER, 1993:14).

GRÁFICO V - PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO NO CRESCIMENTO ABSOLUTO



FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970,1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Dentro de tudo o que foi exposto, pode-se observar que há um latente processo de organização social do espaço, com transformações na diferenciação interna da metrópole – um fator que confirma esta tese são as transformações na sede metropolitana, que está muito mais direcionada para os interesses e para o funcionamento de uma ‘cidade global’, bem como sua participação no contexto econômico-demográfico estadual. A forma como tem se dado o crescimento sócio-

especial da Capital demonstra a rápida expansão de outras áreas em detrimento do seu próprio crescimento, muito embora ainda continue a abrigar a maior parte da população estadual.

Fazendo-se uma análise de tudo o que foi exposto anteriormente, pode-se afirmar que se a década de 70 foi marcada por um intenso processo de urbanização, principalmente pela formação de grandes metrópoles, - onde havia um expressivo crescimento tanto do núcleo quanto da periferia -, processo este que foi seguido pela transferência da população para a periferia. O processo que se verifica a partir da década de 80, reforçam o processo de desconcentração populacional da sede metropolitana, caracterizado principalmente por um processo de expansão regional que extrapola sua periferia imediata.

IV.1 Origens da Indústria no Estado de São Paulo

Se analisarmos a formação do capital industrial do Estado de São Paulo, necessariamente devemos nos remeter à acumulação de capital que foi possibilitada pelo cultivo do café.

Ao mesmo tempo em que se deu o aumento das atividades cafeeiras, ocorreu o desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas, as quais permitiram a acumulação de capital, um dos pré-requisitos básicos para a implantação da indústria. Sendo assim, no Brasil, o capital industrial surgiu como um desdobramento do capital cafeeiro, empregado tanto na produção e beneficiamento do café, quanto nas atividades eminentemente urbanas – como as atividades financeiras, o comércio, os transportes, entre outros. A inversão de capital da cultura cafeeira para a indústria, decorreu principalmente do fato da produção cafeeira ter atingido níveis de lucratividade substanciais. (LANGENBUCH, 1971).

Além disso, podemos ressaltar como fatores que permitiram o desenvolvimento da indústria nesta região, a facilidade de crédito, a existência de mão de obra

disponível para a indústria e, conseqüentemente, a formação de um mercado consumidor, pois este contingente de trabalhadores urbanos, certamente foi responsável pela demanda de muitos dos bens de consumo produzidos.

Por conta disso, o primeiro setor industrial a se desenvolver foi o de bens de consumo não duráveis, principalmente a indústria têxtil e a alimentícia. É certo que a produção cafeeira não gerou a demanda somente para os bens de consumo, no entanto, a indústria de bens de produção exigia um montante de investimento que os capitalistas brasileiros teriam dificuldades de assumir.

Existiu, desta forma, uma relação de dependência do capital industrial para com o capital cafeeiro, pois a capacidade produtiva estava aliada à capacidade de importar, que era possibilitada pela economia cafeeira. Além do mais, o capital industrial sozinho era incapaz de gerar seu crescimento e de gerar seu próprio mercado, pois seu crescimento estava diretamente relacionado ao complexo exportador cafeeiro. (GARCIA, 1985).

O processo de acumulação proporcionado pela economia cafeeira permitiu à economia brasileira iniciar seu desenvolvimento industrial pela grande indústria. Deste modo, o processo de acumulação ocorreu por intermédio do trabalho assalariado, que possibilitou a criação de um mercado consumidor interno de produtos industrializados.

Sobre este assunto GARCIA (op. cit.) conclui que (...) a grande indústria no Brasil não é resultado de transformação do artesanato e da manufatura, mas, sim, resultante de uma situação específica gerada pelo capital acumulado pela atividade cafeeira.

Tem-se, deste modo, que o café funcionou como base do crescimento industrial nacional, uma vez que propiciou o pré-requisito essencial para o desenvolvimento de um “sistema industrial”, pois os produtores de café recebiam em dinheiro por seus produtos, o que certamente provocava aumento de sua circulação, conseqüentemente do crédito bancário. Há que se ressaltar ainda que o café também

foi responsável pelo “financiamento” da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento industrial. O desenvolvimento da indústria está deste modo atrelado ao crescimento do comércio do café.

Nos primórdios da industrialização brasileira, final do século XIX e início do século XX, inexistem as grandes indústrias de base. De modo geral, o desenvolvimento industrial até 1920, dá-se através das indústrias de bens de consumo não duráveis.

Falar de indústria é necessariamente falar de um complexo número de relações de capital, poder, tecnologia e assim por diante. No que se refere ao caso brasileiro, não se pode falar de indústria sem se falar do Estado de São Paulo. É este estado que primeiro reúne as condições necessárias para o surgimento da indústria no país, e por conta disso passa a ser ponto fundamental para análise do processo de industrialização brasileira.

O Estado de São Paulo reuniu as condições necessárias para o surgimento da indústria seja através da acumulação do capital permitida pelo café, seja pelo aproveitamento da infraestrutura, como as estradas de ferro e o telégrafo, trazida por ele.

O final do trabalho escravo e a vinda de imigrantes europeus para o Brasil podem ser considerados fatores, senão determinantes, ao menos grandes impulsionadores para o surgimento das primeiras indústrias. Uma vez que possibilitou a formação de um mercado consumidor, até então praticamente inexistente. Além disso, pesados investimentos foram feitos no sentido de viabilizar a estruturação do processo de industrialização, quais sejam: estradas, escolas, hospitais, serviços portuários, energia, tudo para garantir as condições necessárias para reprodução da força de trabalho. (LENCIONI, 1996).

No intuito de melhor compreender como se deu todo este processo de industrialização do Estado de São Paulo, será feito um recorte histórico, que nos

permita analisar qual foi a fundamentação deste processo de urbanização/industrialização deste Estado e conseqüentemente do país.

Há que se ressaltar que este recorte histórico já foi realizado por inúmeros pesquisadores, mas será utilizado aqui aquele elaborado por Ribeiro (1993), em que o processo de industrialização brasileiro divide-se em nove fases, quais sejam:

1ª Fase: Crise Mundial de 1929. Revolução de 1930 até 1933.

- Início da Era Vargas;
- Restrição às importações;
- Utilização do parque industrial que existia em São Paulo desde de 1910, e que estava ocioso.

2ª Fase: De 1933 a 1939: Início da Segunda Guerra Mundial.

- Restrição às importações, incentivo a produção de bens que antes eram importados.
- Criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934) e da Carteira de Credito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937).

3ª Fase: De 1940 a 1955: Segunda Guerra Mundial e Pós Guerra.

- Expansão da indústria já existente.
- Implantação da indústria pesada de bens de capital e intermediários do governo federal.

4ª Fase: De 1956 a 1963 (governo de Juscelino Kubitscheck até o de João Goulart antes do golpe militar de 1964);

- Implantação da moderna indústria de bens duráveis e de bens intermediários.
- Entrada em cena das multinacionais.
- Plano de Metas.

5ª Fase: De 1964 a 1969 (primeira fase dos governos militares).

- Consolidação das indústrias multinacionais implantadas no período anterior.

- Surgimento de uma política de exportação de produtos industrializados.

6ª Fase: De 1970 a 1973 (fase do “milagre brasileiro”).

- Altas taxas de crescimento econômico, proporcionado pela atividade industrial.

7ª Fase: 1973/1974 – Crise do Petróleo causada pela guerra entre Israel e a coalizão Egito, Jordânia e Síria.

8ª Fase: 1974 a 1979 – terceira fase dos governos do ciclo militar, que correspondeu ao governo Geisel.

- Ampliação do setor industrial de bens intermediários de ponta e do incremento de bens duráveis e de capital sob o comando das empresas estatais.

9ª Fase: 1980 a 1985 (quarta e última fase do ciclo militar).

- Crise financeira no Brasil (inflação beirando os 100% ao ano)
- Segunda crise do petróleo.
- Aceleração do processo de endividamento externo e elevação das taxas de juros internacionais.

É certo que todas as fases são de extrema importância, no entanto, nós nos deteremos principalmente ao período a partir da década de 70, uma vez que um dos intuitos desta pesquisa é delinear o perfil do migrante que vem se deslocando para o interior paulista juntamente com o processo produtivo.

IV.2- A Desconcentração/Descentralização Da Indústria Paulista

Nos anos 70, a política econômica era sustentada pelos militares e se caracterizava, majoritariamente, por ser, segundo CARLOS (1995), excludente e concentradora. Excludente por deixar grande parte da população à margem dos benefícios por ela trazidos, e concentradora, justamente por privilegiar aqueles poucos que conseguissem se integrar à economia.

A este respeito Goldstein e Seabra (1982, p. 35) afirmam que:

“Essa região (central), que recebeu de início todo o impacto da implantação industrial característica dessa nova fase, teria como resultado uma transformação quantitativa e qualitativa de sua estrutura produtiva industrial. Essa estrutura passou a ser cada vez mais dominada por ramos ligados à produção de bens de consumo duráveis: indústria automobilística, eletrodomésticos etc; por bens de capital e bens intermediários: mecânica, material elétrico e eletrônica; química pesada, destacando-se a petroquímica”.

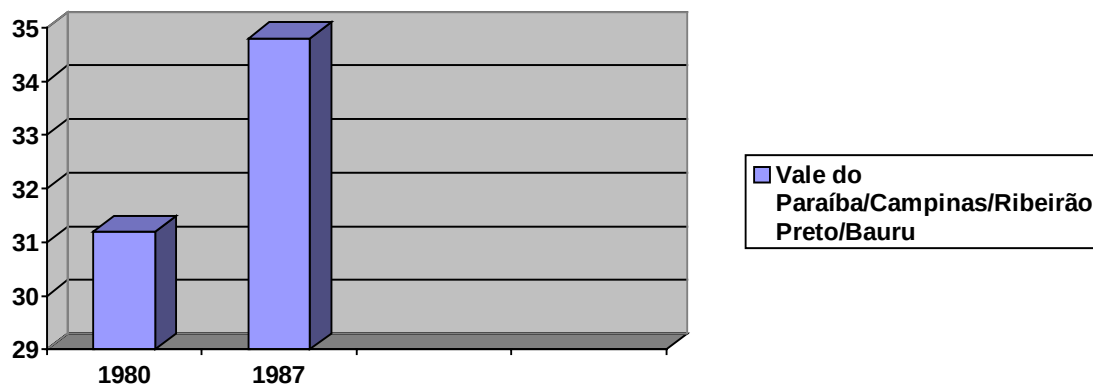
Mais especificamente no que se refere ao interior do Estado São Paulo, pode-se afirmar que houve uma transformação na sua estrutura produtiva, pois de produtores de bens não duráveis passaram a produtores de bens duráveis.

Segundo LENCIONI (op. cit.):

“A política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão abrangendo um raio de cerca de 150 km a partir da capital e, indo além dessa distância ao longo dos principais eixos rodoviários. A presente dispersão não nega os processos históricos de concentração industrial no território paulista, mas reforça a expansão da metrópole como condição e elemento deste processo”.

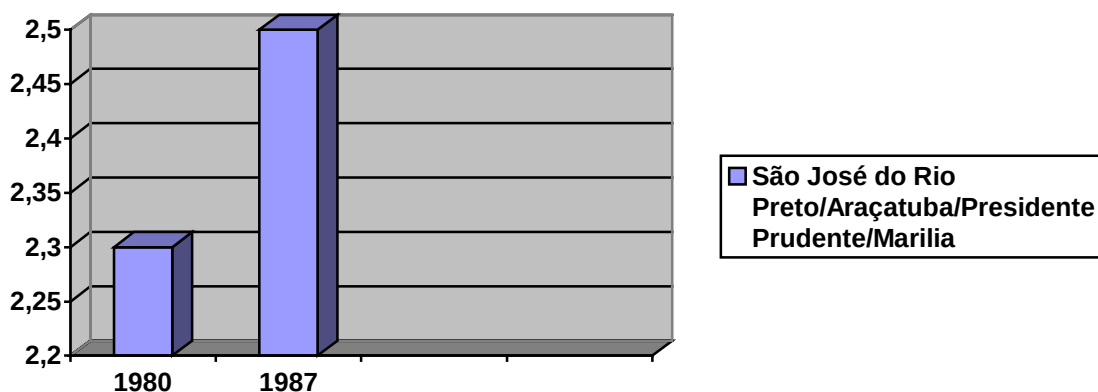
Os dados apresentados nos GRÁFICOS VI e VII reforçam este fato.

GRÁFICO VI. - CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO VALE DO PARAÍBA, SOROCABA, CAMPINAS, RIBEIRÃO PRETO E BAURU (EM PORCENTAGEM)



FONTE: LENCIONI, S. 1996. (op. cit.)
Rosângela Fileni. (org.)

GRÁFICO VII - CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ARAÇATUBA, PRESIDENTE PRUDENTE E MARÍLIA.- 1980-1987 – (EM PORCENTAGEM)



FONTE: LENCIONI, S. 1996. (op. cit)
ROSANGELA FILENI (Org.)

Analisando os dois gráficos, podemos observar que nas áreas em questão houve um crescimento significativo quanto à porcentagem de concentração industrial no período de 1980 a 1987. No entanto, se fizermos uma análise mais detalhada, poderemos observar que nestas regiões se encontram os principais eixos rodoviários do Estado.

Segundo LENCIONI (op. cit.), um dos fatores que podem ser apontados como primordiais no processo de “desconcentração” da indústria paulista são a incorporação de tecnologias de informação que possibilitou o distanciamento entre as unidades produtivas e os centros de gestão empresarial.

Portanto, devemos ter em mente que a desconcentração industrial da capital paulista, não pode ser entendida como um processo de industrialização do interior em detrimento da industrialização da metrópole. O que ocorre na verdade, é um espraiamento do setor produtivo, que devido a uma série de vantagens, sejam de cunho tecnológico, econômico, fiscais e até mesmo de transporte, transferiu-se para o interior; contudo este espraiamento se dá no setor produtivo, uma vez que o centro de poder continua sendo a grande metrópole. A este respeito LENCIONI (op. cit.) afirma que (...) a decisão e controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados espacialmente, como são reiteradamente forçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos.

Atualmente, confunde-se concentração e centralização industrial, no entanto, estes são processos distintos. O processo de concentração industrial se refere principalmente a concentração/aquisição de maquinário, de bens que serão utilizados no desenvolvimento/aprimoramento do processo produtivo. A centralização industrial refere-se a fusão de capitais individuais, capitais estes que já estavam formados e que por razões diversas, se organizaram, e que razões diversas foram agrupados/reorganizados. Concordamos com LENCIONI, quando afirma que: “A centralização é, portanto, uma reorganização da distribuição da propriedade de capitais, do seu controle”. Teríamos dessa forma, uma espécie de “suburbanização” das atividades industriais, ou melhor, dizendo do processo produtivo, trata-se,

portanto, de uma “desconcentração-concentrada”, pois o espraiamento da indústria se dá dentro da área mais industrializada do país. (AZZONI: 1985).

Neste sentido, podemos afirmar que há a formação de uma “macrometrópole” que tem sua afirmação na distribuição de suas atividades. Há, portanto, uma redefinição da rede metropolitana, onde os fluxos possuem uma maior amplitude territorial.

Muito se fala a respeito da descentralização/desconcentração das atividades produtivas, principalmente no estado de São Paulo, uma vez ser este considerado uma referência nacional no que se refere às atividades industriais.

Pode-se afirmar que a concentração industrial e a urbanização têm sempre uma explicação histórica e específica para cada sociedade. A localização de uma fábrica, bem como de um complexo industrial está diretamente relacionada aos “fatores de localização”, que podem se dividir entre: sistema de transportes e comunicações, redes de água e esgoto, postos de saúde, escolas, entre outros.

Em termos de Brasil, foi à concentração das atividades econômicas, sobretudo a industrial, que estruturou a região metropolitana de São Paulo, tornando-a um pólo econômico e uma referência nacional. Mas, embora ainda sejam de grande importância os mecanismos de concentração, são os de dispersão os responsáveis pela reestruturação dessa região, que desde os anos 70 conhece um processo significativo de expansão atingindo o interior. (LENCIONI, op. cit.).

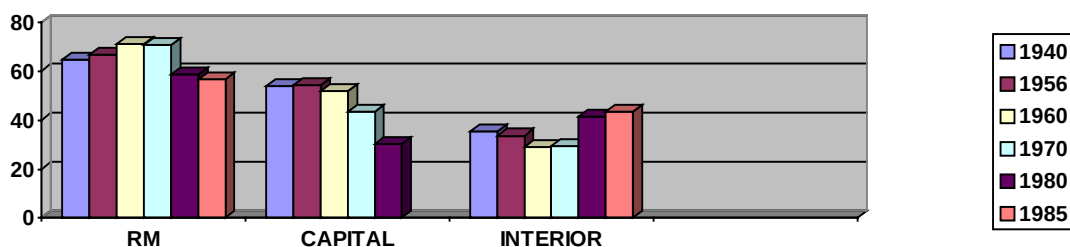
Tabela I - Estado de São Paulo: Valor da Produção Industrial
1940-1985 (%)

Anos	Região Metropolitana	Capital	Interior
1940	64,5	53,9	35,5
1956	66,6	54,2	33,6
1960	71,1	51,7	28,9
1970	70,7	43,4	29,3
1980	58,6	30,1	41,3
1985	56,5*	-	43,5

*inclui a Capital

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1985

GRÁFICO VIII – VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1940 – 1985 (%).



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1985.

Os dados existentes sobre a distribuição espacial das atividade industrial no Estado de São Paulo revelam que a expansão econômica do interior é caracterizada pela crescente presença da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A grande expansão industrial da década de 70 modifica de tal maneira a estrutura industrial do interior, que este passa a contar com um elevado número de indústrias de grande e médio porte (como a indústria metalúrgica, a petroquímica e a eletrônica).

É inegável o papel do Estado neste contexto de desconcentração da atividade industrial, pois “criou” uma série de “vantagens” nas regiões interioranas, entre as quais pode-se destacar a instalação de refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, o desenvolvimento do Programa do Alcool, o desenvolvimento das indústrias de informática, microeletrônica e telecomunicações (na região de Campinas principalmente).

A adoção de uma política de descentralização industrial significou, na verdade, uma dispersão/expansão da atividade industrial em um raio de 150km a partir da capital e ao longo dos eixos rodoviários.

Neste sentido, a reestruturação urbano-industrial de São Paulo tem como fundamentação a desconcentração das atividades econômicas, o que não significa que estes grandes centros estejam perdendo seu poder de atração, mas na verdade estes estão ampliando ou flexibilizando sua área de atuação, uma vez que o centro das decisões e o centro produtivo, não mais exigem “proximidade física”.

IV.3 - A inter-relação entre o processo de industrialização e a distribuição da população no Estado de São Paulo.

Como já foi dito em capítulos anteriores o processo de urbanização paulista está diretamente ligado a acumulação de capital possibilitada pelo cultivo do café, que teve papel decisivo na criação da infra-estrutura necessária para seu desenvolvimento industrial.

A expansão cafeeira rumo ao Oeste do Estado proporcionou a estruturação de centros urbanos que em um primeiro momento, estavam conectados pela malha ferroviária e posteriormente pelas rodovias. Pode-se afirmar que o “eixo condutor da espacialização do Interior foi o desenvolvimento das vias de transporte, pois entre 1920 e 1950 deu –se a implantação da rede rodoviária, além da pavimentação das vias Anchieta, Dutra e Anhanguera (BAENINGER, op. cit.). A partir de 1950, ocorre a

formação dos grandes centros regionais e o delineamento da Região Metropolitana de São Paulo”.

No que se refere a estrutura produtiva do Estado, pode-se dizer que sua transformação está diretamente ligada a dois fatores: a modernização da agricultura e conseqüentemente sua subordinação a indústria; e o desenvolvimento da indústria pesada.

Ao analisarmos o desenvolvimento da indústria no Estado podemos verificar que ele se deu em inúmeras fases, as quais foram previamente discutidas, e que no período 1960-1980, o interior do Estado foi praticamente deixado de lado, pois no período em questão (que foi o de consolidação/estruturação da Região Metropolitana de São Paulo), os esforços no sentido de incentivar o desenvolvimento da indústria estavam voltados somente para esta região. Contudo, as cidades médias do interior paulista eram industrializadas com empreendimentos de caráter tanto local quanto regional, foram as transformações na estrutura econômica produtiva do Estado de São Paulo que possibilitaram a relativa desconcentração da atividade produtiva industrial a partir da década de 1970 (CANO, 1988)

A este respeito BAENINGER (op. cit.) afirma que:

“Esse movimento de desconcentração industrial e a conseqüente interiorização do desenvolvimento ocorreram nas áreas mais dinâmicas e em função dos seguintes fatores: implantação de refinarias de petróleo nas regiões de Campinas e de São José dos Campos e a consolidação do principal pólo petroquímico do país na região do Litoral; implementação do PROÁLCOOL, com maiores reflexos na região de Campinas e Ribeirão Preto, implantação de institutos de pesquisa e de grandes plantas dos setores eletrônico, de informática e de telecomunicações na região de Campinas, implantação do complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba”.

A formação ou estruturação do que poderia ser chamado de um “corredor de circulação tanto de pessoas quanto de produtos, viabilizado pela pavimentação da Anhanguera, pela implantação de auto-estradas (como a Castelo e a Bandeirantes), e

até mesmo pelo aumento de estradas vicinais, pode ser identificado como um dos vários fatores “facilitadores” do processo de desconcentração industrial.

Analisando-se de maneira mais aprofundada os fatores que permitiram este processo de desconcentração industrial, podem ser apontados fatores tanto endógenos – como a existência de toda uma infra-estrutura criada pelo café, que viabilizou tanto desenvolvimento agroindustrial, como no caso do PROÁLCOOL ou do cultivo da laranja para exportação, quanto a implantação de indústrias petroquímicas, bélicas entre outras. (CANO, 1988).

Tem-se deste modo que a década de 70 é um marco do ressurgimento do interior paulista, que passa a ocupar a posição de segunda área de concentração industrial do País, prova disso registrou neste período uma taxa de crescimento de 2,6% a.a., contra 1,6% a.a. na década anterior. (CANO e PACHECO, 1989).

IV.4- A Região Metropolitana De São Paulo Como Um Espaço Perdedor

Como já foi dito anteriormente o desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo sempre esteve ligado ao processo de desenvolvimento industrial do país como um todo, pois a intensificação da indústria pesada em meados da década de 50 e a conseqüente urbanização, fizeram com que São Paulo fosse reconhecida como a “metrópole nacional da indústria”, fator que só se tornou possível por conta do acúmulo de capital permitido pelo café, como já foi abordado anteriormente.

Do ponto de vista desenvolvimentista, a concentração espacial da população e da força de trabalho eram componentes fundamentais ao processo de acumulação e desenvolvimento capitalista. A criação de novas empresas proporcionou o surgimento de novos pólos econômicos, os quais seduziram a população migrante para a cidade de São Paulo, passando a receber nos anos 60, migrantes provenientes do Nordeste, bem como aqueles de origem do interior do Estado, advindos da zona rural.

No entanto, a partir da década de 70, com a interiorização da indústria, houve espraiamento tanto econômico quanto populacional com determinadas regiões do interior, o que não significa dizer que a cidade de São Paulo, em algum momento tivesse deixado de ser o centro financeiro e de serviços especializados do País.

É fato que a década de 70, foi assinalada pelo grande deslocamento populacional em todo Estado de São Paulo, e os principais fluxos migratórios eram provenientes da Região Metropolitana de São Paulo em direção as regiões do interior do Estado.

Já na década de 70, houve a possibilidade de se detectar a existência de importantes pólos de atração no interior, que mesmo naquele período desempenharam um papel considerável no processo de desconcentração populacional. Dentre estes pólos de atração podemos destacar as seguintes cidades: Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto; estes municípios foram alvos de pesados investimentos, tanto na agricultura quanto na indústria o que possibilitou a expansão econômicas em diversas direções. (PATARRA, op. cit.).

Analisando-se de maneira mais detalhada o processo de distribuição espacial da população em São Paulo, concordamos com BAENINGER (op. cit.), quanto destaca os seguintes fatores:

- Fluxos migratórios significativos que partiam da RMSP rumo ao Interior;
- Emergência de pólos econômico-populacionais no Estado;
- Crescimento de cidades de porte intermediário e pequeno; e
- Menor taxa de crescimento da RMSP, nos anos 70, em comparação com a década anterior (4,5% a.a. e 5,4% a.a. respectivamente).

No entanto, mesmo com todos estes fatores, que evidenciaram uma nova configuração do fluxo migratório no Estado, somente os dados do Censo de 1991, permitiram verificar a diminuição no ritmo de crescimento da RMSP em detrimento do Interior do Estado. O que se pode afirmar é que a década de 70 foi o ponto de partida

do processo de desconcentração populacional do Estado, processo este que viria se consolidar na década seguinte.

Inúmeras razões poderiam ser elencadas no sentido de tentar explicar tal deslocamento, dentre elas de acordo com NEGRI (1996) poderemos citar:

- Supressão de 185 mil postos de trabalho, entre 1980 e 1985, no município de São Paulo;
- A redução da indústria metropolitana em mais de mil estabelecimentos;
- A diminuição do pessoal ocupado de 1,73 milhão para 1,56 milhão
- O decréscimo de 15,9% no valor de sua transformação industrial.

Mesmo com todos estes fatores a RMSP ainda se manteve como cerne da indústria bem como da economia nacional. O que existe na verdade, é uma reestruturação do papel desempenhado pela metrópole, onde a perda populacional, não significa necessariamente a perda do seu dinamismo, há uma reafirmação tanto nacional quanto internacionalmente desta área enquanto centro decisório do país no cenário financeiro, a cidade de São Paulo passa a ser caracterizada dentro da sociedade globalizada como fazendo parte das chamadas “Cidades Globais”.

Nos anos 70, processo migratório no Estado de São Paulo assumira características bastante típicas, as quais se refletiam pelo menor número de migrantes do interior para a RMSP, prova disso é que o fluxo de pessoas do Interior para a Capital, que chegou a ser de 576¹ mil pessoas no período de 1970-1980, passou a ser de 398.616 na década seguinte, ou seja, houve uma diminuição de 177mil pessoas de uma década para outra.

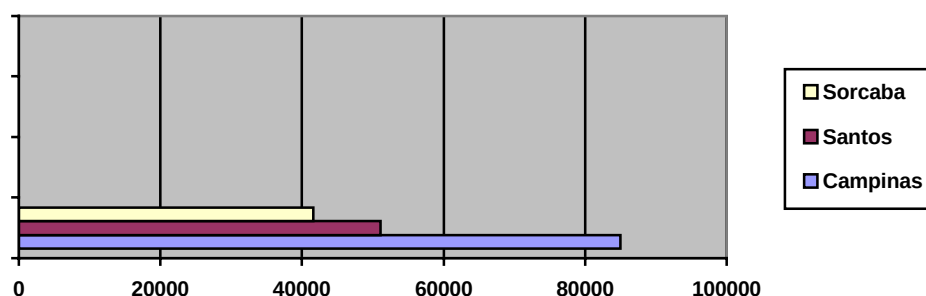
Na década de 70, nas trocas migratórias realizadas entre a RMSP e o Interior, aquela registrou saldos migratórios negativos, especialmente com regiões de sua fronteira metropolitana – até mesmo porque são deste período as formulações a respeito da constituição do que seria a “Macrometrópole Paulista”, baseada no

¹ Dados da Fundação SEADE (1990)

argumento do transbordamento da população e das atividades econômicas para estas áreas, que compreenderiam as cidades de Campinas, Santos, Sorocaba e São José dos Campos; pode-se destacar também que neste período a desconcentração populacional alcançava regiões mais distantes, como é o caso da Região de Governo de Ribeirão Preto.

A consolidação do fluxo migratório da Capital para o Interior do Estado deu-se na década de 80, quando a RMSP passou a perder população para todas as regiões do Estado. Neste contexto, as regiões que apresentaram maiores ganhos estão representadas no gráfico que segue:

GRÁFICO IX - MAIORES GANHOS POPULACIONAIS EM RELAÇÃO A RMSP
– DÉCADA DE 80. (EM MIL)



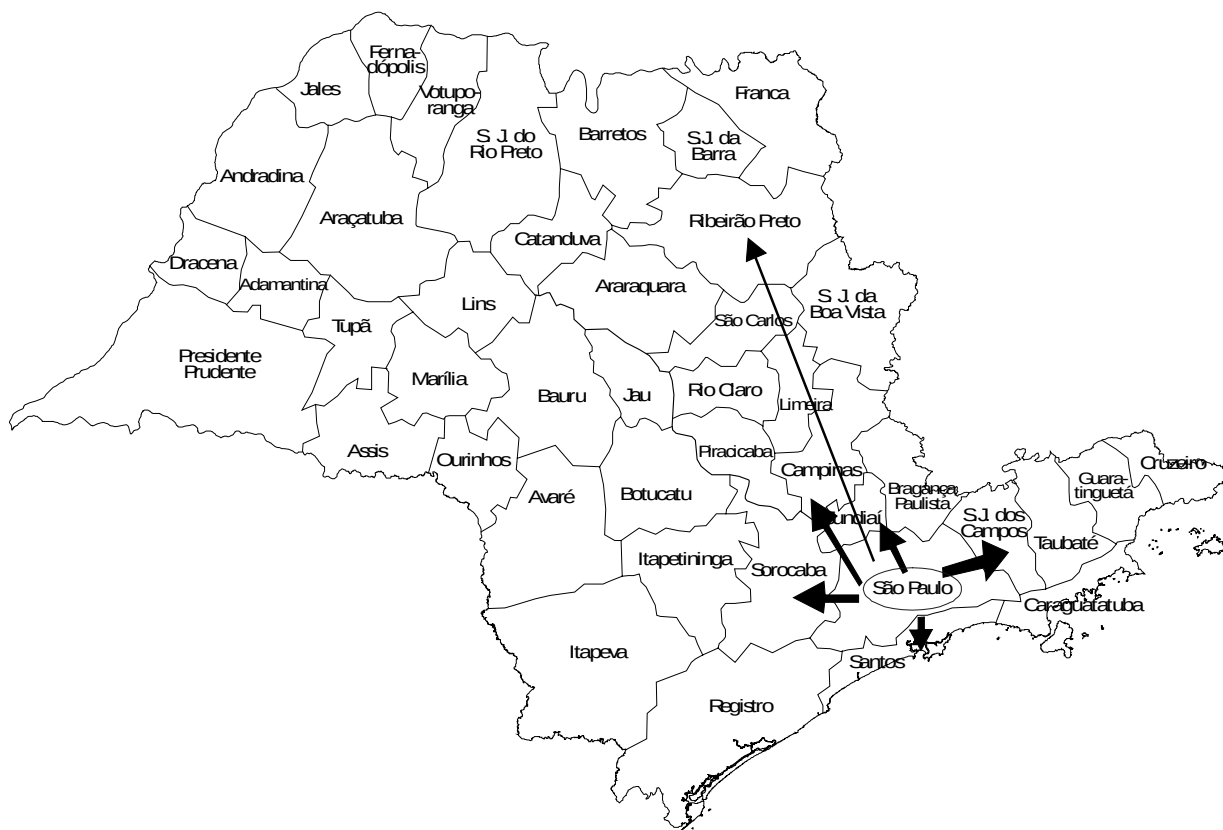
FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Censo, 1980.

O que se pode observar é que a partir da década de 80 há uma expansão regional “fora” das fronteiras metropolitanas. Dentro deste contexto, BAENINGER (op. cit.) afirma que:

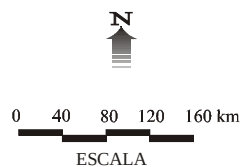
“A expansão dos espaços de migração não traduz uma versão mais ampla da Região Metropolitana de São Paulo; os longínquos destinos migratórios revelam novos padrões sócio-espaciais que se refletem no processo de distribuição da população. A metrópole desconcentrada manifesta os efeitos da generalização do próprio processo de urbanização por todo o Estado de São Paulo, propiciando acesso a bens e serviços próximos aos dos grandes centros urbanos, mesmo que em graus diferenciados”.

Na verdade, com este processo migratório, pôde-se observar, que a concentração populacional em áreas de médio e grande porte, estaria diretamente ligada a uma série de fatores que marcaram o crescimento do Estado de São Paulo como um todo. Dentre tais fatores, pode-se destacar: acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, a existência de grandes contingentes populacionais vindos do campo. A partir da década de 70, observa-se as trocas urbanas no Interior paulista, onde os fluxos de origem urbana – diferentemente de outras regiões do país – superam demasiadamente os fluxos de origem rural.

MAPA I - Trocas Migratórias com a Região Metropolitana de São Paulo - Anos 70



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1980 e 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.



Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni

MAPA II - TROCAS MIGRATÓRIAS com a Região Metropolitana de São Paulo - Anos 80



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP (Modificado)

Orientado por: Eneás Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni

Como já foi dito anteriormente, o papel desempenhado pelo deslocamento da indústria para o Interior do Estado foi fundamental para o processo de reestruturação das cidades, bem como pela forma como se deu a expansão urbana, as transformações regionais eram indicadores do surgimento de importantes pólos, onde houve além do aparecimento de novas áreas metropolitanas a revitalização de centros urbanos de médio porte.

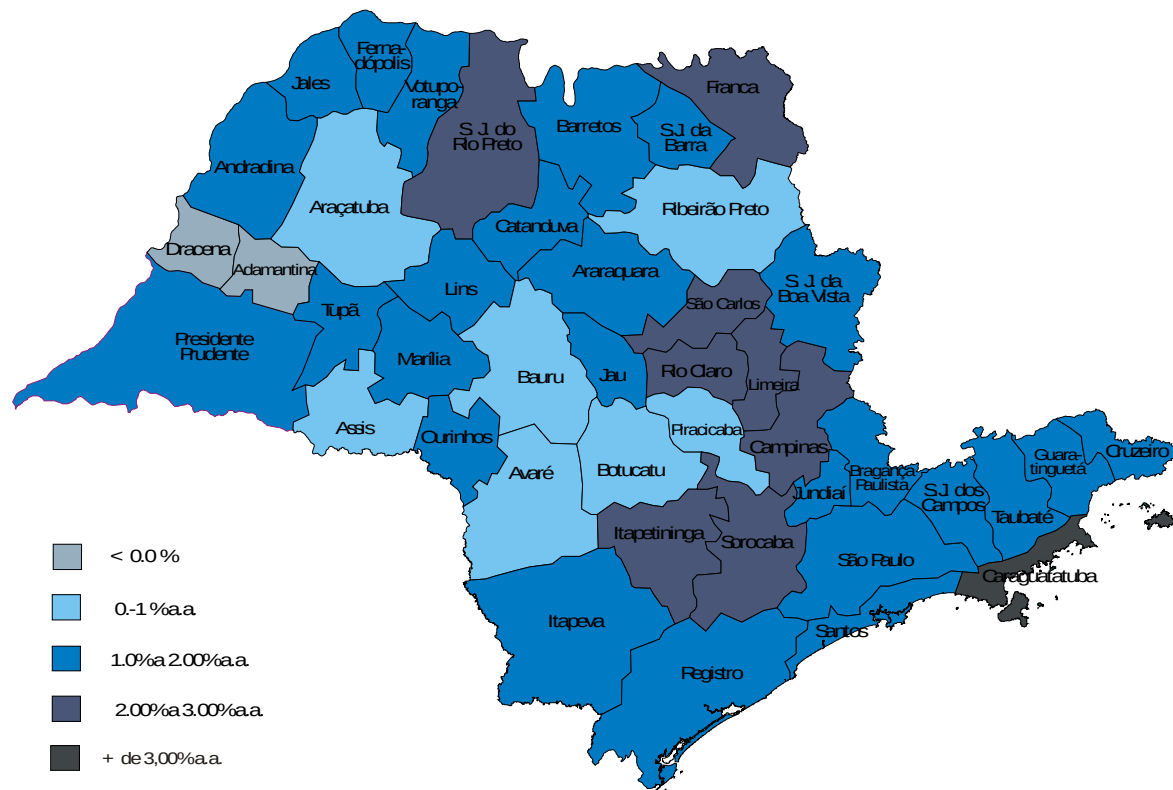
Tem-se deste modo que se no período entre 1940 e 1970 o crescimento do Interior apresentava-se inferior ao da Metrópole, a partir deste período ocorre o processo inverso. Tal situação decorre principalmente por conta do:

- aparecimento de importantes áreas de concentração industrial;
- pelo desenvolvimento agroindustrial;
- alto grau de urbanização e intensa capacidade de polarizar o crescimento regional.

Na década de 80, verifica-se um crescimento interno do Estado de São Paulo bastante significativo, principalmente nas regiões próximas a metrópole e algumas regiões na área centro-leste do Estado, embora o crescimento das várias regiões do Interior do Estado não tenha ocorrido de forma uniforme, este superou em muito o crescimento da RMSP, principalmente no período de 1991-1996. (BAENINGER op. cit.).

Ao se observar as várias Regiões de Governo do Estado de São Paulo, pode-se verificar que existem áreas onde a taxa de crescimento para o período de 1991-1996 apresentou uma taxa de crescimento entre 2% e 3% a.a., é o caso de Sorocaba, Franca, Rio Claro, Limeira, Campinas, São Carlos, São José do Rio Preto e Caraguatatuba. Já a RMSP apresentou um crescimento de apenas 1,5% para o mesmo período.

MAPA III- Taxas de Crescimento da População Total Regiões de Governo do Estado de São Paulo 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População (Modificado)

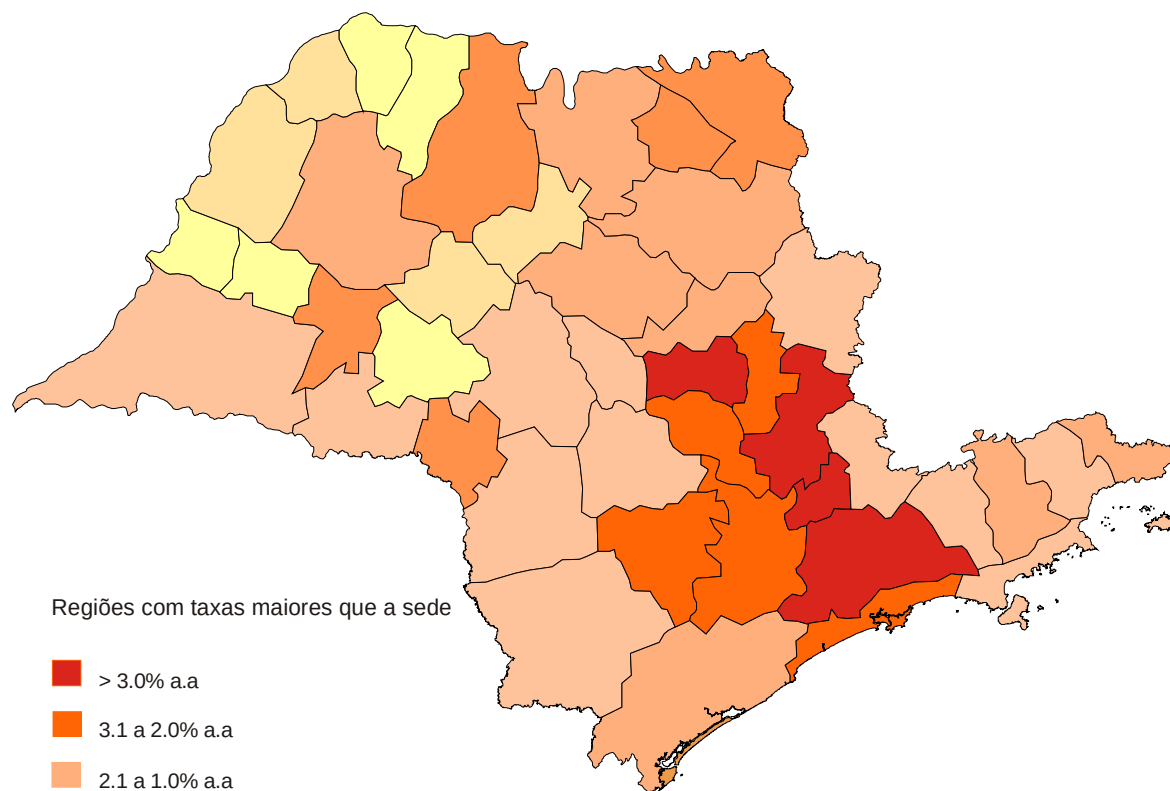
Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni



O cenário criado pela distribuição populacional no Estado de São Paulo permite que sejam tiradas algumas conclusões, primeiro há uma retenção bastante significativa da população nas áreas tanto do interior quanto do litoral, onde áreas que estão mais distantes da capital acabam por se caracterizar como regiões de grande absorção, não só para a área urbana, mas também para a área rural.

Muitas particularidades podem ser detectadas neste processo de reorganização dos fluxos migratórios, talvez aquela que mais se destaque seja o acentuado crescimento dos pequenos municípios – aqueles com menos de 5 mil habitantes, uma vez que estes atingiram 3,5% a.a. para o período de 1991-1996. (FIBGE). Uma outra particularidade que poderia ser citada é o menor crescimento das sedes regionais em detrimento ao crescimento da área de entorno, que são exatamente os municípios pequenos. Este processo começou a ser detectado nos anos 70, nas regiões de entorno das cidades de Campinas e Santos. Já na década de 80 este fenômeno foi observado nas regiões de Rio Claro, Sorocaba, Jundiaí, Taubaté, Caraguatatuba, Piracicaba, Bragança Paulista e Araraquara. (Censo demográfico 1991).

MAPA IV - Situação do Crescimento Populacional dos Entornos Regionais - Regiões de Governo do Estado de São Paulo, 1991-1996



Regiões com taxas maiores que a sede

■ > 3.0% a.a

■ 3.1 a 2.0% a.a

■ 2.1 a 1.0% a.a

■ < 1.0% a.a

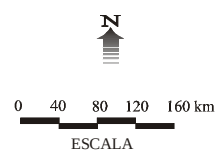
■ Regiões com aumento de suas taxas no
entorno, de 80/91 para 91/96

■ Regiões com taxas negativas no entorno,
mas positivas no núcleo

■ Regiões com taxas superiores no núcleo

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População (Modificado)

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni



A este respeito BAENINGER (op. cit.) afirma que:

“(...) o complexo conjunto de mudanças econômico-espaciais experimentado pelo Interior paulista contribuiu para o fortalecimento das distintas economias regionais, favorecendo por um lado, a dispersão populacional no Estado e, por outro, um rearranjo das formas de distribuição espacial da população no âmbito de cada região. Nesse contexto, são incorporados ao sistema urbano, que se expande, municípios pequenos e de porte intermediário; ao mesmo tempo, as cidades de médio e grande portes vêm apresentando uma desaceleração em seus ritmos de crescimento populacional.”

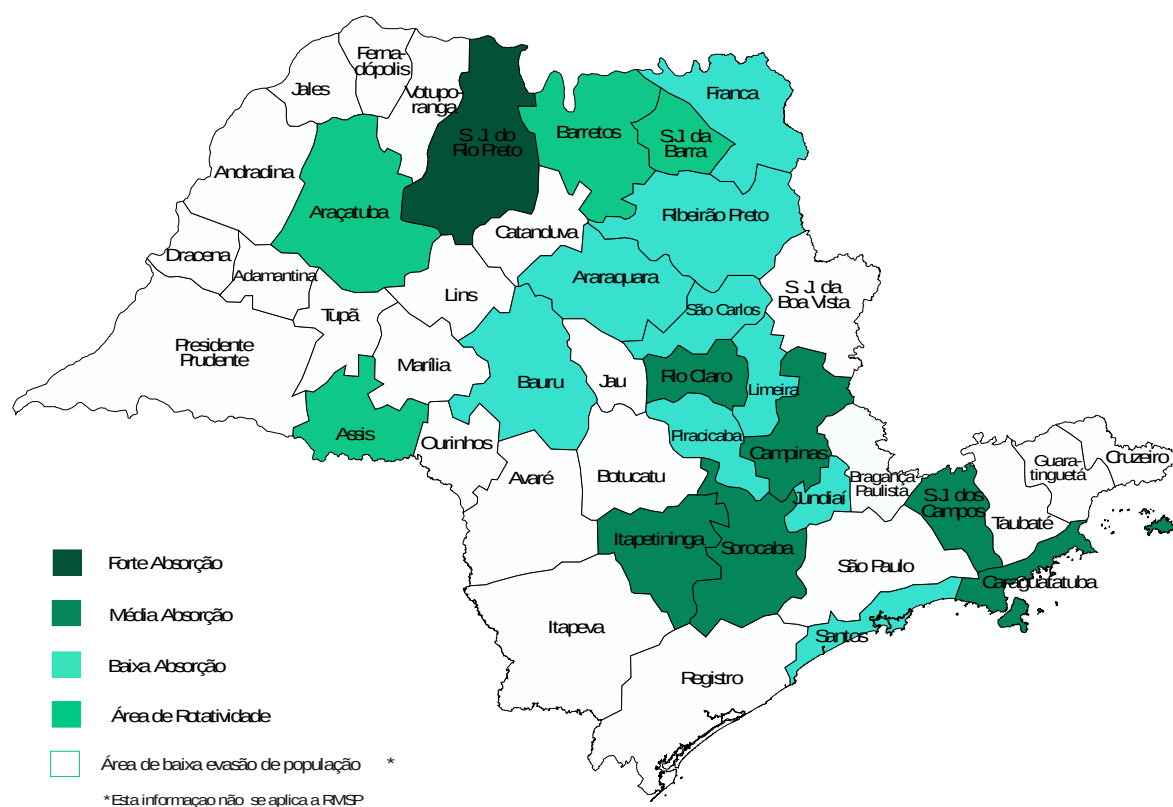
Como já foi dito anteriormente, a década de 80 foi marcada pela expansão dos espaços migratórios no Interior paulista associados principalmente aos recentes processos de urbanização e das atividades produtivas desenvolvidos no Estado; já na década de 70 os fluxos migratórios estiveram vinculados ao processo de interiorização da indústria. Atualmente tais fluxos migratórios apontam para novas relações entre os sistemas urbanos, onde a relação entre a cidades e seus entornos, bem como os fenômenos sociais são essenciais para compreensão de todo este processo de distribuição espacial da população.

IV.5 - Áreas de absorção populacional do Interior do Estado de São Paulo

Ao observarmos as várias regiões de Governo do Estado de São Paulo, podemos verificar que em sua grande maioria elas sofreram perdas populacionais, sendo assim, a reversão do fluxo migratório do Interior, bem como os ganhos populacionais obtidos, são advindos da RMSP, reforçando *“o caráter metropolitano da migração no Interior”* (BAENINGER ,op. cit.).

Falando mais especificamente das regiões receptoras dos fluxos migratórios, pode-se afirmar que estas reafirmaram a posição de pólos regionais que podem ser explicados como a expressão espacial da migração, onde a interação entre as cidades e seus entornos configuram uma nova realidade. A partir desses pólos, há um conjunto de municípios que se inter-relacionam do ponto de vista econômico, social e demográfico, contribuindo deste modo, para o aparecimento de subcentros regionais.

MAPA V - Áreas de Absorção Populacional entre as Regiões do Interior do Estado de São Paulo - 1981-1991



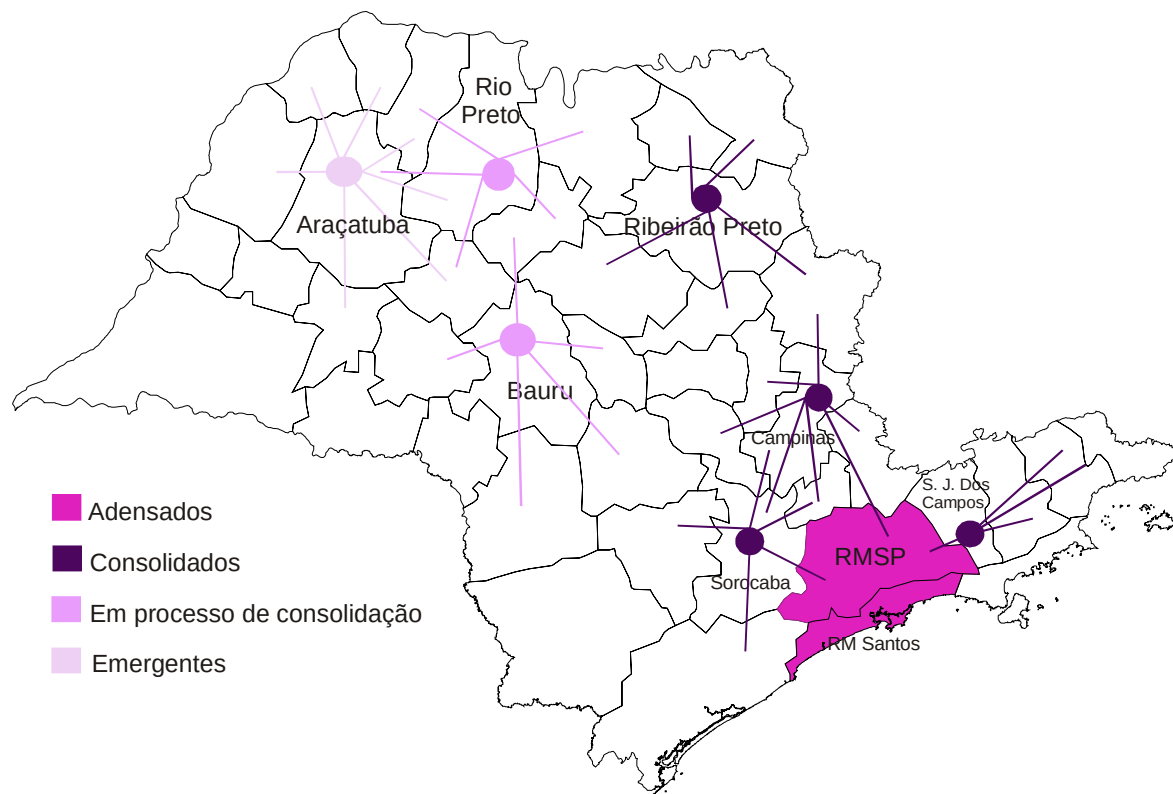
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni



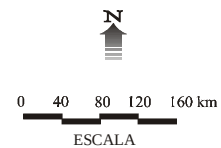
Tem-se deste modo, que os pólos regionais, passaram a desempenhar um papel importantíssimo na distribuição espacial da população, onde houve uma inversão dos fluxos migratórios com o incremento populacional nas cidades de pequeno porte, em detrimento ao decréscimo sofrido pelas cidades de médio e grande porte. A atual configuração dos fluxos migratórios é muito mais resultante de uma distribuição interna da população do que do aparecimento de novos fluxos advindos de outros estados como passou-se na década de 70.

MAPA VI - PÓLOS REGIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO 1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População, NEPO/UNICAMP (Modificado)

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni



A compreensão das novas espacialidades do território paulista, bem como sua estreita relação com a dinâmica da distribuição espacial da população, está vinculado a trajetória da urbanização e ao processo de redistribuição das atividades econômicas nas diferentes regiões do Estado, mormente a partir da década de 70.

IV.6-A Importância do Eixo Rodoviário no Contexto do Processo de Industrialização Brasileira.

Quando se fala do processo de industrialização ocorrido no Brasil, a partir da década de 30, necessariamente somos levados a analisar o processo de industrialização de São Paulo, uma vez que este Estado foi historicamente o que apresentou maior desenvolvimento industrial. Este fator decorre principalmente do fato de que a economia cafeeira permitiu altos índices de acumulação financeira, os quais foram paulatinamente aplicados na indústria; posto que os grandes produtores de café passaram a transferir suas riquezas para os grandes centros urbanos regionais da época². (FERREIRA, 2003).

Alguns fatores devem ser levados em consideração quando se fala do processo de industrialização, entre eles podem ser citados:

- a- O grande contingente de mão-de-obra, principalmente do imigrante europeu;
- b- A substituição das importações por produtos nacionais, por conta da Primeira Guerra Mundial;

Nos primórdios da industrialização brasileira, final do século XIX e início do século XX, inexistem as grandes indústrias de base. De modo geral, o desenvolvimento industrial até 1920, dá-se através das indústrias de bens de consumo não duráveis.

Falar de indústria é necessariamente falar de um complexo número de relações de capital, poder, tecnologia e assim por diante, como já foi supra citado foi o Estado de São Paulo reuniu as condições necessárias para o surgimento da indústria seja através da acumulação do capital permitida pelo café, seja pelo aproveitamento da infraestrutura, como as estradas de ferro e o telégrafo, trazida por ele.

A abolição da escravatura, bem como a vinda de imigrantes europeus para o Brasil podem ser considerados fatores, de fundamental importância para o surgimento das primeiras indústrias, posto ter permitido a materialização de um mercado consumidor, até então praticamente inexistente e pouco expressivo. Concomitantemente a estes fatores, pesados investimentos foram realizados com o objetivo de viabilizar a estruturação do processo de industrialização, quais sejam: estradas, escolas, hospitais, serviços portuários, energia, tudo para garantir as condições necessárias para reprodução da força de trabalho. (LENCIONI, 1998).

A este respeito FERREIRA (op. cit.) afirma que:

“Com a base da interiorização já estabelecida pela vias férreas das diversas ferrovias implantadas no Estado, cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Mogi-Mirim, entre outras, foram se firmando como centros regionais importantes para o desenvolvimento estadual”.

E assim como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial também promove o crescimento industrial paulista, sendo que os setores mais importantes daquele período são o têxtil, o alimentício e o metalúrgico.

Neste trabalho de pesquisa, procurar-se-á discutir o período a partir da década de 70, quando a desconcentração das atividades produtivas, aparece de forma mais intensa no contexto nacional.

De acordo com CAIADO (2000:234):

² O deslocamento destes grandes produtores de café para a Capital foi viabilizado principalmente pela

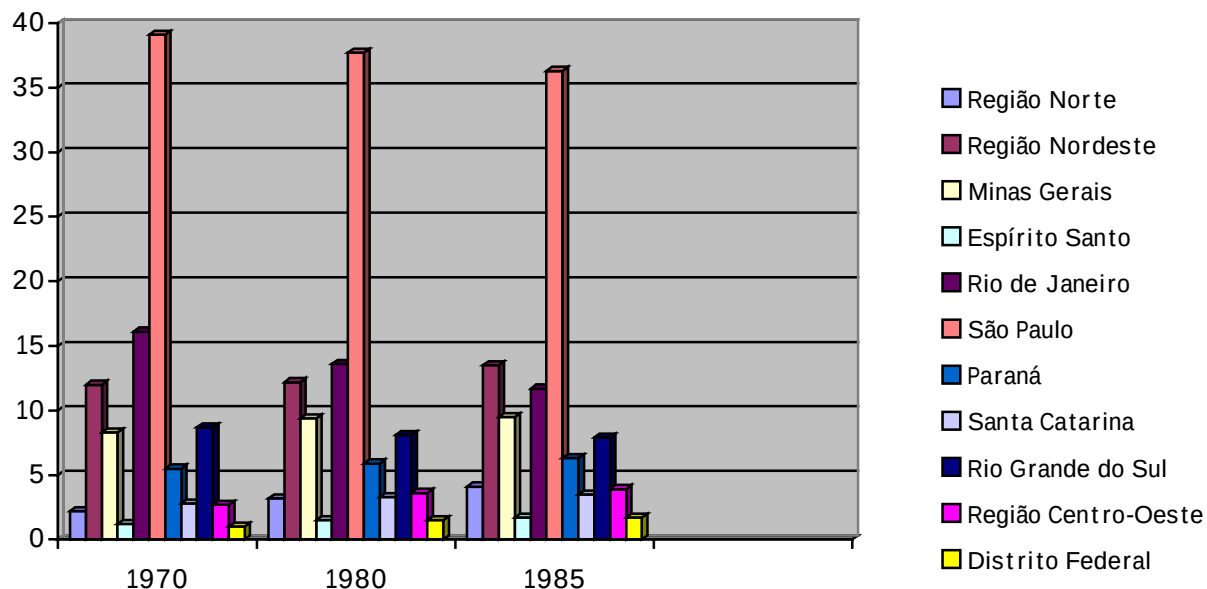
“A década de setenta ficou conhecida como uma década de grande crescimento econômico e um período de desconcentração das atividades econômicas, principalmente da produção industrial, de São Paulo para outros Estados”.

Esta situação foi viabilizada principalmente por conta do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implantado a partir de 1974, e sem dúvida foi um dos maiores esforços realizados pelo governo federal da época, no sentido de descentralizar a indústria nacional.

Esta política de desenvolvimento regional tinha por principal objetivo diminuir as grandes disparidades existentes entre as várias unidades da federação, e por conta disso dava incentivos à implantação de atividades industriais fora da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao observarmos a figura e a tabela que seguem, podemos verificar o impacto dos investimentos realizados em outros Estados através do PIB, uma vez que São Paulo teve sua participação reduzida, a partir de 1970, de 39,5% para 36,3% em 1985. As demais regiões do país ampliaram sua participação ao passo que a Região Sudeste teve sua contribuição reduzida de 65,1%, em 1970, para 59,2% em 1985. (CAIADO op. cit.).

GRÁFICO X – PARTICIPAÇÃO REGIONAL na COMPOSIÇÃO do
PRODUTO INTERNO BRUTO/BRASIL, REGIÕES e ESTADOS SELECIONADOS
1970 a 1985.



FONTE: FGV e FIBGE

Analisando-se o gráfico e a tabela mais detalhadamente pode-se observar que foi a Região Norte que apresentou maior crescimento na composição do PIB nacional entre o período de 1970 e 1985, seu aumento chegou a 86,4%, pois passou de 2,2% em 1970 para 4,1% em 1985. O Centro-Oeste (excluindo-se o Distrito Federal), teve um aumento da participação em 37,0%, ao passo que o Nordeste aumentou sua participação em 14,2%.

**TABELA II – PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB –
REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS – 1970/1985.**

REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS	1970	1980	1985
Região Norte	2,2	3,2	4,1
Região Nordeste	12,0	12,2	13,5
Minas Gerais	8,3	9,4	9,5
Espírito Santo	1,2	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16,1	13,6	11,7
São Paulo	39,5	37,7	36,3
Paraná	5,5	5,9	6,3
Santa Catarina	2,8	3,3	3,5
Rio Grande do Sul	8,7	8,1	7,9
Região Centro-Oeste	2,7	3,6	3,9
Distrito Federal	1,0	1,5	1,7

FONTE: FGV e FIBGE apud CANO (1997) e IPEA (1999)

CANO (op. cit.), aponta de forma sucinta quais foram os fatores que contribuíram para o processo de desconcentração do processo produtivo, quais sejam:

- A integração do mercado nacional – liderada pelo Estado de São Paulo - acabou por estimular as bases produtivas dos demais Estados brasileiros, obrigando-os a transformações de cunho estrutural, as quais em longo prazo tiveram efeitos cumulativos, desconcentrando segmentos produtivos.
- A partir da década de 30, houve o incentivo tanto do processo de urbanização, quanto da criação de agroindústrias, com a expansão da fronteira agrícola em diversos Estados.
- As políticas adotadas pelo governo a partir da década de 60, para que houvesse uma diminuição das disparidades regionais, proporcionaram o

deslocamento de capital produtivo para regiões como o Nordeste (SUDENE), o Norte (SUDAM e SUFRAMA) e o Espírito Santo, através do Fundo de Recuperação do Espírito Santo (FUNRES). Tal deslocamento de capital favoreceu as transformações no setor produtivo, reorganizando suas exportações, e deste modo, desconcentrando a produção nacional;

- Mudanças no crédito rural, bem como a adoção de novas políticas de incentivo as exportações promoveu a modernização tanto da agroindústria quanto da agricultura;
- O II PND, mediante a aplicação de uma política de incentivos fiscais e do aumento das linhas de crédito, além dos investimentos bem sucedidos.

O incremento do processo de urbanização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal), que passaram de taxas médias de 42% em 1970 para 58%, 61% e 73% em 1991, estimulou tanto a criação quanto a diversificação de serviços e também de indústrias leves, de abrangência local.

No entanto, apesar de todas as políticas adotadas pelo governo federal, no sentido de inibir novos investimentos na RMSP, este se viu obrigado a realizar parte dos investimentos no interior do Estado de São Paulo, atenuando, mesmo que parcialmente o processo de descentralização produtiva. Outro fator que contribuiu significativamente para amenizar o impacto causado pela descentralização produtiva, foi a implementação do PROÁCOOL, viabilizado principalmente pela boa qualidade do solo, bem como pela pré-existência de uma agricultura moderna no interior do Estado, isso tudo contribuiu para a dinamização da agroindústria do interior.

Existem outros fatores diretamente ligados as deseconomias de aglomeração, que devem ser levados em consideração no que se refere à diminuição da participação da metrópole tanto no âmbito nacional quanto no estadual, entre eles podemos citar:

- A implantação de legislações que tinham por objetivo articular o crescimento urbano ao crescimento industrial e a melhoria da qualidade de vida;
- O surgimento de um sindicalismo forte e independente do Estado;
- As dificuldades provocadas por problemas tipicamente urbanos (os quais interferem diretamente na produção das várias unidades fabris), como por exemplo, os grandes congestionamentos, a elevação dos preços dos terrenos necessários para ampliações, entre outros.

Em contrapartida no interior do Estado a situação que se apresentava era completamente diferente, pois de acordo com CAIADO (op. cit.):

“(...) a articulação da moderna agricultura com o setor industrial – responsável pela geração dos complexos agro-industriais – os investimentos industriais diretos realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas – com forte irradiação para diversos ramos industriais – as ações e investimentos em infraestrutura realizados pelos governos estadual e municipais – modernas rodovias, melhorias no transporte ferroviário, implantação de distritos industriais e diversas isenções fiscais – a existência de uma bem estruturada rede de cidades; somados ao fato de que no Estado de São Paulo localizava-se grande parte do mercado brasileiro, tanto para insumos e bens intermediários como para bens finais fizeram com que parte do processo de descentralização não se realizasse enquanto tal, mas provocasse somente a desconcentração do parque industrial paulista da capital em direção ao interior e aos outros municípios da metrópole.”

De acordo com o Núcleo de Economia Urbana e Social, Urbana e Regional – NESUR, do Instituto de Economia da UNICAMP, os principais fatores que levaram ao processo de interiorização da indústria paulistana podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Investimentos diretos realizados pelo poder público, bem como as políticas por ele adotadas;
- As deseconomias de aglomeração, presentes na grande metrópole;
- A existência de uma agricultura moderna; e
- Existência de uma rede urbana bem estruturada.

Mediante aquilo que foi exposto até o presente momento, pode-se concluir que os investimentos industriais diretos realizados pelo governo federal, bem como os investimentos em infra-estrutura realizados tanto pelo poder público municipal quanto estadual, aliados a articulação de uma agricultura moderna com o setor industrial, além do fato de São Paulo centralizar grande parcela do mercado nacional foram os principais responsáveis pelo processo de interiorização da indústria. É certo que, se analisarmos os dados referentes ao Valor da Transformação Industrial (VTI) para São Paulo poderemos verificar que no período de 1970 a 1985, passou de 48,1% para 29,8%; no entanto, parte desta redução foi absorvida pelo interior do Estado, que passou de 25,3% para 43,4%, no mesmo período. Vale ressaltar que a perda de participação na produção industrial, no período em questão (1970/1985), ocorreu exclusivamente na capital, uma vez que outros municípios da RMSP não apresentaram o mesmo comportamento.

Existe um outro fator que deve ser levado em consideração no que se refere a este processo de interiorização da indústria, uma vez que até meados da década de 70, os setores mais dinâmicos da indústria localizavam-se na Capital e em seu entorno imediato – ABC e Baixada Santista –, a partir do momento em que houve a necessidade de se buscar novas áreas, a opção mais lógica era buscar áreas que oferecessem infra-estrutura básica e social, bem como se localizassem próximas aos eixos rodoviários de acesso a capital.

Tem-se deste modo, que além da RMSP e da Baixada Santista, o processo de industrialização ocorre às margens da via Dutra, principalmente nos setores bélico, indústria aeronáutica, materiais de transporte, química (CANO, 1992).

Na região de Campinas, a expansão regional se deu ao longo da Anhanguera, sendo que existe uma tendência a conurbação entre Campinas, Sumaré e Valinhos – formando um *continuum* de ocupação urbana nesse eixo.

No intuito de melhor compreender a importância dos eixos rodoviários neste processo de interiorização da industrialização no Estado de São Paulo, será feito um recorte histórico, que nos permita analisar qual foi o papel desempenhado pelo poder público dentro de todo este processo.

Há que se ressaltar que muito embora inúmeros pesquisadores tenham se referido a este assunto optamos neste trabalho de pesquisa as elaborações feitas por Ferreira (2003), que fez uma retrospectiva das políticas públicas adotadas deste Jânio Quadros (1955/1958) até Mário Covas/Geraldo Alckimin (1995/2002), no que se refere à implantação e manutenção dos eixos rodoviários do Estado de São Paulo:

Jânio Quadros (1955/1958). Mediante a quitação das dívidas públicas pelo então secretário de finanças Dr. Carvalho Pinto, houve a ampliação da malha rodoviária estadual em 1690 quilômetros, com a pavimentação de mais 2400 quilômetros (Rodoviarismo 1994).

Carlos Alberto Carvalho Pinto (1959/ 1962). Grande preocupação com a base agrícola do Estado bem como os meios de transportes para escoar a produção para os grandes centros consumidores. No setor agrícola foi dada ênfase na melhoria e implantação de novas casas da lavoura e ampliação das capacidades dos silos e armazéns em todo o Estado de São Paulo.

Abreu Sodré (1967/71). Há uma preocupação com o processo de desconcentração industrial da Grande São Paulo, e justamente por conta disso são elaboradas políticas no sentido de levar o parque industrial paulistano para o interior paulista, tanto que em 1968 cria o Grupo de Descentralização Industrial que é complementado em seguida pelo Grupo de Análise Territorial, cujos objetivos eram minimizar a disparidade regional dentro do próprio Estado de São Paulo.

Laudo Natel (1971/75). Adota a mesma posição do governo anterior, entendendo que era de competência do Estado retomar a condução das questões relativas às disparidades regionais, detectar os níveis críticos de concentração e adotar medidas de ação política para intervir e reverter esse processo. Propõe o Plano de Interiorização do Desenvolvimento, sendo que na base desse plano estão alguns eixos rodoviários, pelos quais as riquezas circulariam e os parques industriais se instalariam. Foram consideradas as vias: Anhangüera em direção à região de Ribeirão Preto, a via Washington Luiz no sentido de São José do Rio Preto, a rodovia Castelo Branco, que cortava a região de Sorocaba, e a via Dutra, para o Vale do Paraíba, fazendo a ligação com o Rio de Janeiro. Dessa forma, detectaram-se as “tendências naturais” do processo de expansão industrial no sentido capital-interior.(NEGRI,1996). Dentre os inúmeros órgãos criados nesta administração, pode-se citar: os Escritórios Regionais de Planejamento - Erplan's, Cia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição e de Águas - Cetesb, entre outras. Nesta administração foi estabelecido o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento [Proinde], objetivando implantar, em mais de 5mil quilômetros, a rede de estradas pavimentadas a partir da metrópole .

Paulo Egydio Martins (1975/1978). Foi o governo responsável pela construção da Rodovia Bandeirantes, interligando as cidades de Campinas, Jundiaí e São Paulo; tal rodovia recebe o fluxo de veículos de boa parte do interior paulista e Estados do norte e centro-oeste do país. Por conta disso a via Anhangüera entre Campinas e São Paulo, passa a ser uma via com característica local, devido ao seu grande fluxo de veículos e a importância assumida pela parte industrial das respectivas cidades daquela região. Suas principais políticas para o desenvolvimento do Estado foram : Programa de cidades Médias, Política de Desconcentração e Descentralização Industrial, Programa do Macro-eixo Rio-São Paulo, Programa de Cidades Pequenas, Programa de Cidades Médias, Programa das Estâncias Hidrominerais, Climáticas e de Interesse Turístico e Programa do Pontal do Paranapanema. Além disso, em seu governo foi criada a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional- P.D.U.R- estabelecendo para as cidades médias:

- Saneamento básico (serviço de esgoto sanitário);

- Sistema viário estadual, regional ou urbano;
- Abastecimento de água;
- Implantação ou equipamento de distrito industrial;
- implantação ou reaparelhamento de centrais comercializadoras de produtos agrícolas;
- implantação ou melhorias no sistema de transportes urbanos ou interurbanos;
- rede de drenagem de águas pluviais e obras de combate à erosão em áreas urbanas;
- equipamento coletivo para lazer urbano;
- equipamento de saúde e educação especializados regionalmente, e
- realização ou atualização de planos municipais de desenvolvimento físico-territorial, e etc.[Ronchezel,1983].

O objetivo do governo era transferir para cidades médias do Estado, os mesmos benefícios e infra-estrutura que trabalhadores especializados e empresários gozavam nos grandes centros urbanos do Estado, sem, no entanto, transferir os grandes problemas econômicos e sociais que são encontrados diariamente nos grandes centros.

Paulo Maluf/José Maria Marin (1979/1982). Transforma os Erplan's em Erin's – Escritórios Regionais do Interior e tenta transferir autoritariamente a capital do Estado para o centro do interior paulista. No campo rodoviário constrói uma pista da rodovia dos Imigrantes, permanecendo por 20 anos para desafogar o fluxo de veículos da antiga via Anchieta.

André Franco Montoro (1983/1986). Talvez a palavra que melhor defina esse governo seja a palavra **descentralização**. Montoro procurou em todas as esferas de seu governo, servir toda a população. Restabeleceu os Escritórios Regionais de Planejamento, dando poder de decisão bem como orçamento para as prefeituras realizarem obras de pequeno e médio porte. No setor rodoviário não realizou grandes obras, no entanto, pavimentou 4000 quilômetros de vicinais em áreas produtivas do Estado, viabilizando escoamento da produção agrícola.

Investiu nos sistemas ferroviário e hidroviário, possibilitando a navegação em 400 quilômetros na hidrovía Tietê-Paraná.

Orestes Quércia (1987/1991). Atuou no sentido de consolidar ainda mais a descentralização industrial, realizando inúmeras políticas que tinham por objetivo principal desenvolver o interior paulista. Quanto ao setor rodoviário, duplicou as mais importantes rodovias do Estado de São Paulo, fortalecendo seu papel de vias coletoras estaduais e preparando o Estado para o aumento do fluxo de veículos que via de regra ocorreu na última década do século XX. Entre elas podem ser destacadas: Castelo Branco, Washington Luiz, Dom Pedro I, e nas duplicações interligando as regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Luis Antonio Fleury Filho (1991/1994). As mais importantes obras rodoviárias deste governo foram à duplicação da rodovia Marechal Rondon, de Botucatu a Bauru e posteriormente até a divisa do Mato Grosso do Sul e a duplicação da rodovia Fernão Dias, entre a via Dutra e a Dom Pedro I, com propostas para se chegar até a divisa do Estado de Minas Gerais. Dentre as novas estradas construídas está à rodovia Governador Carvalho Pinto, ligando as cidades de Guararema a Taubaté. Neste governo também se inaugura o polemico processo de terceirização de rodovias estaduais. Estabelece o Programa de Privatização e Concessão de Rodovias Estaduais. Num primeiro momento são privatizadas as vias Anhangüera/Bandeirantes, Anchieta/Imigrantes e 65 quilômetros da rodovia Castelo Branco. Segundo o governador, essa solução inovadora é a melhor garantia de que São Paulo continuará a ter as melhores estradas do país.[Rodoviarismo,1994].

Mário Covas/Geraldo Alckimin (1995/2002). Foram duplicadas algumas rodovias de pequena extensão, entre elas a rodovia Piracicaba/Rio Claro e a Piracicaba/Limeira, dando maior fluidez à hidrovía Tietê/Paraná na região Central do Estado. Promoveu a ampliação da rodovia dos Bandeirantes entre as cidades de Campinas a Cordeirópolis, interligando a Anhangüera e a Washington Luiz, o Rodoanel Mário Covas, desafogando a trânsito da área metropolitana de São Paulo e o início da construção da segunda pista da rodovia dos Imigrantes, entre a cidade de São Paulo e a Baixada Santista.

Segundo Azzoni (1985), o que ocorreu em São Paulo foi um “espraçamento” da indústria para o interior da área mais industrializada do país, em um processo que poderia ser chamado de “desconcentração concentrada”, onde há o deslocamento de etapas do processo produtivo, sem, no entanto haver um deslocamento dos controles financeiros e decisórios. No sentido de tentar explicar a razão que faz com que algumas áreas sejam mais atrativas do que outras, Azzoni, também desenvolveu o conceito de “campo aglomerativo”, onde a atração que cada cidade pode exercer depende de vários fatores, até mesmo de seu tamanho – número de habitantes. No entanto, mais fundamental que o poder de atração urbana, seria o poder de atração regional, ou seja, o poder de atração de uma determinada cidade estaria diretamente ligado a seu contingente populacional, a sua base industrial, a sua infra-estrutura – tanto de transportes, quanto de comunicações -, a sua proximidade dos grandes centros urbanos (sejam eles de importância nacional ou regional); deste modo, uma cidade que abarcasse todas estas características certamente atrairia novas indústrias.

CAPÍTULO V- O DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO:

Uma retrospectiva histórica.

Para que se possa compreender como se deu o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Rio Claro, dois fatores principais não podem se esquecer: a cultura cafeeira e a implantação da ferrovia.

É certo que o povoado já existia antes das grandes lavouras de café, pois sua “formação” remonta o ciclo da cana-de-açúcar, no entanto, a importância econômica do povoado naquele período era pequena. O desenvolvimento econômico de Rio Claro dar-se-á de maneira mais efetiva quando o café desponta como importante produto de exportação.

Em 1876 com a implantação da ferrovia, quando a cidade assumiu por oito anos a condição de ‘ponta de trilhos’, tornando-se um importante entroncamento ferroviário, concentrando a produção de regiões mais interioranas, além de consolidar-se como um centro de comércio, fornecendo gêneros alimentícios e suprimentos a toda população e a todas as atividades desenvolvidas na região. GARCIA ,1994 .

Segundo dados do ano de 1883, foi possível verificar que sete anos após a chegada da ferrovia, “a cidade possuía um comércio bastante ativo, com trinta e quatro casas de secos e molhados, vinte e quatro casas de ferragens, vinte e duas de armarinhos, moda e chapéus, oito sapatarias, duas ourivesarias e sete alfaiatarias. Contava ainda com máquinas de beneficiar grãos (arroz e café), fábricas de licores e cerveja. Além do mais já possuía condições de prestar serviços médicos e educacionais. (GARCIA,op. cit.). Em 1886 foi considerada a quarta maior região produtora de café do Estado”.

A este respeito SAMPAIO, (1987:22) afirma que:

“A economia cafeeira desenvolveu o centro urbano, através principalmente, dos setores de beneficiamento e comércio de café e do setor de transporte (ferrovias) e, enquanto foi mantida sua alta lucratividade, sustentou o crescimento da cidade. Quando o café entrou em decadência, o centro urbano já havia

adquirido um determinado tamanho funcional que lhe garantia algum dinamismo próprio de sustentação e crescimento (...) A demanda do mercado interno era suficiente para sustentar o setor comercial e provocar o aparecimento das pequenas indústrias”.

A partir do momento em que há instalação das oficinas (1892), há uma diversificação no núcleo urbano, uma vez que houve a necessidade da ampliação das atividades industriais, como exemplo, temos: a instalação de serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café.

Em se tratando do processo de industrialização de Rio Claro, podem ser destacadas três fases distintas, quais sejam:

1ª Fase Pioneira: Sabe-se que o processo de industrialização brasileiro tem suas raízes na primeira metade do século XIX, entretanto foi a economia cafeeira que permitiu o acúmulo de capital necessário para o desenvolvimento da indústria. Tem-se deste modo, que as áreas que apresentaram maior ritmo de desenvolvimento industrial, serem justamente as áreas de cultivo do café.

Dentro deste contexto, pode-se afirmar que Rio Claro, no século XIX, teve sua economia baseada na grande lavoura de café de exportação. As fazendas eram praticamente auto-suficientes em produtos alimentícios, materiais de construção, além de alguns artefatos: caldo de cana e água ardente, fiava-se e tecia-se algodão, havia serrarias, moinhos e descascadores de café e, em algumas aproveitava-se a argila e a cal existentes em fornos e olarias. (Dean, 1977,51).

Em 1900, quando ocorre uma expansão generalizada do trabalho assalariado, e paralelamente a isso um intenso processo de transformação na economia agrícola, devido principalmente ao declínio do café, o centro urbano de Rio Claro já apresentava dinamismo próprio, pois além de pequenas indústrias, possuía rede telefônica, energia elétrica, casas comerciais, escolas. (SAMPAIO, op. cit.).

O que se apresenta na virada do século XIX para o século XX, é uma inversão da situação anterior, onde a economia estava eminentemente baseada no setor agrícola. Certamente a ferrovia foi um fator muito importante para o desenvolvimento da economia da cidade, mas não deve ser o único fator a ser levado em consideração, pois a cidade possuía uma cultura artesanal e de serviços já na década de 1870. (DEAN, op. cit).

De acordo com SAMPAIO, (op. cit.) em linhas gerais, pode-se dizer que a fase pioneira da industrialização de Rio Claro teve como características básicas:

— *“a atuação dominante de fatores endógenos no processo de implantação da quase totalidade das unidades artesanais/industriais.*

(...)

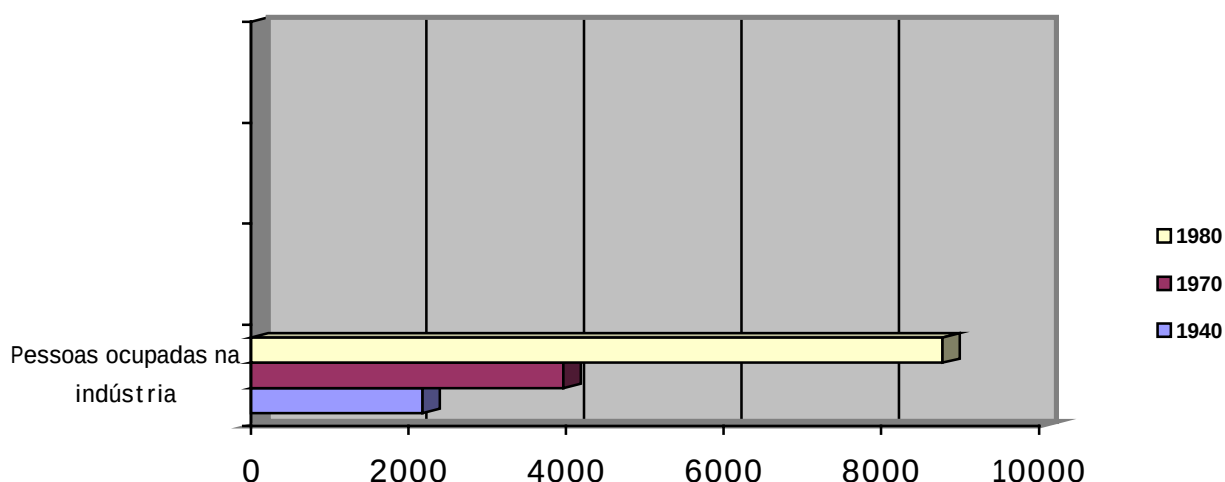
— *uma estrutura industrial coerente , exceto quanto ao ramo têxtil, com o padrão estrutural então vigente em muitas cidades do Sudeste, do Estado de São Paulo e da região.*

— *uma indiscutível, embora não exclusiva, relação de origem (ou genética) com a economia cafeeira, que parece ser mais indireta que direta.*

— *a importante participação do imigrante estrangeiro através do trabalho, da iniciativa empresarial e do capital (fatores de implantação e de produção industriais).*

2ª Fase: A Tradicional: A partir da década de 30, há o início de uma nova fase no processo de industrialização da cidade – que se mantém até o final da década de 60 – que é marcado pelo desenvolvimento de atividades industriais consideradas ‘tradicionais’, quais sejam: bebidas, têxtil, minerais não metálicos. No período em questão, Rio Claro teve o que se poderia chamar de um desenvolvimento industrial “modesto”, uma vez que se for feita uma análise em números absolutos tem-se a seguinte situação:

GRÁFICO XI – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA INDÚSTRIA
RIO-CLARENSE NOS ANOS DE 1940/1970/1980.



Fonte: SAMPAIO, S.S. A Industrialização de Rio Claro. *Geografia*, v.12, n. 24, Rio Claro, 1987. (Adaptado)

Observando a figura, pode-se concluir que o crescimento global para o período entre 1940 e 1970 foi de 81,95%, o que pode ser considerado pequeno, se levarmos em consideração que em apenas 10 anos (período de 1970 a 1980), apresentou um crescimento de 121,47%.

Ao que tudo indica, o município de Rio Claro, durante a fase tradicional pouco se beneficiou do grande impulso industrial que São Paulo e outras cidades do Interior receberam. A partir do momento em que a cidade perdeu sua posição de importante centro urbano da economia cafeeira, pode se dizer que a cidade entrou em um período de estagnação econômica e de retração demográfica. Diante deste quadro, a pequena indústria já existente, não consegue competir com os grandes centros, justamente por conta de seu pequeno porte, por sua incapacidade de geração e acumulação de renda e por falta de oferta de financiamento por parte do próprio município. Quanto a grande indústria, o que se verifica é a manutenção da situação da fase pioneira, quando esta era representada por algumas poucas unidades fabris, pois ao passo “que algumas novas fábricas surgiam, importantes estabelecimentos remanescentes da fase ‘pioneira’, encerravam suas atividades nos anos 30 e 40”. (SAMPAIO, op. cit.)

Segundo SAMPAIO (op. cit.), ainda podem ser apontados os seguintes fatores que explicam esta fase tradicional do desenvolvimento da indústria rio-clarense:

- a) *A pequena capacidade de acumulação de capital do município*, esta é uma característica presente desde o início das atividades econômicas em Rio Claro, e que certamente também se refletiu na indústria.
- b) *A tímida iniciativa empresarial local*, ligada a escassez de capitais.(...)
- c) *A existência de um reduzido número de estabelecimentos “motrizes”*, fator que restringiu em muito a implantação de novas indústrias e atividades relacionadas a ela.
- d) *A existência das oficinas da Cia. Paulista*. É inegável que as oficinas da Cia. Paulista tenham desempenhado papel de grande importância no contexto sócio-econômico de Rio Claro. Entretanto, elas não estabeleceram ligações funcionais de matéria-prima e de produto com indústrias locais, privando-se de qualquer efeito multiplicador. Sendo assim, as oficinas da Cia. Paulista, parecem ter muito mais inibido o crescimento industrial de Rio Claro.
- e) *As precárias condições de abastecimento em energia elétrica e água*, que começaram a ser sanadas em meados da década de 60, com a criação da CESP – uma empresa de âmbito estadual. O problema da água foi resolvido no final da década de 60, mediante a construção de uma nova adutora e da captação de água do Rio Corumbataí.

3ª Fase: A Fase “Dinâmica”: foi a partir da década de 70 que a cidade de Rio Claro apresentou dinamismo em seu desenvolvimento industrial, pois foi neste período também em que houve a implantação de setores industriais considerados mais ‘dinâmicos’, como: indústrias químicas, mecânicas, plásticas, entre outras.

A tabela que segue confirma este dinamismo apresentado pela indústria de Rio Claro a neste caso foram selecionas indústrias implantadas na cidade a partir de 1997, estes dados foram obtidos através do Programa de Desenvolvimento de Rio Claro - Proderc.

O Proderc é um Programa de Desenvolvimento de Rio Claro, idealizado pela Prefeitura Municipal no início da década de 90, tomando significativas proporções a partir do ano de 1997. Basicamente, o programa consiste na isenção total ou parcial, por três anos, de todas as taxas municipais, inclusive o consumo de água, bem como, os serviços iniciais de terraplanagem.

As atividades que recebem o Proderc, são industriais, comerciais e prestadoras de serviços. Faz-se necessário à comprovação de investimentos na cidade, e a ampliação do número de empregos, por parte da empresa solicitante.

De 1997 a 2003, tivemos a implantação de 123 novos investimentos no município, ampliando o número de emprego em 4979, com um total de investimentos na ordem de R\$ 242.281.000,00, no período.

Os investimentos também se dividem em duas categorias: implantação de nova empresa e ampliação de empresa pré-existente. Como implantação de empresa nova tivemos o número de 58 e ampliação de estabelecimentos pré-existentes o número sobe para 65.

A origem dos investimentos na grande maioria provem do município de Rio Claro(100 investimentos), 17 do Estado de São Paulo (interior e capital), 05 do Estado de Santa Catarina e 01 do Estado de Pernambuco.

Se dividirmos os investimentos por setores de produção, constataremos que o setor de alimentação recebeu 22 novos investimentos, seguido pelo metalúrgico com 12 investimentos, cerâmico com 11, químico, construção e farmacêutico com 08 investimentos, embalagem com 07, transporte e hotelaria com 06 investimentos, no período de 1997/2003.

Em relação ao setor de alimentação, tivemos a implantação desde pequenas lanchonetes, casas de lanches de grande porte, churrascaria, indústria no setor alimentício e até grandes redes de supermercados.

Sobre a questão da mão de obra, a média de emprego por estabelecimento foi de 40.47, ficando a grande maioria dos estabelecimentos à baixo desta média. Acima da média, destacamos algumas empresas importantes, caso da Multibrás com 425 operários, Torque S/A com 249, Delta Cerâmica e Supermercado Peralta, com 200 funcionários cada. Tivemos ainda, mais 29 empresas que tiveram o seu número de empregados com número superior à media de empregados no período 1997/2003. Todos os fatores são importantes para manter em número crescente, o nível de emprego na cidade.

TABELA III – EMPRESAS IMPLANTADAS EM RIO CLARO – 1997/ 2003

EMPRESAS IMPLANTADAS EM RIO CLARO - 1997/2003					
Nome da Empresa	Data da assinatura	Nº de Empregos	Investimentos	Ramo de Atividades	Origem
1997					
01 - Anaber Comésticos Ltda.	04.04.1997	30	500.000,00	Cosméticos	São Paulo
02 - Metalúrgica Picelli	04.04.1997	50	200.000,00	Metalúrgica	Rio Claro
03 - Cerâmica Cristofolletti	10.04.1997	30	300.000,00	Cerâmica	Rio Claro
04 - P.J. Gobbo Ind. E Comércio Ltda.	10.04.1997	60	500.000,00	Confecção	Rio Claro
05 - SRS do Brasil	18.07.1997	30	500.000,00	Serigrafia e Desing	Crisciúma
06 - Marbel RC Ind. E Com. Exp. Ltda.	05.09.1997	75	500.000,00	Alimentação	Rio Claro
07 - Confecção Helena Ltda.	21.10.1997	37	110.000,00	Confecção	Rio Claro
08 - Frutverão Ind. E Com. Ltda.	05.11.1997	63	425.000,00	Alimentação	Ilha Bela
09 - Escola COC	12.11.1997	66	700.000,00	Educação	Rio Claro
10- Multibrás AS	15.12.1997	425	58.000.000,00	Utilidade Doméstica	São Bernado do Campo
	TOTAL	866	61.735.000,00		
1998					
11 - Cassiano Transportes	28.01.1998	80	1.000.000,00	Transporte e carga	Crisciúma
12 - Perdigão Agroindústria Ltda.	03.02.1998	20	1.600.000,00	Incubadora de Aves	Rio Claro
13 - Felício Crisci ME	05.02.1998	4	30.000,00	Avicultura	Rio Claro
4 - Hotel Fazenda Harmonia	20.05.1998	60	100.000,00	Hotelaria	Rio Claro

15 - Mult. Ind. E Com. De Escovas e Ferramentas	13.08.1998	20	300.000,00	Ind. E Com. De Escovas e Ferragens	Rio Claro
16 - Crios Resinas Sintéticas Ltda.	07.12.1998	10	3.000.000,00	Química	Rio Claro
	TOTAL	194	6.030.000,00		
1999					
17 - Ibrac Ind. Bras. Aditivos e Condimentos	02.01.1999	23	1.500.000,00	Condimentos	
18 - Guttier Ind. E Comércio de Óculos Ltda	02.01.1999	79	1.200.000,00	Ind.e Com. De Óculos	Rio Claro
19 - Churrascaria Estância Gaúcha	03.03.1999	25	1.000.000,00	Churrascaria e Lanchonete	Rio Claro
20 - Nezaja Hotel	11.05.1999	25	900.000,00	Hotelaria	Rio Claro
21 - Victor Guglielme Filho	17.05.1999	5	150.000,00	Embalagem Plástica	Rio Claro
22 - Hospital Unimed	13.08.1999	40	4.000.000,00	Cooperativa de Médicos	Rio Claro
23 - Hotel Tertúlios	13.08.1999	6	350.000,00	Hotelaria	Rio Claro
24 - Hidracer Equipamentos Cerâmicos	24.08.1999	5	200.000,00	Comércio e Equip. Cerâmicos	Rio Claro
25 - Beraldo & Lombardi Ltda.	02.09.1999	6	200.000,00	Alojamento de Estudantes	Rio Claro
26 - Perfortex Revestimento de Pisos	11.09.1999	15	260.000,00	Tintas	Rio Claro
27 - IRB Tatuzinho 3 Fazendas	27.09.1999	30	7.590.000,00	Aguardente	Rio Claro
28 - Lavanderia Industrial	09.11.1999	7	50.000,00	Lavanderia	Rio Claro
29 - Babe Forros e Divisórias	14.12.1999		60.000,00	Forros e Divisórias	Rio Claro
	TOTAL	281	17.460.000,00		
2000					
30 - Maria de Lurdes Ribas Lopes	06.01.2000	3	42.500,00	Lanchonete	Rio Claro
31 - Antonio Lopes	06.01.2000	2	127.500,00	Comércio Equip. Esportivo	Rio Claro
32 - Transportadora Graúna Ltda.	07.01.2000	12	65.000,00	Transporte de Carga	Rio Claro
33 - Frigorífico Frigogil	10.01.2000	100	800.000,00	Ind. De Frios, Carnes e Ab. Suínos	Rio Claro
34 - Assessoria e Imobiliária Montemor	11.01.2000	10	120.000,00	Assessoria de Imóveis	Rio Claro
35 - L.C. Santana Rio Claro	20.01.2000	5	3.000,00	Reciclagem de Prod. Indust.	Rio Claro
36 - Ti Brasil - Divisão John Craine	31.01.2000	9	300.000,00	Metalúrgica	Rio Claro
37 - Esmaltec Ind. E Com.	31.01.2000	40	2.500.000,00	Materiais Cerâmicos	Rio Claro
38 - Tigre Tubos e Conexões Ltda.	14.02.2000	138	17.000.000,00	Caixas D'água	Rio Claro
39 - Mineração Minarc	28.02.2000	5	238.000,00	Beneficiamento de Minérios	Socorro
40 - Moinhos Pedra Branca	13.03.2000	12	200.000,00	Resíduos Industriais	Rio Claro

41 - Riclan Fábrica de Balas	21.03.2000	80	5.748.987,00	Alimentação	Rio Claro
42 - Torque AS	24.03.2000	249	7.800.000,00	Metalúrgica	Rio Claro
43 - Corumbataí Ind. E Com. Ltda.	28.04.2000	120	80.000,00	Embalagens	Rio Claro
44 - Onix Ortopedia Indústria e Comércio	03.05.2000	20	200.000,00	Material Hospitalar	Rio Claro
45 - Alfa Mix Máquinas para Construção	03.05.2000	50	35.000,00	Máquinas para construção	Rio Claro
46 - Bioset Ind. Tecnologia Eletrônica	03.05.2000	20	350.000,00	Equipamentos Médicos	Rio Claro
47 - Delta Cerâmica Ltda.	19.05.2000	200	15.000.000,00	Cerâmica	Barra Bonita
48 - Restaurante Laçador	29.05.2000	25	500.000,00	Churrascaria	Rio Claro
49 - Escola Girassol	05.06.2000	20	250.000,00	Escola Infantil	Rio Claro
50 - V. Schimidt & Filhos Ltda.	10.06.2000	50	2.500.000,00	Hotelaria	Rio Claro
51 - Adelson Eventos	19.06.2000	2		Feiras e Eventos	Santos
52 - U.R.P. Ltda.	24.07.2000	4	50.000,00	Resinas e Fibras	Rio Claro
	TOTAL	1.176	53.909.987,00		
Nome da Empresa	Data da Assinatura	Nº de Empregados	Investimentos	Ramo de Atividade	Origem
2001					
53 - Tec Bor Borracharia Ltda.	15.01.2001	130	550.000,00	Ind. Borracha	Rio Claro
54 - Anaber Ind.e Com.	29.01.2001	20	250.000,00	Ind. Cosméticos em geral	Rio Claro
55 - Potencial Manut. Com. Equip.	23.02.2001	9	1.200.000,00	Serviços de Manutenção	Rio Claro
56 - Kt-Fer Com. Siderurgicos	03.04.2001	4	180.000,00	Com. Prod. Siderúrgicos	Rio Claro
57 - Christiano C.C. Graf	14.05.2001	54	800.000,00	Prod. De Mudanças Cítricas	Conchal
58 - Marbel Rc Com. Exp. Ltda	21.05.2001	70	500.000,00	Cestas de Alimentos	Rio Claro
59 - Multibras AS	01.06.2001	148	3.500.000,00	Fab. Apar. Util. Domésticos	Rio Claro
60 - Anselmo Oliveira ME	04.06.2001	4	110.000,00	Com. Tec. Materiais Esportivos	Rio Claro
61 - Takahashi & Pacheco Ltda	11.06.2001	30	350.000,00	Churrascaria	Rio Claro
62 - Buffet Mello Ltda.	25.06.2001	5	300.000,00	Ind. Com. Mat. Cirúrgicos	Rio Claro
63 - Engimplan Eng. Implantes Ind. Com.	25.06.2001	11	300.000,00	Promoção e Eventos	Rio Claro
64 - Lavorart Serigrafia	13.07.2001	25	400.000,00	Ind. Com.Mat.Serigráficos	Santa Gertrudes
66 - Veloz Embalagens	23.07.2001	6	200.000,00	Fab. Bem. Papelão	Rio Claro
67 - Lord Eventos	08.10.2001	20	700.000,00	Serviços	Rio Claro
68 - Supermercado Peralta	19.11.2001	200	4.500.000,00	Supermercado	Santos
69 - Habib's	26.11.2001	60	1.000.000,00	Alimentação	São Paulo
70 - Borges & Bovo	03.12.2001	14	150.000,00	Com. Estética Corporal	Rio Claro
71 - Tool Screen Gravações Com.	03.12.2001	15	55.000,00	Gravações em Embalagens	Rio Claro

72 - Unirc	03.12.2001	2	77.000,00	Fab. Peças e Acessórios P/ Maq.	Rio Claro
73 - Nutrifarms Ind. Com. Nutri. Animal	03.12.2001	50	500.000,00	Fábrica de Ração	Rio Claro
74 - São Lourenço Madeiras	08.12.2001	11	200.000,00	Com. De Madeiras e Transporte	Rio Claro
75 - Microplanta Ind. E Com.	10.12.2001	3	135.958,00	Produção de Orquídeas	Rio Claro
76 - Expresso Viação Limeira	10.12.2001	50	500.000,00	Transportes	Rio Claro
77 - Selial Ind. E Com.	10.12.2001	70	8.418.800,00	Fab. De Sucos Concentrados	Rio Claro
	TOTAL	1.041	31.378.758,00		
2002					
78 - Cassiano Transportes	25.02.2002	17	1.000.000,00	Transportadora	Santa Catarina
79 - Premenge Ltda.	25.02.2002	15	2.000.000,00	Pré-Moldados	Rio Claro
80 - Hotel Harmonia	25.02.2002	15		Hotelaria	Rio Claro
81 -Auto Posto Chervezon	11.03.2002	6	400.000,00	Com. Combustível	Rio Claro
82 - Jaw Plásticos Ltda.	11.03+2002	10	1.300.000,00	Injeção Plástica	Rio Claro
83 -Lojão dos Parabrisas	29.04.2002	6	500.000,00	Com. Peças de Autos	Rio Claro
84 -Monterin Ind. E Com. De Montagem	26.08.2002	50	150.000,00	Montagens	Rio Claro
85 - Roque ^a dos Passos	09.09.2002	12	250.000,00	Rotisserie	Rio Claro
86 - Claudio J.R. Pessenda	23.09.2002	6	200.000,00	Com. De Carnes	Rio Claro
87 - Praiamar Com. De Bebidas	23.09.2002	50	1.000.000,00	Distribuidora de Bebidas	Rio Claro
88 - Potencial Transportes	23.09.2002	30	240.000,00	Transportadora	Rio Claro
89 - Jorge Confecção Ltda.	23.09.2002	25	200.000,00	Confecções	Santa Maria da Serra
90 -Elisabete B. Schoecher	01.10.2002	3	50.000,00	Com. Mat. Pneumáticos	Rio Claro
91 - Codise	01.10.2002	40	800.000,00	Indústria Cerâmica	Santa Gertrudes
92 - Apiário Lambertucci Ltda.	01.10.2002	60	700.000,00	Ind. De Produtos Apícolas	Rio Claro
93 -Tech Paint Ind. Com. Ltda	01.10.2002	40	400.000,00	Fabr. De Tintas e Vernizes	São Bernardo do Campo
94 - Techmachine	01.10.2002	30	800.000,00	Ind. Com. Máquinas	Rio Claro
95 - Schenectady	02.10.2002	20	185.600,00	Produtos Químicos	Rio Claro
96 -Crompton	04.12.2002	30	6.890.000	Produtos Químicos	Rio Claro
97 - Geromix	16.12.2002	10	800.000,00	Usinagem de Concreto	Rio Claro
98 - Marcelo ^a Pavão	16.12.2002	10	500.000,00	Produtos Alimentícios	Rio Claro
99 - Avaplast	29.12.2002	90	2.000.000,00	Embalagens	Rio Claro
	TOTAL	575	20.365.600,00		
2003					
100 -Transportadora Astro Rei	24.02.2003	30	1.000.000,00	Transportadora	Rio Claro

101 - RC Agro Diesel	24.03.2003	15	1.000.000,00	Com. De Máquinas Agrícolas	Rio Claro
102 - Tamy C.M. Barbi Rio Claro Ltda	07.04.2003	10	1.00.000,00	Comércio de Móveis	Rio Claro
103 - Marcenaria e Carpintaria Barbi	07.04.2003	5	1.00.000,00	Fábrica de Móveis	Rio Claro
104 - Metalúrgica Scatolin	14.04.2003	10	300.000,00	Metalúrgica	Rio Claro
105 - Perfortex Ind. Recobrimento Sup.	14.04.2003	10	500.000,00	Revestimento de Superfície	Rio Claro
106 - Richmond Comercial Ltd.	14.04.2003	10	250.000,00	Com. De Produtos Farmacêuticos	Rio Claro
107 - Cimento Rio Com. Rep. Mat. Construção	28.04.2003	15	800.000,00	Com. De Materiais de Construção	Rio Claro
108 - Torque AS	30.04.2003	97	3.400.000,00	Auto Peças	Rio Claro
109 - Smiths Brasil Ltda	19.05.2003	31	1.041.600,00	Selos de Vedação	Rio Claro
110 - Atrio Hotel	14.05.2003	25	8.000.000,00	Hotelaria	Rio Claro
112 - Cerâmica Christofoletti	24.05.2003	120	5.000.000,00	Pisos e Revestimentos	Rio Claro
113 - Synthes Ind. E Com. Ltda.	07.08.2003	29	600.000,00	Ramo Médico	Rio Claro
114 - Cerâmica Delta	07.08.2003	120	5.000.000,00	Cerâmica	Rio Claro
115 - Ricarfis Ind. E Com. Bem. Termoplásticas	15.08.2003	6	580.000,00	Embalagens Plásticas	Rio Claro
116 - Ind. Metalúrgica Spatti Ltda.	15.08.2003	20	2.000.000,00	Metalúrgica	Rio Claro
117 - R.J. Ind. Com. Imp. Exp. De Biscoito Ltda.	25.08.2003	100	6.000.000,00	Cerâmica	Rio Claro
118 - Marcela de Paula Mahfoud	29.09.2003	7	230.000,00	Produtos Hospitalares	Rio Claro
119 - Nova RC Editora e Artes Gráficas	29.09.2003	12	300.000,00	Impressão Gráfica	Rio Claro
120 - Esmaltec Indústria e Comércio Ltda	29.09.2003	30	4.000.000,00	Materiais Cerâmicos	Rio Claro
121 - Confraria RC Choperia e Rest. Ltda.	03.11.2003	50	900.000,00	Restaurante e Choperia	Rio Claro
122 - Antonio Aparecido Nalim	22.12.2003	4	200.000,00	Fábrica de Conservas	Rio Claro
123 - Patrimonial Belinda	16.12.03	100	10.000.000,00	Cons. E Adm. De Imóveis	Rio Claro
124 - Lavexpress Lavadeira Industrial	22.12.03	18	100.000,00	Lavadeira Industrial	Rio Claro
	TOTAL	846	51.401.600,00		

FONTE: Programa de Desenvolvimento de Rio Claro – 2004.

Deve-se levar em consideração também que Rio Claro, encontra-se geograficamente próxima às áreas de maior concentração industrial do interior do Estado – Campinas, Sumaré, Americana, Limeira, Piracicaba e Araras – o que favorece em muito o município, pois esta se beneficia de toda infra-estrutura já pré-estabelecida para o desenvolvimento das cidades acima citadas e que

certamente funcionam como fator de atração industrial. Existem fortes indícios de que o processo de industrialização recente de Rio Claro esteja diretamente relacionado ao processo discutido anteriormente neste trabalho de pesquisa, no que se refere tanto a inserção do Brasil na “internacionalização” do processo produtivo, onde as grandes corporações passaram a deslocar para países de industrialização tardia algumas etapas do processo produtivo, quanto ao processo de “desconcentração concentrada”, onde há um ‘espraçamento’ das atividades produtivas para o interior do Estado de São Paulo.

Em se tratando do processo de industrialização de Rio Claro, a partir do final da década de 60 e início da década de 70, segundo AZZONI pode-se afirmar que, o processo de industrialização da cidade a partir deste período está diretamente relacionado à implantação de unidades produtivas que são controladas por capitais externos (tanto nacionais quanto internacionais). Vale ressaltar que a decisão de investir na cidade está diretamente ligada a fatores também externos, quais sejam: “a expressiva ativação da industrialização do país, consequência direta, embora não exclusiva, da política industrial implementada pelo governo federal a partir de 1964, caracterizada por incentivos à industrialização, a grande empresa e a entrada de capitais estrangeiros, então em grande difusão no mundo capitalista; a desconcentração industrial da área metropolitana de São Paulo para regiões interioranas e, principalmente, a atração regional (a função de” campo aglomerativo “) exercida pela área na qual o município se insere (...)”. Deste modo, pode-se afirmar que o processo de industrialização rio-clarense a partir de 1969, está muito mais ligado a elementos externos do que a elementos internos de atração e geração de atividades industriais.

Dentro deste contexto de agentes externos que interferem diretamente no processo de ‘espraçamento’ da indústria paulista que se pretende discutir e analisar o papel desempenhado pelos fluxos migratórios em todo este processo, até mesmo por que as migrações sempre estiveram presentes no processo de desenvolvimento brasileiro.

V.1- Rio Claro Como Espaço Ganhador De População.

Como já foi dito anteriormente, o processo de urbanização paulista está diretamente relacionado a infra-estrutura econômica e urbana deixada pelo cultivo do café; pois em seu processo de expansão para o Oeste do Estado, a economia cafeeira estruturou centros urbanos, articulados principalmente pelas ferrovias, articulação esta que tempos mais tarde foi reforçada pela implantação das rodovias. Neste contexto, pode-se afirmar que as vias rodoviárias de circulação foram o eixo 'condutor' da espacialização do Interior, no período entre a década de 20 e a década de 50, foram implantadas a rede rodoviária, além de terem sido pavimentadas as rodovias Anchieta, Dutra e Anhanguera (Negri, op. cit). Já nos anos 50, havia a possibilidade de se detectar a formação de grandes centros urbanos regionais, bem como a consolidação da RMSP, cerca de 53% da população do Estado encontrava-se nas áreas urbanas deste município.

A mudança na estrutura produtiva do Estado de São Paulo a partir da década de 60, trouxe de imediato, a modernização da agricultura e do padrão de produção; bem como o desenvolvimento do setor secundário, mediante a implantação da indústria pesada constituindo um parque produtor bastante diversificado, onde os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo (Cano,1977). Todo este processo fez com que houvesse expansão do setor terciário da economia, tanto pela modernização da agricultura quanto pelo crescimento industrial.

O período entre 1960 e 1980, é marcado tanto por momentos de expansão quanto de retração, o que promove uma oscilação no padrão de urbanização do Estado. Em um primeiro momento se verifica, a instalação de indústrias na RMSP, deixando 'de lado' o sistema de cidades do Interior Paulista, as quais já naquele momento possuíam infra-estrutura básica para o necessário crescimento industrial. Contudo, já na década de 60, as cidades médias do Interior, apresentavam importantes indústrias de cunho local e regional, e na medida em que as transformações na estrutura econômica criaram condições para uma relativa desconcentração das atividades produtivas, estas cidades se apresentaram como uma 'opção natural' para tal deslocamento; este processo

consolidou a integração territorial do mercado regional, uma vez que proporcionou às cidades médias paulistas, de modo geral um papel de destaque no cenário nacional do processo de industrialização.

Dentro deste contexto, a concentração populacional de áreas de médio e grande porte, que marcou o crescimento do Estado de São Paulo, (principalmente nos últimos 50 anos), resultou de uma série de fatores, como: acesso a saúde, educação, mercado de trabalho, serviços, entre outras; além do expressivo fluxo migratório proveniente de áreas rurais. Os desdobramentos do processo de interiorização da indústria foram decisivos tanto na reestruturação das e nas formas de expansão urbana, as alterações regionais, demonstravam o aparecimento de importantes pólos, com a restauração de centros urbanos de médio porte e o surgimento de novas áreas metropolitanas.

Ao se analisar o atual processo de distribuição espacial da população no Estado, deve-se ter mente que houve um menor crescimento populacional nas sedes regionais em detrimento ao crescimento mais elevado de suas áreas de entorno.

O fenômeno de maior crescimento da população nas áreas de entorno começou a ocorrer no Interior na década de 70, nas regiões de Campinas e Santos, e na década seguinte nas regiões de Sorocaba, Jundiaí, Taubaté, Caraguatatuba, Piracicaba, Bragança Paulista, Rio Claro e Araraquara. (BAENINGER, op. cit.).

O crescimento destes entornos regionais promove o adensamento da rede urbana por todo Estado, onde há possibilidade de verificar uma reversão no papel desempenhado por pequenos municípios, antes praticamente incapazes de reter sua população. As mudanças econômico-espaciais vivenciadas pelo Interior Paulista favoreceu o fortalecimento de diferentes economias regionais, proporcionando por um lado a dispersão populacional dentro do próprio Estado, e por outro, uma reorganização da forma como se deu a distribuição espacial da população em cada região. Dentro deste quadro, se encontram diretamente ligados ao sistema urbano, os municípios de pequeno porte e de porte

intermediário, bem como as cidades de médio e grande portes as quais vêm apresentando uma desaceleração em suas dinâmicas de crescimento populacional.

Se tomarmos como exemplo o caso de Rio Claro, para verificar o comportamento migratório da Região do Estado, qual faz parte poderemos verificar que o crescimento do núcleo foi de 7.250 pessoas para o período de 1980/1991 e de 8.258 para o período seguinte (1991/1996) – um crescimento de quase 14% entre um período e outro. Entretanto, se verificarmos seu entorno o crescimento populacional chega - embora em números absolutos menores – a apresentar um crescimento aproximado de 21,5%, pois passa de um índice de 4.794 entre 1980/1991 para 5.873 para o período de 1991/1996. A tabela que segue demonstra estes dados:

TABELA IV– SALDOS MIGRATÓRIOS SEGUNDO NÚCLEO E ENTORNO
– ESTADO DE SÃO PAULO, RMSP, INTERIOR, RIO CLARO.

ÁREAS	NÚCLEO		ENTORNO	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
ESTADO DE SÃO PAULO	-51.497	-42.915	611.637	337.725
RMSP	-755.965	-478.385	418.273	442.279
INTERIOR	352.234	217.735	482.598	113.181
RIO CLARO	7.250	8.258	4.794	5.873

FONTE: Fundação SEADE (1993 e1998).

Em linhas gerais, houve uma diminuição dos saldos migratórios dos anos 80 para os anos 90, sendo que as reduções mais acentuadas puderam ser observadas nos municípios sede.

A este respeito BAENINGER (op. cit.) afirma que:

*“(...) considerando apenas as migrações entre as regiões do Interior (incluindo o litoral), nota-se um número ainda maior de regiões que registraram saldos negativos, o que demonstra que o poder de atração exercido pelos **pólos***

regionais. As regiões de Campinas – com ganhos de 80.830 pessoas vindas do Interior -, Sorocaba (com 35.108), São José do Rio Preto (21.204), São José dos Campos (14.412), Santos (12.240), Bauru (11.496) e Ribeirão Preto (11.447) consolidaram suas lideranças no Interior, despontando ainda as regiões de Itapetininga (com saldo migratório de 11.474 pessoas), Limeira (9.484), Araraquara (9.645), São Carlos (7.704), Jundiaí (8.795), Rio Claro (6.947) e Piracicaba (6.868) como subcentros da migração interiorana. Nesses subcentros, por sua vez, também vêm se delineando novas territorialidades, com a formação de recente de **aglomerações urbanas não-metropolitanas** – como são os casos das aglomerações de Limeira/Rio Claro, Araraquara/São Carlos e Jundiaí (que envolve os municípios de Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Cabreúva e Louveira) -, e a consolidação dos **centros urbanos isolados** de Itapetininga e Piracicaba, na hierarquia e morfologia da rede urbana paulista (NESUR-IE/UNICAMP,1998)”.

V.2- O papel do Município de Rio Claro no contexto migratório nacional

Diante do que foi exposto no item anterior faremos um recorte para contextualizar o papel desempenhado pelo Município de Rio Claro, dentro do cenário nacional do processo migratório.

Analisando-se a tabela que segue sobre a porcentagem de população migrante por Estado de origem pode-se observar que de modo geral é no Estado de São Paulo, onde ocorre um movimento migratório mais intenso, uma vez que este estado concentra 62.0% do total dos registros do cartório, dos migrantes que vieram para Rio Claro no período em questão. Há que se analisar também que principalmente no que se refere ao Estado de São Paulo, o fluxo de pessoas se manteve praticamente constante, na faixa dos 60.0%. Esta relativa constância também se faz presente quando analisamos os dados para os Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais (exceto para o ano de 2002, quando apresentou uma taxa de 6.00% do total) e Paraná. Somados os Estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraná tem-se um valor aproximado de 88.0%, ou 5847 pessoas, os outros 12.% estão distribuídos pelos demais Estados da Federação, sendo que alguns Estados como Acre e Amapá, não aparecem registrados em nenhum

momento para o período analisado. Para a verificação de todas as razões intrínsecas ao fato destes dois apresentarem baixa taxa de evasão seria necessário um outro trabalho de pesquisa, no entanto, existem indícios de que estes números estariam ligados em um primeiro momento as 'fronteiras agrícolas'.

TABELA V – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR
ESTADO DE ORIGEM – 1999/2003

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR ESTADO DE ORIGEM 1999 A 2003				
	1999	2000	2001	2002	2003
ACRE	-	-	-	-	-
ALAGOAS	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%
AMAPÁ	-	-	-	-	-
AMAZONAS	-	0.10%	0.10%	0.10%	0.20%
BAHIA	5.00%	4.00%	4.00%	3.00%	5.00%
CEARÁ	5.00%	4.00%	5.00%	3.00%	5.00%
DISTRITO FEDERAL	0.20%	0.30%	0.20%	0.20%	0.40%
ESPÍRITO SANTO	-	0.30%	0.30%	0.40%	-
GOIÁS	0.20%	1.00%	1.00%	1.00%	1.00%
MARANHÃO	1.00%	1.00%	-	-	1.00%
MINAS GERAIS	9.00%	9.00%	8.00%	6.00%	10.00%
MATO GROSSO DO SUL	1.00%	1.00%	1.00%	2.00%	2.00%
MATO GROSSO	1.00%	1.00%	1.00%	1.00%	1.00%
PARÁ	1.00%	0.30%	1.00%	1.00%	1.00%
PARAÍBA	1.00%	3.00%	1.00%	2.00%	2.00%
PERNAMBUCO	1.00%	1.00%	1.00%	1.00%	2.00%
PIAUÍ	1.00%	0.30%	0.30%	0.20%	0.20%
PARANÁ	8.00%	8.00%	9.00%	9.00%	9.00%
RIO DE JANEIRO	1.00%	0.40%	1.00%	1.00%	0.40%
RIO GRANDE DO NORTE	0.20%	0.10%	0.10%	0.10%	-
RONDÔNIA	1.00%	0.30%	1.00%	0.30%	0.40%
RORAIMA	-	0.10%	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL	0.30%	0.10%	0.10%	0.20%	1.00%
SANTA CATARINA	0.40%	1.00%	1.00%	1.00%	0.30%
SERGIPE	1.00%	0.20%	0.10%	0.10%	0.20%
SÃO PAULO	61.00%	62.00%	61.00%	65.00%	60.00%
TOCANTINS	0.02%	-	0.10%	0.10%	0.20%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: CARTÓRIO ELEITORAL ZONA 288.
ROSANGELA FILENI (ORG.)

Os mapas do Brasil que se seguem permitem uma visualização melhor que foi exposto até o momento.

Ao observarmos o MAPA VII, que se refere aos dados coletados para o ano de 1999, podemos verificar que Estados como Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentam taxas de expulsão populacional que variam entre 0.20 e 1.00%.

O Estado de Alagoas apresenta um índice de evasão populacional em torno de 2.00%³, já os Estados da Bahia e do Ceará, apresentaram taxas de expulsão no valor de 5,00% cada.

O Estado do Paraná, apresentou uma taxa de evasão populacional em torno de 8.00%, seguido de perto pelo Estado de Minas Gerais que apresentou um índice de 9.00%.

O MAPA VIII, que se refere ao ano de 2000, não apresenta muitas diferenças, ao menos no que se refere aos Estados que apresentaram as maiores taxas de expulsão populacional, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, que somados representam 87.0% do fluxo migratório. O que nos chama a atenção neste mapa é o registro de migrantes vindos do Amazonas, do Espírito Santo, de Rondônia e de Roraima – é certo que são números bastante pequenos se comparados aos demais Estados, uma vez que somados não atingem 1.00% do total, mas pode ser um indício da capacidade de absorção do Município de Rio Claro. Há ainda que se ressaltar o caso do Estado da Paraíba que para este período apresentou um maior fluxo de migrantes para Rio Claro cerca de 3.00% do total. No ano seguinte (2001) a configuração dos fluxos migratórios para Rio Claro, em relação aos Estados da Federação, permanece praticamente inalterada, com exceção do Estado do Maranhão que para o ano em questão não apresentou registros.

Já para o período seguinte (ano de 2002) ,representado pelo MAPA X o que se verifica é um aumento significativo, do número de pessoas originárias do Mato Grosso do Sul. Há que se salientar ainda a queda da participação dos Estados da Bahia e do Ceará, que caíram de 4.00% para 3.00% e de 5.00% para 3.00% respectivamente. Ainda em relação a esta queda o Estado de Minas Gerais apresentou seu mais baixo índice para todo o período, 6.00% do total,

³ Todos os valores estão associados ao banco de dados elaborado a partir das informações coletadas no Cartório Eleitoral, Zona 288.

contra 8.00% do período anterior. Os demais estados permanecem inalterados no que se refere aos fluxos migratórios, excluindo-se o Estado do Maranhão que para o período em questão não apresenta registros.

O MAPA XI, que se refere ao ano de 2003, não apresenta dados para os Estados do Acre, Amapá⁴ e Roraima, para os demais Estados o que se verifica é um aumento novamente no índice de evasão populacional dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, tendência essa percebida também no período anterior para os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraíba. Há que se ressaltar ainda o Estado de Minas Gerais, que para o período anterior apresentou um índice de 6.00% do total e para o ano de 2003, este índice passou para 10% do total. Os Estados de São Paulo e Paraná permaneceram com índices elevados e constantes para todo o período em questão (1999-2003).

Estas análises foram feitas em relação aos estados de origem da população migrante, se estes dados forem comparados aos Estados de nascimento da população migrante, a situação é um pouco diferenciada, a TABELA que se segue ajuda a esclarecer melhor esta questão.

TABELA VI - NÚMEROS ABSOLUTOS SEGUNDO ESTADOS
SELECIONADOS DE NASCIMENTO E DE ORIGEM – 1999/2003

ESTADOS	Números absolutos segundo estado de nascimento	Números absolutos segundo estado de origem
BAHIA	337	281
CEARÁ	333	289
MINAS GERAIS	634	561
PARANÁ	662	581
SÃO PAULO	3083	4135
TOTAL	5049	5847

FONTE: Banco de dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Rosângela Fileni (Org.)

⁴ Para os Estados do Acre e do Amapá, não se encontram informações para o período estudado registradas no Cartório Eleitoral.

Como foi analisado anteriormente, em se tratando do Município de Rio Claro os Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e São Paulo, foram os Estados que mais contribuíram para o aumento do fluxo migratório para este município, no entanto se analisarmos a tabela acima, poderemos verificar que no que se refere ao Estado de nascimento da população migrante a situação é um tanto diferenciada. O Estado da Bahia, por exemplo apresentou um índice de migrantes nascidos naquele estado 337 pessoas, contra as 281 vieram diretamente da Bahia para Rio Claro, a diferença entre os dois atinge o valor de 20.0%. No que se refere ao Estado do Ceará, a diferença entre o número de migrantes nascidos no Estado e aqueles que não necessariamente nasceram naquele estado, mas se dirigiram daquele estado para Rio Claro, atinge o índice médio de 15.0%. Minas Gerais apresentou uma diferença em torno de 12,5% em relação ao número de migrantes nascidos no Estado e o número de migrantes que tinha residência naquele estado e se deslocou para Rio Claro. Em relação ao Estado do Paraná o que pode ser observado é uma diferença média de 14.0%, entre o número de migrantes nascidos naquele estado, e os migrantes onde a residência anterior era aquela Unidade da Federação.

Entre todos os dados apresentados nos chamou a atenção particularmente os dados referentes ao Estado de São Paulo, pois contrariamente dos outros estados selecionados para análise, o Estado de São Paulo não apresenta um índice superior de pessoas nascidas no Estado, na verdade este índice é 25.0% menor, pois das 4135 pessoas que se dirigiram para Rio Claro que eram provenientes do Estado de São Paulo, 3083, nasceram neste estado.

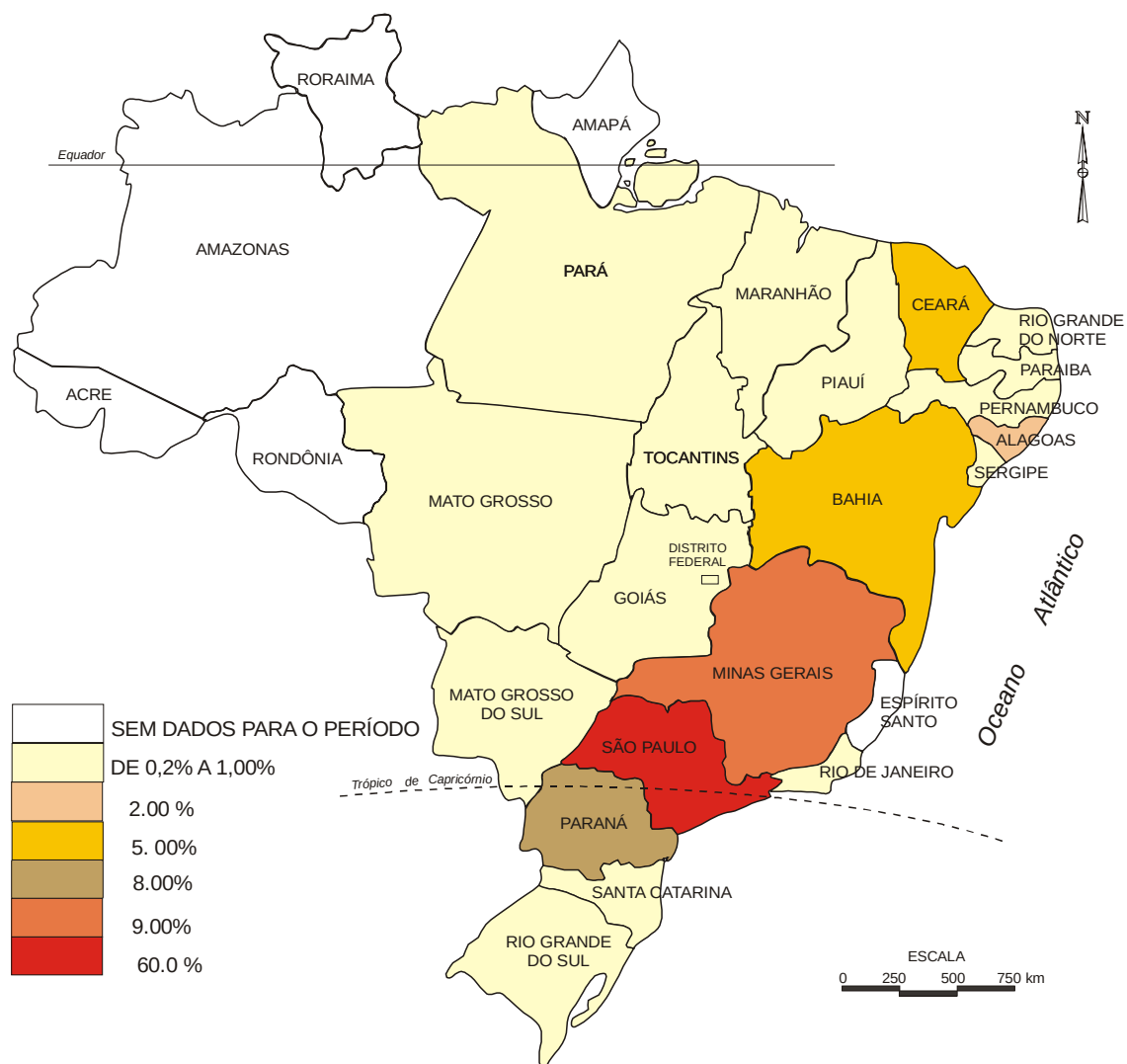
Este dado pode ser utilizado para confirmar o intenso movimento migratório a que historicamente o Estado de São Paulo sempre esteve inserido. Em um primeiro momento como área de forte absorção populacional (década de 60 e início da década de 70), e depois em um segundo momento – a partir da década de 80 - como área de evasão populacional, com perdas populacionais para o Interior do Estado, bem como para outras Unidades da Federação.

Como pode ser observado na tabela acima, bem como nos mapas que seguem, os dados apresentados demonstram que para o período estudado que os Estados que apresentaram maior fluxo migratório para o município de Rio Claro, foram São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Ceará, quase todo restante dos Estados brasileiros também apresentam fluxos migratórios para Rio Claro, com exceção dos Estados do Acre e do Amapá, que para o período em questão não apresentaram registros de migrantes nos cartórios.

Muitos são os aspectos que podem chamar nossa atenção ao analisarmos esta tabela, entre eles podemos citar o fato de que entre os Estados que mais se destacam está justamente o Estado de São Paulo que atingiu uma cota de 60%, ou seja, foi o Estado da Federação que “cedeu” maior número de migrantes para Rio Claro.

É certo que o cenário da distribuição espacial da população brasileira, a partir da década de 60, de acordo com Martine e Camargo (1984), foi motivado tanto por forças centrífugas – através das migrações intra-regionais em direção as áreas de fronteiras, como por forças centrípetas – por conta da migração rural-urbana rumo as grandes cidades do Sudeste, especialmente para a RMSP. Desta forma, como já foi explicitado anteriormente, o processo de urbanização nacional, deu-se de maneira extremamente concentradora, onde o processo de expansão e distribuição espacial da população acabava por privilegiar os grandes centros urbanos do Sudeste.

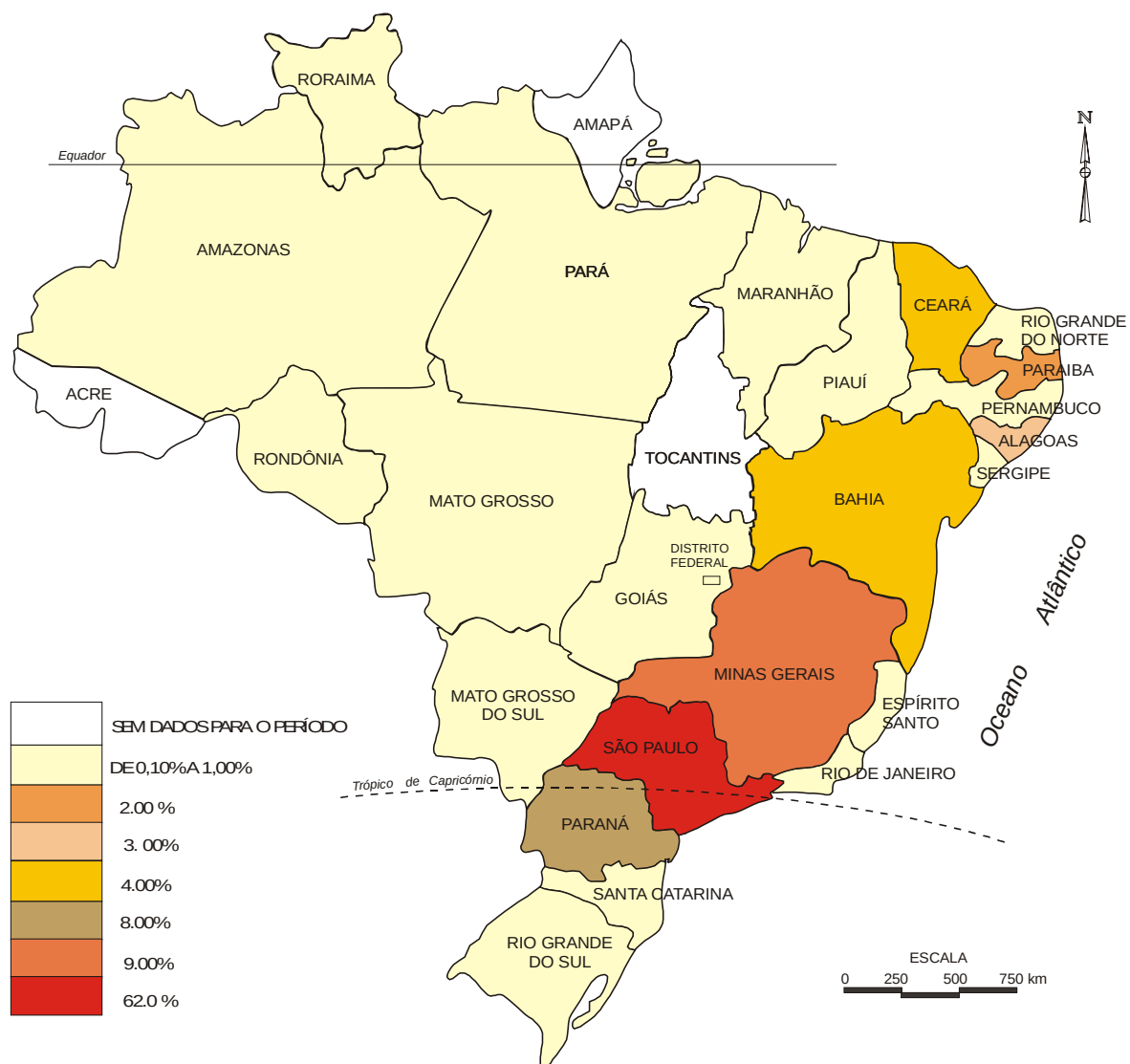
Mapa VII - ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE - 1999



FONTE: FIBGE, Base de Dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Arnaldo Rossini

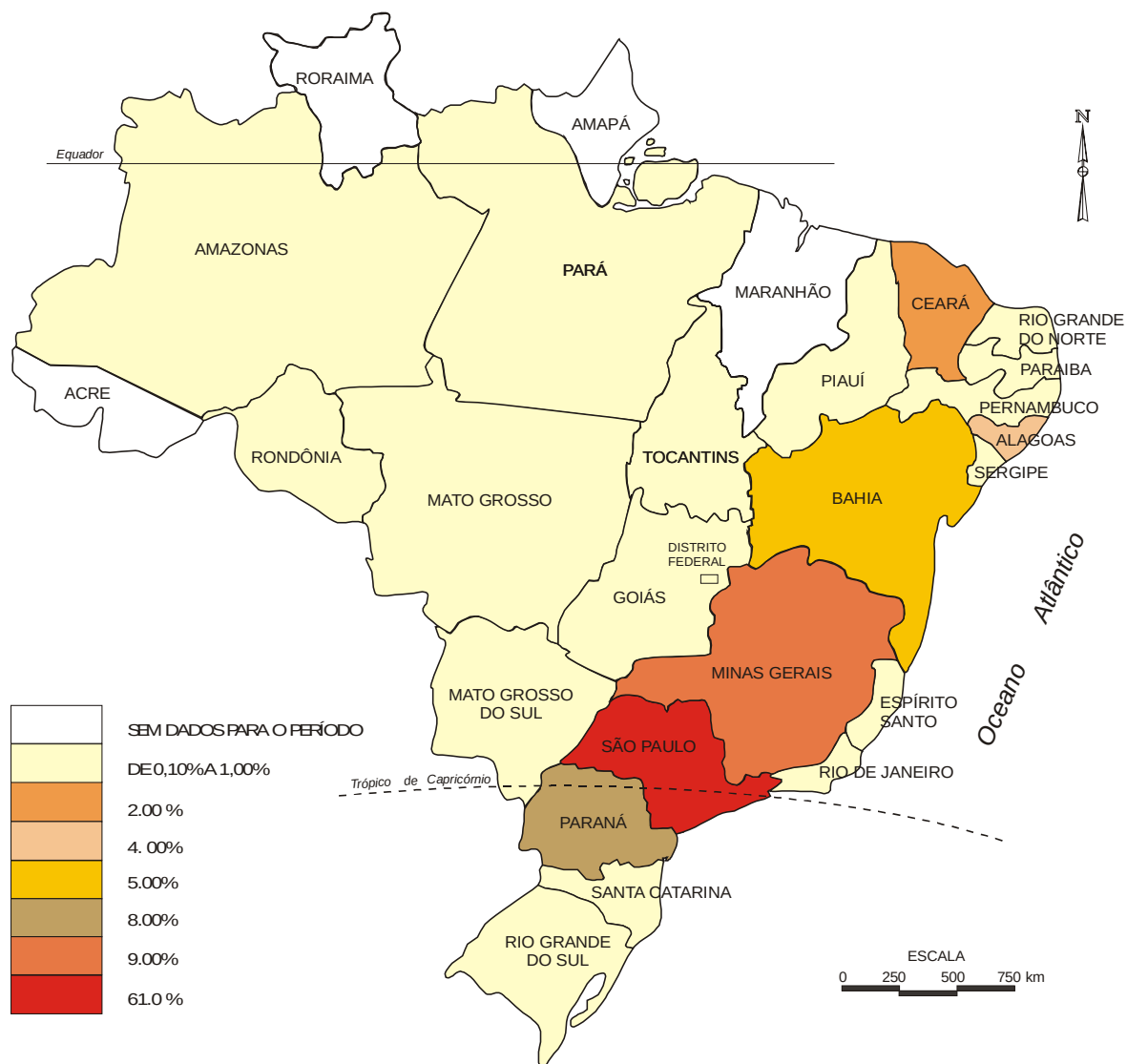
Mapa VIII - ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE - 2000



FONTE: FIBGE, Base de Dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Arnaldo Rosalem

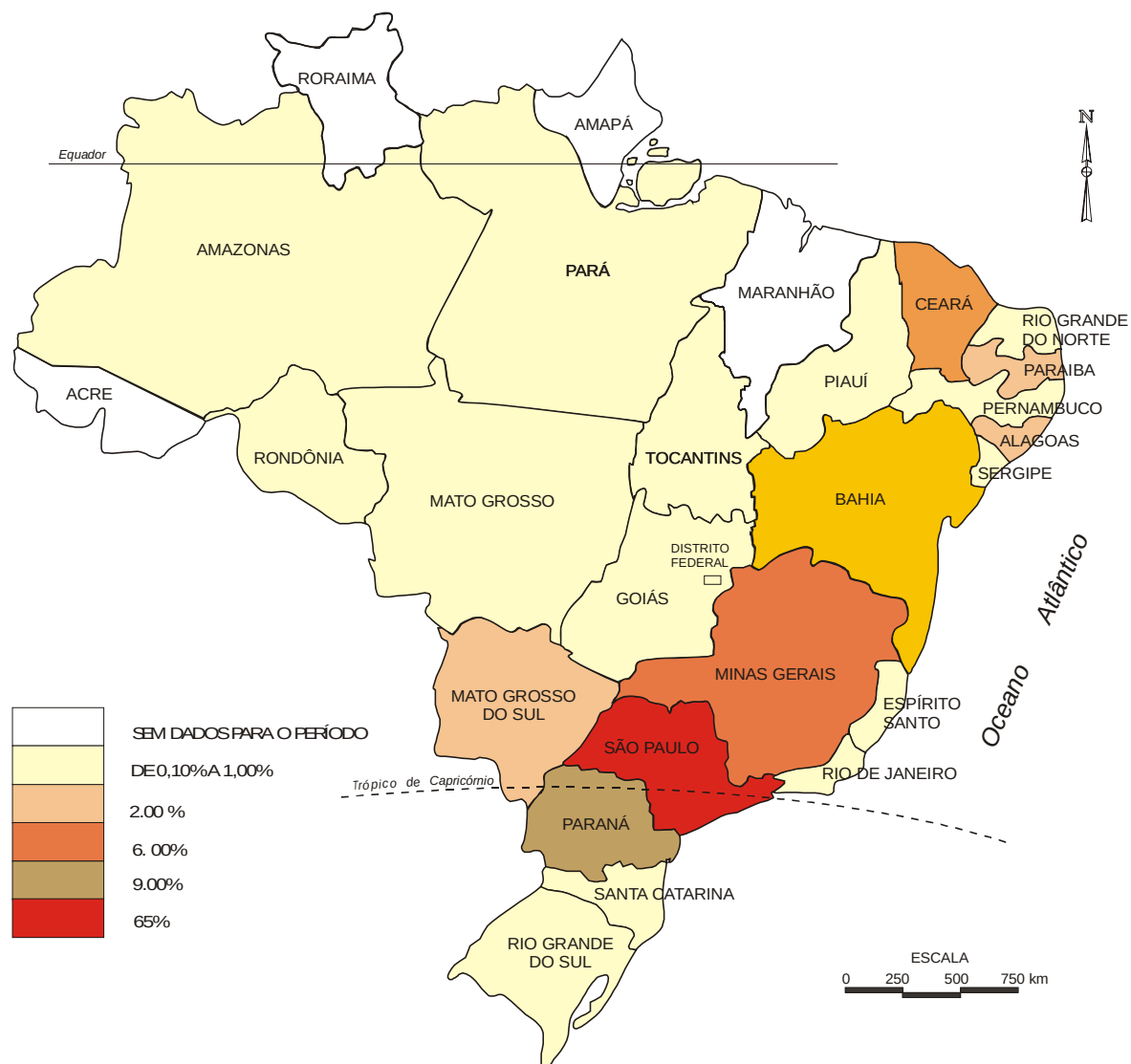
Mapa IX - ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE - 2001



FONTE: FIBGE, Base de Dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Arnaldo Rosalem

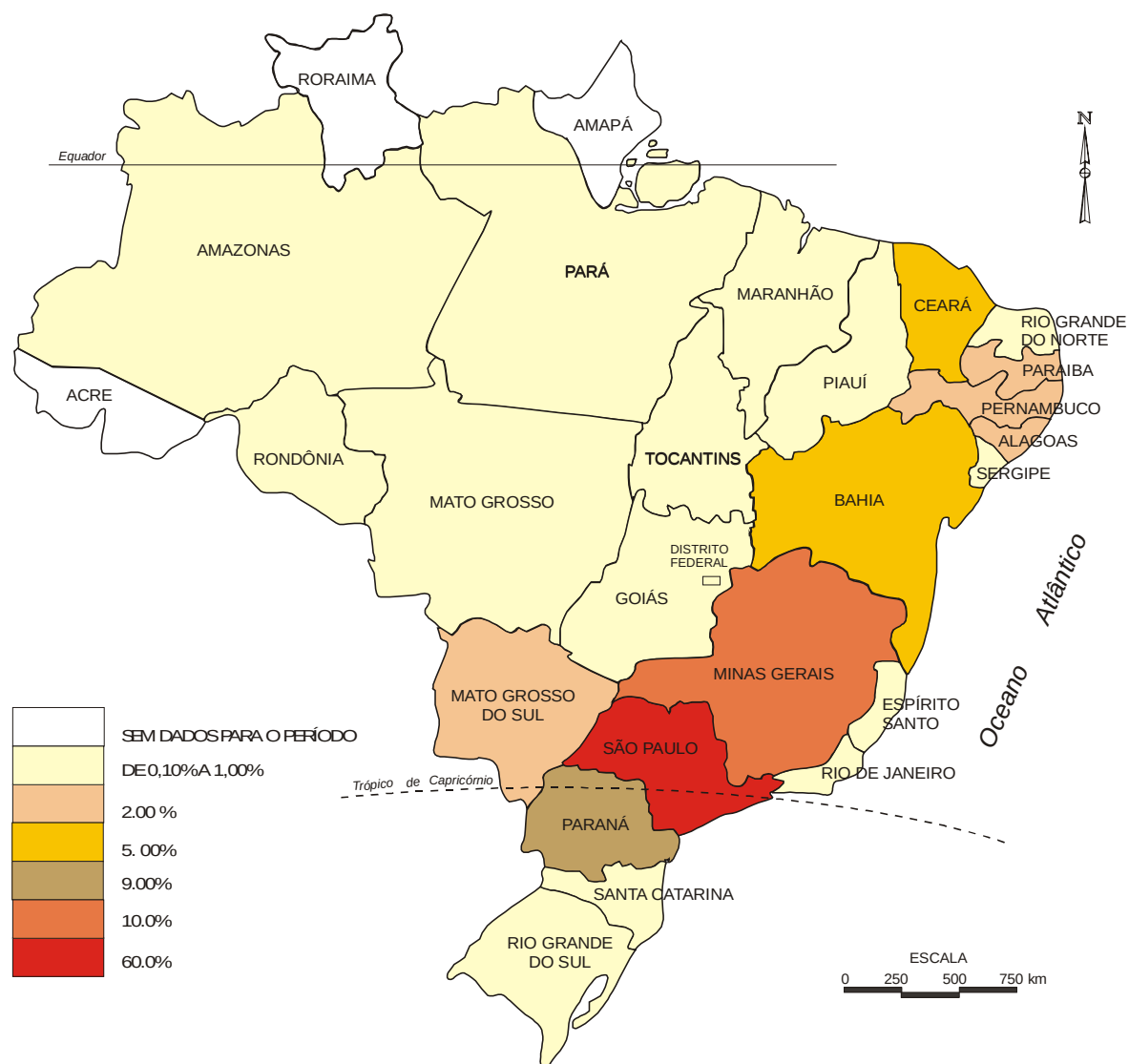
MAPA X - ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE - 2002



FONTE: FIBGE, Base de Dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Arnaldo Rosalem

MAPA XI -ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE - 2003



FONTE: FIBGE, Base de Dados do Cartório Eleitoral, 2004.

Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Arnaldo Rosalem

V.3 -As trocas migratórias entre as Regiões de Governo do Estado de São Paulo e o Município de Rio Claro.

Por tudo o que foi analisado no item que se refere a participação dos diversos estados da federação no incremento do fluxo migratório para Rio Claro, e pela constatação de que foi o Estado de São aquele que de modo geral, cedeu mais população para este município, optou-se por analisar de quais regiões do Estados estas pessoas estavam se deslocando. Como seria impraticável falar de cada um desses municípios separadamente, afinal de contas são mais de 600, faremos aqui uma análise por meio das Regiões de Governo do Estado de São Paulo⁵, as quais além de ser uma regionalização oficial, tem a conveniência de mostrar uma diferenciação espacial em termos produtivos.

A Tabela V que segue, demonstra qual tem sido o comportamento, ou melhor dizendo, como tem se dado o crescimento tanto do Estado de São Paulo como um todo, quanto de áreas que estão diretamente ligadas ao processo de interiorização da indústria, pois analisando a tabela, poderemos verificar que já na década de 70, tanto a RA de Campinas quanto a RMSP apresentavam taxas de crescimento superiores a taxa de crescimento do Estado que para aquele período apresentou uma taxa de 3,49%, ao passo que as duas outras áreas citadas apresentaram crescimento de 4,41% e 4,46% respectivamente. No período seguinte (1980/1991), verifica-se que a Região de Governo de Rio Claro, que já apresentava uma taxa de crescimento expressiva na década anterior (2,50%), apresenta uma taxa de crescimento que quase se iguala a taxa de crescimento do Estado que foi de 2,12%. Tem-se ainda para o mesmo período que a taxa de crescimento tanto da RG de Rio Claro, quanto da RA de Campinas, foram

⁵ Há que se salientar que em julho de 1967 (Decreto nº 48162, alterado pelo Decreto nº 52576, de dezembro de 1970), o Poder Executivo Estadual, identificou e constituiu as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, que nada mais seriam do que subsistemas de cidades com áreas contíguas, nos quais se observam diferenciados níveis de hierarquia funcional. Foram definidos naquele período 11 Regiões e 48 Sub-Regiões Administrativas. O objetivo de tal divisão era principalmente servir de base para localização dos diversos órgãos da administração pública estadual. Tal organização foi modificada novamente em 1984, momento em que foram criadas as 42 Regiões de Governo do Estado, as quais passaram a coexistir com as Regiões Administrativas. Em janeiro de 1987, mediante o Decreto nº 26851, estas duas divisões foram compatibilizadas, acertando o contorno entre as Regiões Administrativas e de Governo, de modo que seus limites fossem exatamente os mesmos. Ainda ocorreram alterações em 1988 com a criação da Região Administrativa de Franca, e em 1990 com a criação das Regiões Administrativas Central e Barretos. Desde então, a divisão político-administrativa do Estado de São Paulo, é composta da Região Metropolitana de São Paulo, de 14 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo.

superiores ao crescimento da RMSP, pois enquanto as duas primeiras apresentaram taxas de 2,11% e 2,91% respectivamente, esta apresentou uma taxa de 1,86%. Para o período seguinte 1991/2000 as regiões do interior continuam apresentando taxas de crescimento superiores quando comparadas ao Estado e a Região Metropolitana, entretanto um fato chama mais atenção, quando comparadas a RA de Campinas e a RG de Rio Claro, verifica-se que a segunda apresentou taxa de crescimento superior a primeira, pois enquanto a RA de Campinas apresentou crescimento da população de 2,29%, a RG de Rio Claro apresentou taxa de 2,54%. Este fato certamente está diretamente relacionado o crescimento das cidades de Analândia, Brotas, Ipeúna, Itirapina, que chegaram a apresentar crescimento negativo na década de 70, e que a partir da década seguinte apresentaram taxas de crescimento surpreendentes. Somente para citar um exemplo, vamos tomar o caso de Brotas que no período entre 1970/1980, apresentou uma taxa de crescimento negativa (-0,60%), e que chega ao ano de 2000 com uma taxa de crescimento na ordem de 3,06%, superando o Estado a Região Metropolitana, a Região Administrativa de Campinas e a Região de Governo de Rio Claro.

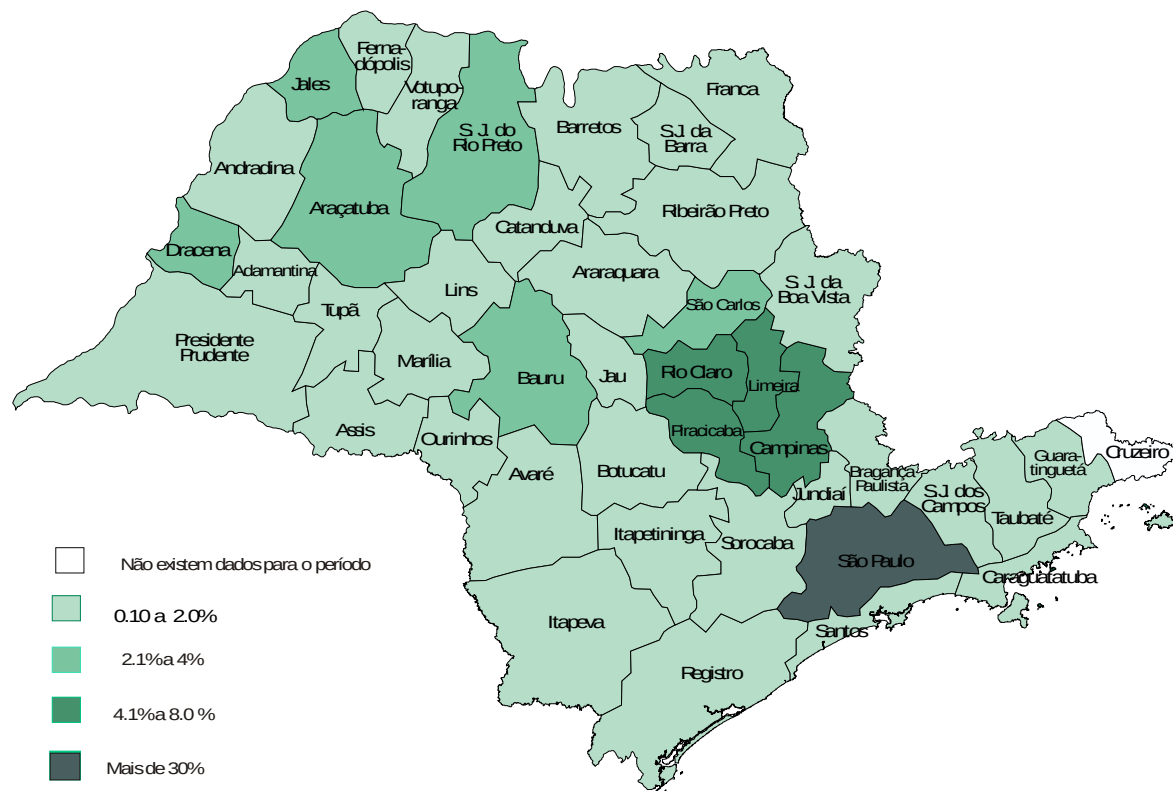
TABELA VII – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO,
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS E REGIÃO DE GOVERNO DE RIO
CLARO – 1970/2000.

REGIÕES	População Residente				Taxas anuais de crescimento %		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
ESTADO DE SÃO PAULO	17.771.948	25.040.712	31.546.473	36.909.200	3,49	2,12	1,80
RMSP	8.139.730	12.588.725	15.416.416	17.807.926	4,46	1,86	1,65
RA de Campinas	2.087.006	3.212.263	4.403.482	5.375.032	4,41	2,91	2,29
RG de Rio Claro	117.032	149.865	188.642	235.658	2,50	2,11	2,54
Analândia	2.612	2.301	3.019	3.573	-1,26	2,50	1,93
Brotas	11.962	11.260	14.394	18.820	-0,60	2,26	3,06
Corumbataí	2.842	2.797	3.153	3.789	-0,16	1,10	2,08
Ipeúna	2.097	1.849	2.699	4.299	-1,25	3,50	5,37
Itirapina	6.968	6.928	9.914	12.764	-0,06	3,31	2,91
Rio Claro	78.040	110.212	137.472	167.772	3,51	2,03	2,27
Santa Gertrudes	6.010	7.982	10.485	15.837	2,88	2,51	4,73
Torrinha	6.501	6.536	7.506	8.804	0,05	1,27	1,81
FONTE: SEADE Org. Rosângela Fileni							

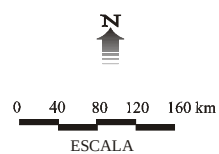
Tem-se deste modo, a configuração de novos eixos de expansão econômico-populacionais, o crescimento das pequenas cidades em oposição as grandes aglomerações; surge a competitividade entre os vários espaços urbanos, principalmente na busca por novos investimentos e formas de servir cada vez mais como um pólo de atração de mão-de-obra especializada, rompendo deste modo com o padrão estruturador anterior.

Os mapas que se seguem ilustram bem tudo aquilo que foi apontado até o presente momento, pois permitem visualizar para o período em questão quais foram as áreas do Estado que acabaram por assim dizer, sofrendo perdas populacionais.

MAPA XII - TROCAS MIGRATÓRIAS ENTRE AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DE RIO CLARO - 1999



FIBGE, Base de dados do Cartório
 FONTE: FIBGE, BASE DE DADOS CARTÓRIO ELEITORAL, 2004



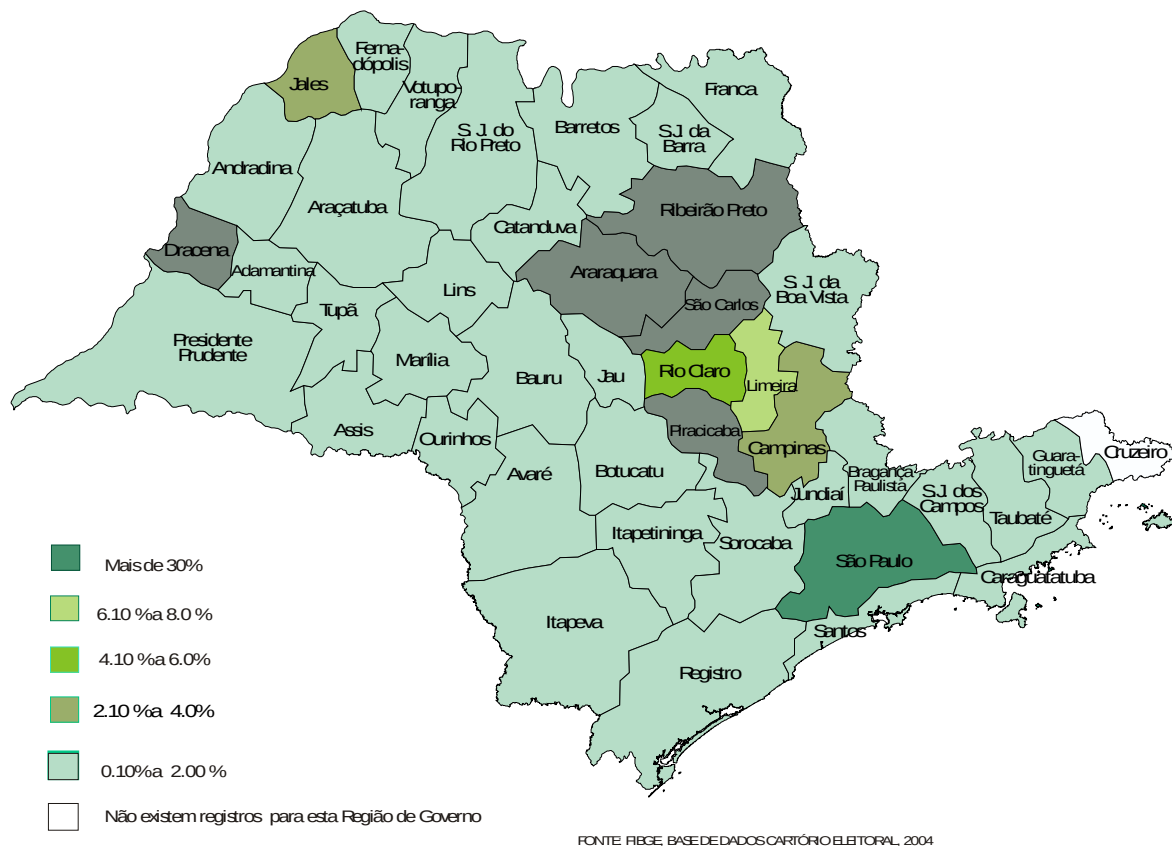
Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
 Organizado por: Rosângela Fileni
 Desenho: Cibelle Fileni

Para o ano de 1999, a situação que se apresenta é a seguinte, as Regiões de Governo de Adamantina, Andradina, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Caraguatatuba, Catanduva, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaú, Jundiaí, Lins, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Tupã e Votuporanga, apresentaram perdas populacionais para o Município de Rio Claro, que atingiram o valor de 2.00%.

As RG's de Jales, Araçatuba, São José do Rio Preto, Bauru e São Carlos, apresentaram taxas de perdas populacionais entre 2.10% e 4.0%.

As áreas que apresentaram as maiores taxas depois da RMSP – que apresentou uma taxa de evasão de população em torno de 34.0%, foram as Regiões de Governo de Rio Claro, Limeira, Piracicaba e Campinas. Sendo que entre estas quatro a RG de Rio Claro foi a que apresentou o maior índice – 8.00%.

Mapa XIII - Trocas Migratorias entre as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e o Município de Rio Claro
2000



Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
 Organizado por: Rosângela Fileni
 Desenho: Cibelle Fileni

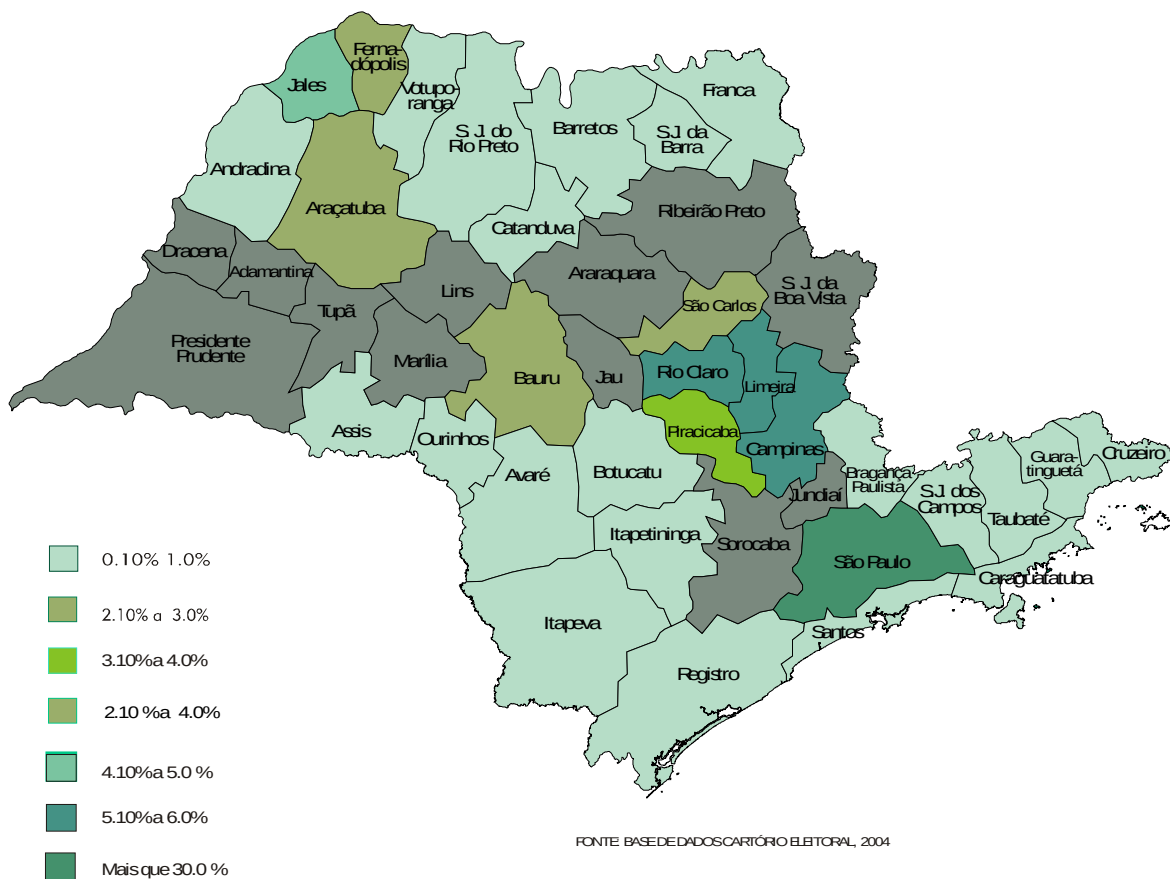
Para o período de 2000 o quadro que se apresenta é o seguinte: as RG's de Adamantina, Andradina, Araçatuba, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Caraguatatuba, Catanduva, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaú, Jundiaí, Lins, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Santos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Tupã e Votuporanga, apresentaram taxas de perda de população entre 0.10% e 2.00%, sendo que as RG's de Adamantina, Araçatuba, Bauru e Marília chegaram a esta taxa, as demais regiões não obtiveram valores superiores a 1.00%.

As RG's de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Piracicaba, Jales e Campinas, apresentaram taxas de evasão populacional entre 2.10% a 4.00%, sendo que de todas as RG's nesta faixa, o a de Campinas que apresentou maiores índices.

Assim como no período anterior as RG's de Rio Claro e Limeira apresentaram as maiores taxas de perda populacional, depois da RMSP – que para este período atingiu o valor de 39.0% -, 6.00% e 8.00% respectivamente.

Repetindo o que ocorreu para o período anterior a RG de Cruzeiro, não foram encontrados registros no cartório referentes a essa área.

Mapa XIV - ESPAÇOS PERDEDORES DE POPULAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE RIO CLARO, SEGUNDO REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 2001



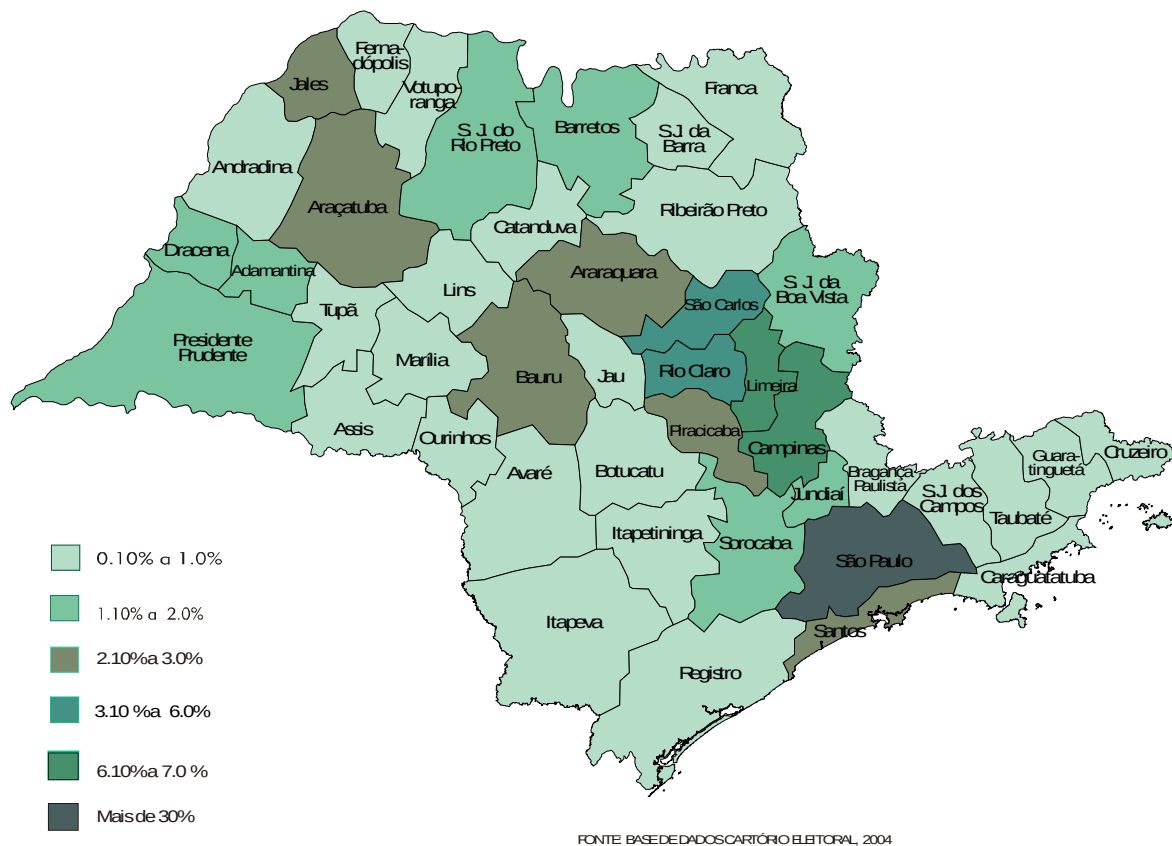
Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni

Para o período referente ao ano de 2001 – MAPA XIV – tem-se o seguinte quadro: as RG's Andradina, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaú, Jundiaí, Lins, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Santos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Taubaté e Votuporanga, apresentaram índices entre 0.10% e 1.0%⁶. As RG's de Adamantina, Araraquara, Dracena, Jaú, Jundiaí, Lins, Marília, Presidente Prudente, São João da Boa Vista, Sorocaba e Tupã, apresentaram taxas de evasão entre 1.10% e 2.0%. Sendo que dessas RG's as que apresentaram as menores taxas foram Jaú, Lins e Tupã.

As RG's de Bauru, Araçatuba e Fernandópolis apresentaram taxas de evasão populacional entre 2.10% e 3.00%, seguida pelas RG's de São Carlos e Piracicaba com os valores de 3.10% e 4.0% respectivamente. As RG's de Jales e Rio Claro, apresentam valores de 4.0% para a primeira e 5.0 % para a segunda. As RG's de Campinas e Limeira apresentam valores entre 5.10% e 6.00% de taxa de evasão. E assim como nos períodos anteriores a RMSP, apresentou um índice de 38%, ou seja, de todas as pessoas que migraram para Rio Claro para o período em questão e segundo os dados levantados, 38% delas possuíam residência anterior na RMSP.

⁶ Houve a necessidade da diminuição da escala para os valores em porcentagem apresentados mapa para este período, para que todas as RG's pudessem ser representados.

Mapa XV - Trocas Migratórias entre as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo o Município de Rio Claro - 2002



Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni

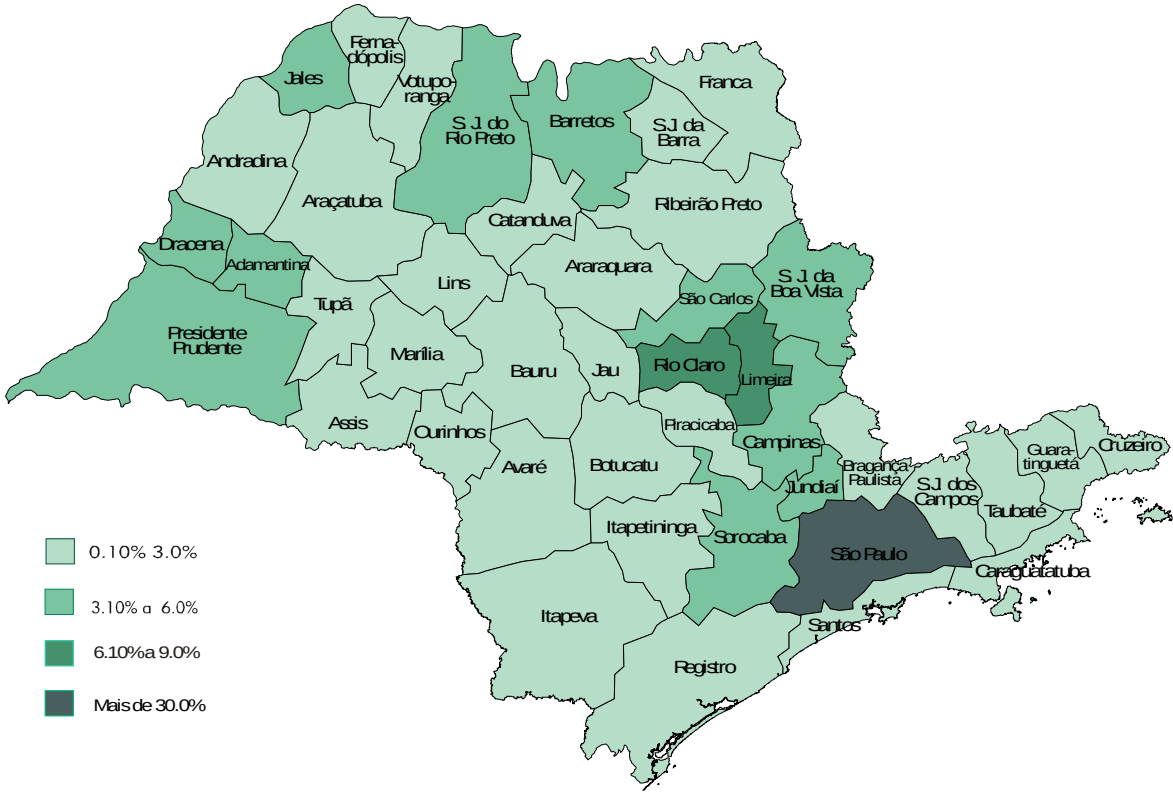
Quanto a este período o que pode ser observado, é o seguinte as RG's de Adamantina, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Franca, Itapetininga, Jales, Jaú, Jundiaí, Lins, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Tupã e Votorantin, apresentaram valores que variam entre 0.10% e 3.00%, sendo que as RG's de Bragança Paulista, Catanduva, Cruzeiro e Taubaté, apresentaram os menores valores. Já as RG's de São Carlos, Piracicaba e Jales foram as áreas que dentro desta faixa apresentaram os maiores índices – cerca de 3.00%. As RG's de Rio Claro, Limeira e Campinas apresentaram valores de 6.00%, 6.20% e 7.00% respectivamente, juntamente com a RMSP – que para o período em análise registrou um valor de 40.0%.

O MAPA XVI, que retrata o período de 2003, apresenta-se da seguinte forma: as RG's de Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Bragança Paulista, Botucatu, Catanduva, Caraguatatuba, Cruzeiro, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaú, Lins, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Registro, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra, São José dos Campos, Santos, Taubaté, Tupã e Votuporanga, apresentaram valores entre 0.10% e 3.00%, sendo que Piracicaba apresentou o maior índice de evasão populacional⁷ – 3.00%-; e Avaré o menor 0.10%.

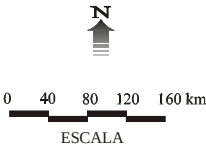
Tudo o que foi exposto até o presente momento, só vem confirmar uma tendência que já se apresentava desde a década de 70, que é a diminuição das trocas migratórias intra-regionais, em detrimento ao aumento do fluxo migratório interno do Estado de São Paulo, e dentro deste contexto a RMSP caracterizou-se como a principal área de origem dos fluxos migratórios recebidos por praticamente todas as regiões do Interior do Estado, inclusive Rio Claro.

⁷ Estes índices que foram supracitados, não se referem aos valores absolutos de evasão de população, se refere na verdade, a porcentagem de migrantes que vieram destas Regiões de Governo e se estabeleceram em Rio Claro.

Mapa XVI - Trocas Migratórias entre as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e o Município de Rio Claro - 2003



FONTE: BASE DE DADOS CARTÓRIO ELEITORAL, 2004



Orientado por: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira
Organizado por: Rosângela Fileni
Desenho: Cibelle Fileni

V.4 -A Estruturação do espaço urbano de Rio Claro diante do processo migratório.

Ao se realizar uma análise histórica da forma como se deu a ocupação populacional do município de Rio Claro, dois fatores principais devem ser levados em consideração: o cultivo da cana-de-açúcar nas sesmarias e a utilização da região como pouso das tropas que se dirigiam para o interior do país em busca das minas de ouro que foram descobertas naquele período. Já no início do século XIX, algumas centenas de famílias viviam nesta região, advindas de outros povoados, sendo que a cultura predominante era a de cana-de-açúcar. Em 1830, torna-se freguesia, e posteriormente em 1845, Vila; neste período Rio Claro possuía uma série de estabelecimentos com atividades não agrícolas. (GARCIA, op. cit.).

Contudo, a partir de 1840, a exportação de cana-de-açúcar começa a entrar em declínio, principalmente por conta da ampliação do cultivo da mesma em outras áreas, através da aplicação de novas tecnologias, se sobrepondo aquela utilizada no Brasil, sobretudo em Rio Claro. (COSTA, 1996). Com o declínio do cultivo da cana-de-açúcar, a opção mais viável (principalmente por conta da infra-estrutura já existente) seria a introdução da cultura cafeeira, - que fora introduzida no Brasil no século XVIII , e que se encontrava em processo de expansão no Estado de São Paulo. Deste modo, Rio Claro torna-se um dos maiores centros de produção de café de São Paulo.

A ferrovia, como já foi dito anteriormente representou além de outras coisas o aumento da influência que Rio Claro exercia sobre os municípios vizinhos, afinal de contas era responsável pelo escoamento de toda produção agrícola regional, com isso a cidade obteve um acelerado desenvolvimento urbano.

Segundo GARCIA (op. cit.): *“nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Rio Claro apresentava inúmeras indústrias, algumas comandadas por imigrantes europeus que aqui chegaram para o trabalho no campo. Eram oficinas, selarias, serrarias, olarias, tipografias, entre outras. As atividades comerciais aumentaram, criaram-se repartições públicas, escolas, hospitais, bancos, etc.*

Além disso, instalaram-se as oficinas da então Companhia Paulista de Estradas de Ferro, responsáveis pela fabricação e consertos de carros ferroviários no Brasil e que se constituíram no maior empregador de mão-de-obra da cidade, um fator importante de atração para novas correntes migratórias”.

Todavia, é na década de 40, que Rio Claro apresenta um crescimento industrial mais significativo, uma vez que ocorre a instalação de inúmeras indústrias – conforme já foi demonstrado anteriormente –, há expansão do espaço urbano, mediante principalmente a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano.

É certo que para atender a nova demanda tanto das indústrias como à população que lhe servia de mão-de-obra, houve a necessidade de ampliação de serviços públicos, como água, esgoto, energia elétrica; já na década de 60, há implantação de serviços de saneamento básico, o que foi fundamental para o desenvolvimento industrial na década seguinte. (QUEIROZ, 1994).

A este respeito COSTA (op. cit.) afirma que: “Rio Claro apresentou na década de 70, uma área de intensa expansão urbano-industrial e recebeu, por este motivo, grande número de migrantes(...). Foi nesse período que o Governo Municipal, através de uma política de favorecimento e incentivo à industrialização, conseguiu a instalação da grande maioria das indústrias existentes hoje no distrito industrial da cidade. Concomitantemente à entrada de indústrias no município, verificou-se um aumento da população total residente em Rio Claro: natural e migrante.”

Muito já foi dito anteriormente sobre o processo de desconcentração da indústria paulista, e da relação que este processo teve com o crescimento industrial e demográfico do Interior do Estado.

No entanto, ainda não nos referimos sobre o impacto que este processo teve no município de Rio Claro, uma vez que até o final da década de 60, o ‘parque industrial’ deste município, achava-se pouco diversificado, estabelecido em ramos ‘tradicionais’ e em indústrias de pequeno porte. (OLIVEIRA, 1994). É

justamente neste período em que há uma intensificação do processo de industrialização rio-clarense, mediante a implantação de empreendimentos de médio e grande porte, bem como pela entrada de capital externo ao município.

Como também dissemos anteriormente, Rio Claro, apresentava naquele período a infra-estrutura necessária para a implantação de novos complexos industriais; é certo que de imediato a implantação destas indústrias promoveu a intensificação de fluxos migratórios para a cidade.

As regiões mais desenvolvidas do Interior do Estado foram as áreas que receberam maior número de migrantes, dentre elas podemos citar: Campinas, Ribeirão Preto, o Litoral, Sorocaba. No que se refere especificamente a cidade de Rio Claro, que por fazer parte da Região Administrativa de Campinas, também apresentou aumento de sua população, bem como a formação de uma população urbana pobre, formada principalmente por trabalhadores agrícolas temporários ou permanentes. (COSTA,op. cit.).

A tabela IV que segue demonstra mais claramente o que foi exposto anteriormente, uma vez que nos permite verificar a crescente participação da Região Administrativa de Campinas, do Município de Rio Claro, da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado de São Paulo.

Fazendo-se uma análise mais apurada da tabela é possível detectar informações importantes, que comprovam tudo o que foi exposto até o presente momento, uma vez que os dados permitem verificar um significativo aumento da população entre a década de 70 e o final da década de 90. Confirmando deste modo modificação da direção dos fluxos migratórios, que a princípio destinavam-se quase que exclusivamente para a Capital e seu entorno.

TABELA VIII – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS, DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO e DO ESTADO DE SÃO PAULO.

POPULAÇÃO					
	1970	1980	1991	1996	1999
RMSP	8.139.730	12.588.725	15.416.416	16.583.234	17.517.230
RA de CAMPINAS	2.087.006	3.212.263	4.403.482	4.875.605	5.263.351
Município de Rio Claro	77.546	109.821	137.041	154.126	164.298
Total do Estado de São Paulo*	17.771.948	25.040.712	31.546.473	34.120.886	36.276.632

* Estes dados se referem as 42 Regiões Administrativas do Estado e não apenas a totalização dos dados referentes a RMSP e a RA de Campinas.

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970,1980 e 1991; Contagem da População 1996 e SEADE para dados de 1999.

Org. Rosangela Fileni

De acordo com Tabela VIII, podemos verificar que quando se compara os dados referentes a Região Metropolitana de São Paulo, esta apresenta um crescimento populacional de aproximadamente 115% para o período de 1970/1999; é certo que este é um número bastante expressivo, entretanto se compararmos a Região Administrativa para o mesmo período, poderemos verificar um crescimento em média de 152%, (passando de 2.087.006 pessoas na década de 70, para 5.263.351, em 1999). O comportamento do Município de Rio Claro, não é em nada diferenciado da Região Administrativa de Campinas, uma vez que apresentou entre 1970 e 1999 um crescimento populacional de aproximadamente 112%. Outra análise que não pode ser desconsiderada reside

no fato de que o Estado de São Paulo, como um todo apresentou para o período um crescimento de 104%, fenômeno que pode estar relacionado as migrações de retorno, mas que neste presente momento não nos cabe uma análise mais apurada, principalmente pela ausência de dados disponíveis, para realização adequada de tal discussão.

Deste modo e obviamente guardando-se as devidas proporções, pode-se afirmar que tanto o Município de Rio Claro, quanto os demais municípios do Estado de São Paulo, vêm desde a década de 70, sofrendo transformações muito significativas, a ponto de modificar a configuração espacial do Estado como um todo.

Quando ao desenvolvimento urbano do Município de Rio Claro, COSTA (op. cit.), afirma que:

“(...) a relação entre as migrações e o desenvolvimento econômico industrial se faz presente em Rio Claro, pois se verifica a maior proporção de migrantes em regiões que foram formadas a partir do processo de crescimento industrial da cidade, que atraiu grande quantidade de mão-de-obra, constituindo-se na periferização da cidade, e conseqüente ampliação do espaço urbano, com a formação de bairros operários”.

Inúmeras foram as conseqüências imediatas deste crescimento da população urbana quanto da malha urbana de Rio Claro, possibilitada principalmente pela criação de novos loteamentos; o que se verificou foi uma intensificação da desorganização espacial, uma vez que surgiram bairros sem infra-estrutura básica, houve aumento da violência, além do desemprego e de subempregos. (PAES, 1986).

Até o final da década de 60 a expansão da malha urbana de Rio Claro se em áreas digamos ‘isoladas’, ou seja, o crescimento da malha urbana como um todo irá ocorrer somente a partir da década de 70.

V. 5- Análise dos dados da população migrante quanto sua distribuição pelos bairros de Rio Claro⁸.

Antes de analisarmos mais profundamente a questão da distribuição da população pelo Município de Rio Claro, há que se salientar que os dados coletados se referem ao setor da cidade que fica 'além linha'. A escolha desta área da cidade está ligada ao fato de que foi exatamente esta porção da cidade que apresentou maior índice de crescimento nas últimas décadas.

Uma comprovação do crescimento desta área reside no fato de que somadas mais de 40% da população se digiram principalmente para dois bairros que ficam neste setor da cidade o Jardim Chervezon e o Parque Mãe Preta, ambos implantados na década de 70 – (1970 e 1979 respectivamente.).

Tem-se ainda os bairros Jardim Floridiana, Jardim Hipódromo, Arco Íris, Vila Paulista, que são áreas que absorveram entre 10,0% e 15,0% da população migrante.

Os bairros Jardim Conduitta, Jardim Ipanema, Pq. Das Indústrias, Jardim São João, Jardim as Flores, Vila Martins, receberam de 5,0% e 10,0 % do total da população migrante.

Os demais bairros, como Jardim São Caetano, Residencial Florença Pq dos Eucaliptos, Vila Verde, Jardim Ipê, entre outros, mantiveram-se entre 0,10% e 5,0% do total. O mapa que segue, ajuda a visualizar esta distribuição da população.

⁸ Todos os dados analisados neste item, assim como nos itens que se referem ao Grau de Escolaridade e a Ocupação foram baseados no Banco de Dados feito a partir das informações do Cartório Eleitoral.

Na década de 70, Rio Claro mostrava-se como uma área de intensa expansão urbano-industrial e por esta razão recebeu um grande contingente de migrantes rurais. Foi neste período também, que a cidade conseguiu, através de incentivos do poder público (Programa das Cidades Médias) a instalação da maior parte das empresas no distrito industrial. Paralelamente à entrada das indústrias, houve um incremento da população total residente em Rio Claro, tanto da população natural quanto da migrante.

É a partir deste período que também pode ser verificada uma expansão da cidade em praticamente em todas as direções, este comportamento da malha urbana se mantêm na década seguinte, período em que surgem os loteamentos:

TABELA IX – BAIRROS IMPLANTADOS EM RIO CLARO A PARTIR DA DÉCADA DE 70.

BAIRROS IMPLANTADOS EM RIO CLARO A PARTIR DA DÉCADA DE 70.	
Chácara Boa Vista	06/06/84
Chácara Bela Vista	20/09/78
Chácara Primavera	24/02/84
Chácara Luza – 15/03/84	15/03/84
Condomínio Portal De Copacabana	18/10/02
Condomínio Portal Do Sol –	7/10/02
Conjunto Residencial Boa Esperança –	04/01/74
Cecap	06/03/78
Cidade Claret	– 22/04/81
Distrito Industrial	26/08/70 (Instituído e Delimitado) – 25/04/73 (Implantação).
Jardim Alto Do Santana –	16/10/84
Jardim América –	11/08/70
Jardim Azul	17/06/80
Jardim Boa Vista	17/10/84
Jardim Bandeirante	09/02/71
Jardim Bom Sucesso	26/07/82
Jardim Cidade Azul	29/09/72
Jardim Cherveson	14/01/70
Jardim Conduitta	16/11/83

Jardim Di Scarpa	23/09/02
Jardim Das Paineiras	30/12/77
Jardim Esmeralda	15/07/81
Loteamento Rural Jardim Fazendinha	19/08/77
Jardim Floridiana	30/01/81
Jardim Guanabara II	03/81
Jardim Hipódromo II	6/11/84
Jardim Independência	22/09/72
Jardim Ipanema	– 25/08/77
Jardim Inocoop	08/07/77
Jardim Itapuã	30/04/99
Jardim Matheus Manieiro	22/08/72
Jardim Nossa Senhora Da Saúde	15/06/72
Nova Rio Claro	19/06/80
Jardim Novo Horizonte	03/08/71
Jardim Novo I –	13/05/80
Jardim Novo II	30/01/81
Jardim Progresso	18/10/94
Jardim Panorama	29/04/77
Jardim Paulista	21/08/72
Jardim Paulista II	13/12/79
Jardim Residencial Copacabana	09/01/81
Jardim Residencial Das Palmeiras	13/03/81
Jardim Residencial Santa Eliza	15/09/80
Jardim Residencial San Marino	03/02/01
Jardim Santa Clara	25/04/73
Jardim Santa Maria	11/07/80
Jardim Sigal	4/11/80
Jardim São Caetano	– 08/11/79
Jardim São João	24/08/81
Jardim Parque Residencial	19/11/86
Jardim Village	29/11/79
Fontes e Bosques Alam Grey	29/10/80
Nova Veneza	23/01/81
Novo Jardim Wenzel	13/05/81
Parque Mãe Preta	21/12/79
Parque Das Indústrias	06/03/72
Parque São Jorge	23/11/81
Parque Residencial Brasília – (Projeto De Loteamento De Conjunto Habitacional De Interesse Social)	15/04/92
Recanto Paraíso	01/07/76
Residencial Benjamim De Castro –(Conjunto Habitacional De Interesse Social)	01/07/99

De Interesse Social)	
Residencial Dos Bosques (Conjunto Habitacional De Interesse Social)	12/07/99
Residencial Vila Rosa	20/12/02
Recreio Das Águas Claras	01/03/72
Residencial São José	24/10/89
Residencial Das Flores	10/89
Recanto São Carlos	29/07/82
Recanto Das Pedras	18/12/78
Residencial Campestre Vila Rica	03/11/80
Vila Do Rádio	21/03/78
Vila Elizabeth – (Bnh)	14/10/80
Loteamento Residencial Vila Verde	29/10/03

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Claro, Janeiro de 2004.

Rosângela Fileni – (Org.)

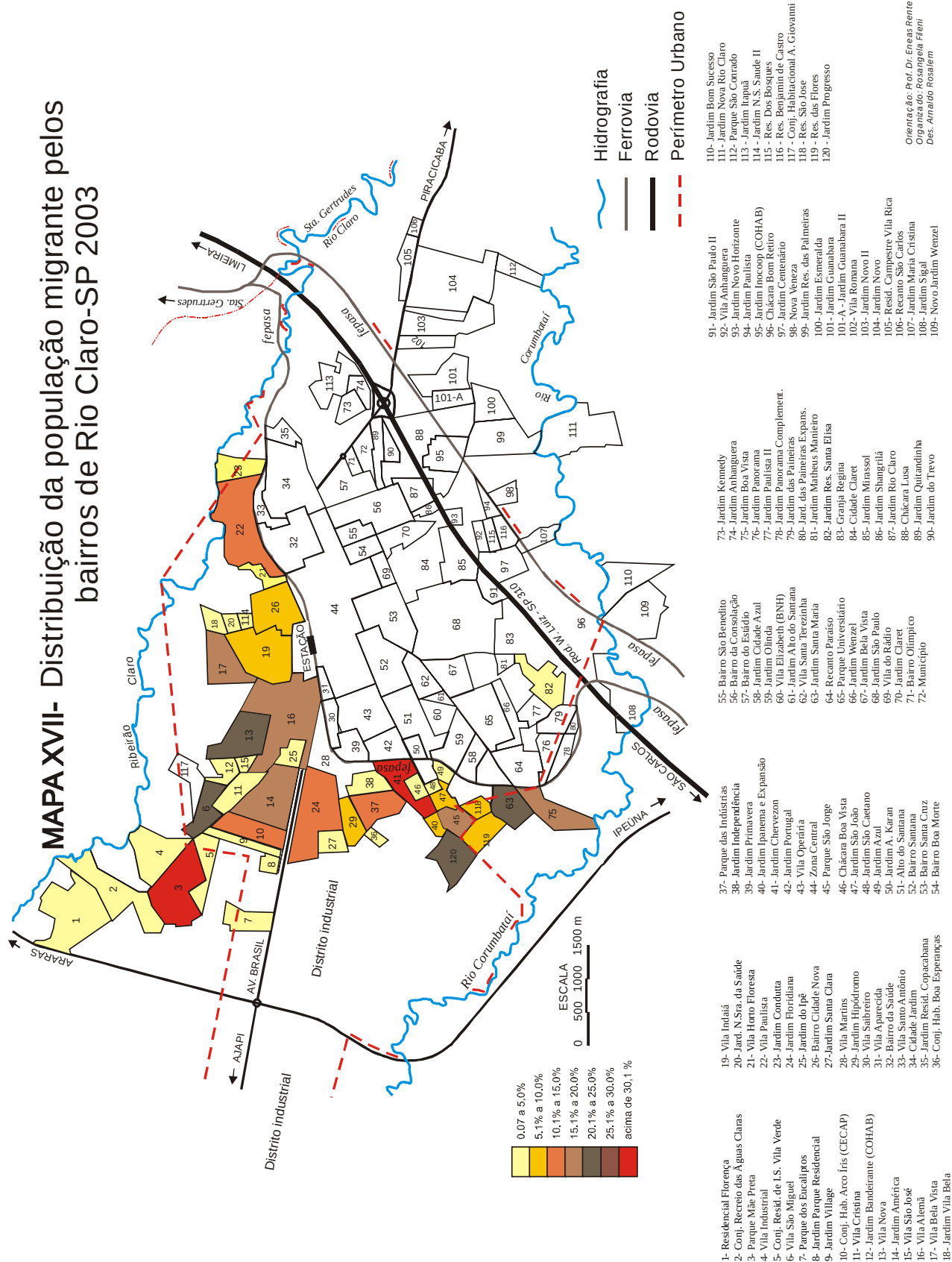
Nos anos seguintes há o que poderia ser chamado de periferização da população pobre, as quais se concentram majoritariamente nas porções Norte e Oeste da cidade. (COSTA,op. cit).

A este respeito PAES (1986: 13) afirma que:

“A associação de um grande volume populacional vivendo em áreas relativamente pequenas, mal equipadas, com carência total ou parcial de serviços públicos, com altos índices de violência urbana, de miséria, de promiscuidade e sujeira e outros fatores, revela uma desorganização espacial com representações de deterioração social que são características desses espaços periféricos”.

Tem-se deste modo, que a expansão da malha urbana do Município de Rio Claro coincide com o período de interiorização da indústria e consequentemente de intenso desenvolvimento econômico da década de 70. O fluxo migratório é atraído pelo recente parque industrial, e necessitava além de moradia, todos os serviços urbanos básicos. Os conjuntos habitacionais que são construídos a partir da década de 70 se destinam principalmente a esta ‘nova’ população.

MAPA XVII- Distribuição da população migrante pelos bairros de Rio Claro-SP 2003



Orientação: Prof. Dr. Eneas Fente Ferreira
Organizado: Rosângela Fieni
Des. Arnaldo Rosalen

V.6- Análise dos dados quanto ao grau de instrução da população migrante.

Ao se analisar a tabela que segue, podemos verificar que o grau de instrução da população migrante para Rio Claro é bastante variado, uma vez que dentre a população migrante existem pessoas tanto analfabetas, quanto aquelas com ensino superior completo.

Pode-se verificar que do total de migrantes cerca de 2% são analfabetos, 5% tem o Ciclo I do Ensino Fundamental⁹ incompleto . Cerca de 33% apresentam o Ciclo I do Ensino Fundamental completo. Quanto ao Ciclo II, tem –se que, 17% da população migrante não concluiu, esta etapa, ao passo que 20.0% dos 6680 migrantes cadastrados concluíram. No que se refere ao ensino superior o que pode ser verificado, é que embora em menor número, estas pessoas também tem se deslocado para o Interior do Estado.

O que se pode concluir dos dados apresentados, é que mesmo, apresentando um número bastante inferior, somam-se aos migrantes que possuem grau de instrução inferior, aqueles com elevado nível de escolaridade, promovendo deste modo, uma mistura de grupos sociais distintos.

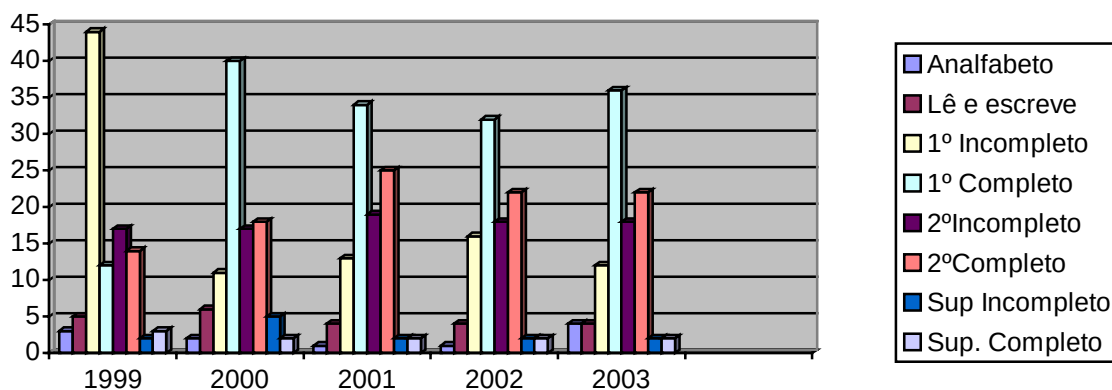
⁹ Os Ciclos I e II do Ensino Fundamental, se referem ao ensino de 1ª a 4ª séries, e ao ensino de 5ª a 8ª séries respectivamente.

**TABELA X – GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE PARA RIO
CLARO – 1999/2003.**

Grau de Instrução	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	% TOTAL	TOTAL
Analfabeto	49	3.0%	23	2.0%	10	1.0%	15	1.0%	46	4.0%	123	2.0%
Lê e escreve	70	5.0%	81	6.0%	48	4.0%	61	4.0%	45	4.0%	305	5.0%
1º Incompleto	644	44.0%	153	11.0%	170	13.0%	229	16.0%	142	12.0%	1196	18.0%
1º Completo	165	12.0%	534	40.0%	440	34.0%	453	32.0%	436	36.0%	2028	33.0%
2º Incompleto	231	17.0%	224	17.0%	225	19.0%	262	18.0%	223	18.0%	1165	17.0%
2º Completo	196	14.0%	238	18.0%	321	25.0%	319	22.0%	271	22.0%	1345	20.0%
Sup. Incompleto	27	2.0%	68	5.0%	29	2.0%	76	2.0%	27	2.0%	227	3.0%
Sup. Completo	48	3.0%	21	2.0%	22	2.0%	26	2.0%	22	2.0%	139	2.0%
TOTAL	1420	100%	1341	100%	1265	100%	1442	100%	1212	100%	6680	100%

Fonte: Base de dados do Cartório Regional Eleitoral – 1999/2003.
Rosângela Fileni – Org.

**GRÁFICO XII - GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE –
1999/2003**



Fonte: Base de dados do Cartório Regional Eleitoral – Zona 288. 1999/2003
Rosângela Fileni – Org.

Analisando-se o gráfico mais atentamente, pode-se verificar que embora o número de pessoas que se deslocaram para Rio Claro, seja em sua grande maioria formado por pessoas de grau de instrução inferior, existe um considerável aumento do número de pessoas que ao menos atingiu o Ensino Médio, reforçado a idéia de que os fluxos migratórios não são formados apenas por pessoas de baixíssima renda em busca de melhores condições de vida e sem qualificação profissional.

V. 7- Análise da ocupação da população migrante 1999-2003.

No que se refere a ocupação da população migrante, pode-se afirmar que não há o que se poderia chamar de uniformidade, uma vez que estas pessoas se ocupam das mais variadas atividades. São encontrados desde desempregados, ambulantes, pessoas sem emprego fixo, até mesmo empresários, médicos, professores universitários, entre outros.

O que se pode verificar é que as atividades que não exigem elevada qualificação profissional, há uma maior concentração de migrantes. Dentre estas atividades podemos destacar a prestação de serviços como: pedreiros (4,0%), pintores (2,0%), empregadas domésticas (6,0%), vendedores (2,0%). Nas atividades auxiliares ou serviços gerais da indústria chega-se a 12,0%.. Dentre aqueles de pouca qualificação podem ser destacados os trabalhadores rurais (2,0%). Já atividades que exigem uma maior qualificação profissional se somados não os professores, médicos, engenheiros, químicos, assistentes sociais, psicólogos, biólogos, geólogos, não atingem a cifra dos 10,0 % do total.. Existem ainda aqueles que vieram para Rio Claro, mas que não possuíam uma situação profissional definida, esse grupo definido como 'outros'¹⁰, representa 12,0% da população migrante. Tem-se ainda os estudantes, os quais somados chegam a 20, 0% do total¹¹.

¹⁰ Outros foi a identificação dada pelo Cartório aqueles que não possuíam uma profissão definida.

¹¹ Este número elevado está diretamente associado ao fato de que o alistamento eleitoral torna-se obrigatório quando o indivíduo completa 18 anos, e nesta idade a maioria das pessoas estão concluindo o Ensino Médio.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente é uma tarefa difícil dar um trabalho de pesquisa por acabado, a sensação que se tem é sempre se pode aprofundar mais, sempre se pode descobrir ao novo. Por esta razão preferimos dizer que este trabalho de pesquisa, é uma pesquisa ‘em andamento’. Uma etapa do trabalho foi concluída, justamente a análise da maneira como se deu a participação do Município de Rio Claro dentro do processo de espraiamento da indústria paulista a partir da década de 70.

Observou-se também que o Município que até final da década de 60, se mostrava estagnado, a partir da década seguinte encontra um desenvolvimento em ritmo acelerado, com a implantação de indústrias de médio e grande porte, e multinacionais, e o surgimento de novos bairros residenciais e a implantação do Distrito Industrial.

Quanto aos migrantes que tiveram Rio Claro como destino, podemos afirmar que aqui podemos encontrar pessoas de todas as Regiões do país, entretanto, confirmando a tese da relação entre a interiorização da indústria paulista e os fluxos migratórios, temos que a área que justamente mais perdeu população para o Município de Rio Claro, foi a área mais industrializada do país – a Região Metropolitana de São Paulo.

Tem-se deste modo, a razão pela qual afirmamos anteriormente esta obra como inacabada, pois o processo de redistribuição espacial da população é contínuo e acarreta uma série de transformações estruturais e justamente por isso deve ser continuamente estudado.

CAPÍTULO VII - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. de; RIBEIRO, M. A. C. Análise da Organização Espacial da Indústria na Região Sudeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 55, n.1, p. 61-89, 1993.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Brasília: IPEA, mar.1998. **(Texto para discussão, 554)**.

ANTICO, C. et al Dinâmica Migratória no Estado de São Paulo. In: HOGAN, D. J. **Migração e ambiente em São Paulo** – aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. p. 61-123.

ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PVC. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, v.2, 1996. p. 705-724.

ARAÚJO, M. de F. I., Uma Nova Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.6, n.3, p. 55-59, jul. /set. 1992.

ARAÚJO, M. de F. I. Trajetória Econômica e Espacial da Metrópole Paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.7, n.2, p. 29-37, abr. /jun. 1993.

ARAÚJO, M. de F. I.; PACHECO, C. A. **A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80**. Cenários da urbanização Paulista, documento básico. São Paulo: SEADE, 1992. (Coleção São Paulo no limiar do século XXI, n. 6).

AZZONI, C.R. Economia de São Paulo: ainda locomotiva? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.7, n.2, p. 2-13, abr. /jun. 1993.

AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos São Paulo**, n. 16, 1986.

AZZONI, C. R. **Onde produzir?** Aplicação da Teoria da Localização no Brasil. São Paulo: IPÊ/USP, 1985.

BAENINGER, R. Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na dinâmica migratória paulista. In: HOGAN, D. J. **Migração e ambiente em São Paulo** – aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. p.173-229.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas:** migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 1996. **Coleção Campiniana**.

BAENINGER, R. **Redistribuição espacial da população:** características e tendências do caso brasileiro. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografia CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1996. 39p. Documentos recentes.

BAENINGER, R.; BOGUS, L. M. M. Processos migratórios no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1990. p. 427-460.

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da, Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.2, abr./jun. 1996.

BAENINGER, R. CUNHA; J. M. P. da, Processo de Metropolização e Migração: análise comparativa entre São Paulo e Campinas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.4, p. 109-116, out. /dez. 1994.

BALÁN,G. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. In: BALÁN, J. (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BALTAR, P. E. de A., Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 6, 1988, Olinda. **Anais...**Olinda: ABEP, 1988.

BALTAR, P. E. de A.; DEQUECH FILHO, D. Diferenças de renda do trabalho entre regiões metropolitanas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.4, n. 2, p. 73-77, jan./jun. 1990.

BELTRÃO SPÓSITO, M. E. O centro e as formas de expressão da centralização urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1991.

BELTRÃO SPÓSITO, M. E. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001.p. 609.

BENKO,G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BENKO, G., LIPIETZ, A., **As regiões ganhadoras** – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oieras: Celta ,1994.

BILSBORROW, R. E. (Org.) **Migration, urbanization and development**: new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BITOUN, J. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In:

BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas.** São Paulo: Ed. da UNESP/Presidente Prudente, 2001. pp. 291-310.

BOGUS, L. M. M. **(Re) Urbanização: por que e para quem?** São Paulo: USP, 1987. 175 p. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Migração interna no Estado de São Paulo: regionalização econômica e redistribuição populacional. **Conjuntura Demográfica.** São Paulo, v.4, n. 7-16, jul. /set. 1988.

BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no Interior Paulista: desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 9, n.3, p. 62-70, 1995.

BRITO, F. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro.** 1997. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

CAIADO, A., A economia paulista nos anos noventa. In: HOGAN, D. J. **Migração e ambiente em São Paulo** – aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. p.233-272.

CAIADO, A.S.C. Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 10, n.2, 1996.

CAMARANO, A.A.; BELTRÃO, K. I.; NEUPRET, R.F. **Século XXI: a quantas andarás a população brasileira?.** Brasília. IPLAN, fev. 1989.

CAMARGO, A. B. M.; MONTALI, L. **Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população.** In: O Jovem na Grande São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 1988. **Coleção Realidade Paulista.**

CANO, W. **A nova realidade da indústria paulista:** subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo. Campinas: IE/UNICAMP/FECAMP, 1994. Relatório de Pesquisa.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, jun./1997.

CANO, W. **A política de desenvolvimento urbano no Estado de São Paulo:** síntese e subsídios para a gestão urbana integrada. Campinas: Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Núcleo Interno de Economia Social, Urbana e Regional, 1992.

CANO, W. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil Urbano.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995 a.

CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R.; SILVA P. L. B., **A federação em perspectiva:** ensaios selecionados. São Paulo: Fundap, 1995b. p. 399-416.

CANO, W. (Coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo: Fundação SEADE, 1988 a. v. 1-3. **Coleção Economia Paulista.**

CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. Mimeografado.

CANO, W. Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e da urbanização. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. – **A Interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988. v.1, p. 107-131.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global;Campinas: Editora UNICAMP, 1985.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 2, p. 105-111, 1983.

CARLOS, A. F. A. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: USP, Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, A.F.A. **Espaço e Indústria**. São Paulo:Contexto/EDUSP, 1998.

CASTILLO, R. Aproximações sobre o tema da análise geográfica da urbanização e da fragmentação na era das novas tecnologias da informação. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 175-210.

CLARO, L. F. T., **Cidades médias, industrialização e agricultura no interior do Estado de São Paulo**. 1989. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1989.

CORDEIRO, H. K. A “Cidade Mundial” de São Paulo e a Recente Expansão de seu Centro-Metropolitano. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p. 5-26, 1992.

CORDEIRO, H.K. Os principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 16-17, n. 31-34, p.153-196. 1986/87.

CORREA, R.L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v. 51, n. 2, p. 17-32. abril/junho. 1989.

COSTA, W. M. da Notas preliminares sobre o caráter da formação territorial brasileira. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.2, p.91-95, 1984.

COSTA, R.H.M.R. **Os migrantes nacionais em Rio Claro e sua inserção no espaço urbano**. 1996. 196 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

CUNHA, J. P. M. A migração nas regiões administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.4, n.2, jul./dez. 1987.

CUNHA, J. P. M. **Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 300f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, J. P. M. (Coord.). **Projeto Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo**: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. Relatório Final.

CUNHA, J. M. P. As correntes migratórias para Grande São Paulo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.1, n2, p. 6-15, 1987.

CUNHA, J. M. P. A mobilidade intra-regional na metrópole: consolida-se uma questão. **Travessia**, Revista do Migrante, São Paulo, v.8, n.23, p. 5-10,set./dez., 1995.

CUNHA, J. M. P. da, Migração intrametropolitana em São Paulo: características de um fenômeno multiface. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS,1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1990. v.1,p.489-519.

DAVIDOVITCH, F. "Elementos da Urbanização no Sudeste do Brasil", **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 139-157.abril/junho, 1987.

DAVIDS, N.C. **Poder local**: aparência e realidade. 1968. 237f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, Rio Claro, 1968.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. **Geografia**: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.31, n.1, p. 35-64, set. 1993.

DEAN , W. **Rio Claro**. Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEDECCA, C. S.; FERREIRA. S. PIRES Crescimento econômico e população economicamente ativa. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 43-55, jul./set. 1988.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses**. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUARTE, A. Capdeville. Regionalização – Considerações Metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.10, n.20, p. 5-32, 1980.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.29, p. 98-119, mar. 1991.

FELICÍSSIMO, J. R. Descentralização Político-Administrativa. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 5, n. 4, p. 60-72, out. /dez. 1991.

FERREIRA, C.E. de C., Projeções demográficas para São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.2, p. 45-49, jul./set. 1987.

FERREIRA,J.M.N.; RODRIGUES, M. Absorção dos Migrantes pelo mercado de Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n. 2, p. 16-27, jul./set. 1987.

FERREIRA,E.R. Diagnóstico dos Fluxos de ônibus em Terminais Rodoviários. Rio Claro. Departamento de Geografia. IGCE/UNESP. 2003. Mimeografado.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**.São Paulo: SEADE, maio 1988. v. 1.

GARCIA, L.B. dos R. O processo de formação do capital industrial no Estado de São Paulo: 1880 a 1930. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.10, n.20, p. 61-97,1985.

GARCIA, L.B. dos R. Imagens do Passado: Café, Ferrovia e a Cidade de Rio Claro. **Geografia**, Rio Claro, 19,n. 2 p. 149-166, out. 1994.

GARCIA, L.B. dos R. **São João do Rio Claro: a aventura da colonização**. 2002. 234 f. Tese (Livre-Docência), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

GEIGER, P. P. Novas estruturas urbano-regionais: a categoria região-cidade global. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 535-548.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 21-47, 1982.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva:** ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

GONÇALVES, M. F. Novas configurações no desenvolvimento urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 38, p. 39-53, 1994.

GOTTIDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993. 76p.

GUNN, P. Urbanização no Sudeste: dominação das Metrópoles? In:

GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil Urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos:** O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOGAN, D. J. et al (Orgs.) **Migração e ambiente em São Paulo** – aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. 518p.

HOLLANDA FILHO, S. B. de Migrações Internas e a distribuição regional da renda no Brasil: 1970-1980. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19, n.3, p. 389-416, set./dez. 1989.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930/1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, O. Cidade e Modernidade. In: SOUZA, M. A., et al (Org.). **Metrópole e globalização conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

JANNUZZI, P. de M. **Mobilidade ocupacional e social dos migrantes no Estado de São Paulo: 1980/1993, 1998**. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

JÓIA, C. **A Estruturação do Pólo Tecnológico de Campinas: contribuição ao estudo dos espaços industriais de Alta Tecnologia**. 1992. 147 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

KUGELMAS, E. Políticas públicas na administração paulista – 1946/1977. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 9, 1985.

LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAMPARELLI, C., A metropolização como uma das formas de urbanização. In: SEMINÁRIO METROPOLIZAÇÃO E REDE URBANA: perspectivas dos anos 90. 1990, Rio de Janeiro: ANPUR/IPPUR, 1990. **Coletânea de Textos**.

LANGENBUCH, J.R. **A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

LANGENBUCH, J. R. O Fenômeno da Contra-Urbanização e seu Estudo. **Geografia**. Rio Claro, v.24, n.1, p. 27-84, abril, 1999.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, H. M. (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980.

LEMOS, A. I. G. As Transformações da Metrópole Paulistana nos anos 80. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 6, p. 113-118, 1992.

LENCIONI, S. São Paulo:110 anos de industrialização 1880/1990. **Isto é/ Senhor**, São Paulo, 1992.

LENCIONI, S. Mudanças na Metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n.12, p. 27-42.1998.

LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo**: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M. Território Globalização e Fragmentação. 2. ed.São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 198-210.

LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo**. 1991. 286f. Tese (Doutorado em Geografia Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LENCIONI, S. Agricultura e urbanização. A intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n.4, p.41-51, 1985.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo:EDUSP, 1999. (Acadêmica,25).

LENCIONI, S. A mudança no discurso desenvolvimentista face à crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n.6, p. 80-89,1992.

MACHADO, P. J. de O. O Processo Migratório em Juiz de Fora/MG. **Geografia**, Rio Claro, v.21, n.2, p. 173-189, out. 1996.

MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n.2, p. 3-8, 1996.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINE, G., A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.) **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/EDUNESP, 1995. p. 61-91.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista de Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, ABEP, v.1,2, jan./dez., 1984.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília, IPEA, 1994. 43p.

MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil**: determinantes e implicações. Brasília: Instituto SPN, 1992. 29p. **Documento de Trabalho 11**.

MARTINE, G. Migração e metropolização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 28-31, jul./set. 1987.

MARTINS, J. de S. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia**: Revista do Migrante, São Paulo, v.1, n.1, p. 5-8, maio/ago. 1988.

MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA, H. (Coord.) **Migração Interna**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MELO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, A.A. **Implantação industrial em Sumaré**: origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da Interiorização da Indústria no Estado de São Paulo. 1991.177 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

MENDES, A.A.; SAMPAIO, S.S. Dinâmica Locacional Intra-Urbana das Indústrias: o caso da cidade de Rio Claro – SP. **Geografia**. Rio Claro, v.12, n.24, p. 61-84, out. 1987.

MOTTA, D.; MUELLER, C.; TORRES, M. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**., Brasília: IPEA, 1997. 32p. **Texto para Discussão 530**.

MOURA, R. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 331-358.

NEGRI, B. **A interiorização da indústria Paulista 1920-1980**. A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: FSEADE/UNICAMP, 3v. 1988. **Coleção Economia Paulista**.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

NEGRI, B. Industrialização e Terceirização do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.6, n.3, p. 94-99, jul. /set. 1992.

OLIVEIRA, D. L. C. M. de; SAMPAIO, S.S. Mercado de Trabalho Industrial e a Questão do “Gênero”: Uma análise do Trabalho Feminino em Indústrias de Rio Claro. **Geografia**, Rio Claro, v.27, n.2, p. 7-39, ago, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re (li) gião**. Sudene. Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos sobre o Nordeste).

OLIVEIRA, L. E. G. Algumas considerações sobre a implantação de Distritos Industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.38, n.4, p. 22-69, 1976.

OLIVEIRA, M. C. Mercantilização e urbanização em São Paulo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Brasília. **Anais...**Brasília: ABEP, 1988.

OLIVEIRA, D.L.M. de, **Mercado de Trabalho Industrial e a questão do “Gênero”**: Uma análise do Trabalho Feminino em Indústrias de Rio Claro, S.P Dissertação. 2000. 166f. (Mestrado em Organização do Espaço) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

PACHECO, C.A. **Os aglomerados urbanos de São Paulo**: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista. Campinas: SPG/FECAMP, 1992. Relatório de Pesquisa. Terciarização e Precarização da Estrutura Ocupacional dos Anos 80. Projeto Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo.

PACHECO, C. A. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ABEP, 1998. p. 31-65.

PACHECO, C. A., PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: anos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais...**Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.

PAES, M. T. D. **População, espaço e trabalho em área periférica**: Norte de Rio Claro. Rio Claro: UNESP, 1986.

PATARRA, N.; BAENINGER, R.; BÓGUS, L.; JANNUZZI, P. (Org.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP. IE, 1997.

PENHA, E. A. IBGE e a Organização do Espaço Geográfico Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.55, n.1, p. 147-156, 1994.

PERILLO, S. R. Migração no interior do Estado de São Paulo: a Região de Governo de São José do Rio Preto. **Conjuntura demográfica**, São Paulo, v.12, n. 1-5, jul. /set.

PIERRE, M. **Pioneiros e Fazendeiros**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PINTAUDI, S. M. Políticas públicas e municipais: entre o local e o mundial. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 283-290.

PONTES, B. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel de organização do espaço regional (década de 1970). In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 569-608.

PONTES. M.B.S. A estratégia de desenvolvimento no II PND: a estratégia industrial. **Revista Geografia**, São Paulo, v.2, p.77-81, 1983.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, O.T.M.M. **A expansão do sistema de abastecimento de água e destinação dos esgotos de Rio Claro – SP**: Uma análise crítica. Rio Claro. 1994. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.

RAVENSTEIN, E.G. (1885). As leis da migração. In: MOURA, H. **Migração interna** :Textos selecionados. Fortaleza: BND/ETENE, 1980.

RIBEIRO, M. A. C.; ALMEIDA, R. S. de. Análise da organização espacial da indústria na Região Sudeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. v.55, n.1,61-107.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR., O.A. (Org.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

REIS, C. M. **Relações de Trabalho na atividade industrial de Rio Claro(SP)**: uma contribuição ao estudo do processo global de reestruturação produtiva da indústria. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003. Relatório de Pesquisa.

RONCHEZEL, J.A. A Fala e o Fato: Limites da Descentralização Industrial do Estado de São Paulo. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 13, n.25, p. 5-26, 1983.

ROSSINI, R. E. A população brasileira: trabalhar e sobreviver. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, n. 7, p. 101-121, 1994.

SALLES, M. do R. R. **Migração e mudança social**. 1973. 345 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1973.

SAMPAIO, S. S. Padrões de distribuição industrial no Estado de São Paulo: áreas mais representativas 1950 a 1970. **Revista de Geografia**, São Paulo, v.1, p. 07-24, 1982.

SAMPAIO, S.S. **A industrialização de Rio Claro**: contribuição ao estudo da Desconcentração Espacial da Indústria no Estado de São Paulo. *Geografia*, v.12, n.24, p. 1-60, 1987.

SANTOS, M. **A natureza e o espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. São Paulo. Metrópole internacional do Terceiro Mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.7, p. 7-24, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, S. **The global city**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

SCARIM, P. C. Os resíduos da (re)espacialização industrial: a crise da cidade ou seu renascimento? In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 523-534.

SCOTT, A. A economia metropolitana. In: BENKO, G. LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras** – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oieras: Celta Editora, 1994. p. 63-73.

SILVA, M. de A. **A Dinâmica Populacional e a Administração Municipal**: Uma Revisão da Literatura Corrente e Análise de Experiências. 2000. 154 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: **ECONOMIA Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SOUZA, M. L. de. Da fragmentação do tecido sócio-político-espacial da metrópole à desmetropolização relativa: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 391-420.

SOUZA, M. J. L. de Urbanização e desenvolvimento, rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores símbolos de desenvolvimento à luz da experiência recente. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.56, n.1, p. 255-291, 1994.

SPÓSITO, E. S. Políticas públicas: teoria, prática e ideologia. In: BELTRÃO SPÓSITO, M. E. **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas**. São Paulo: EDUNESP, 2001. p. 311-330.

STORPER, M.; SCOTT, A.J., High technology industry and regional development: a theoretical critique and reconstruction. **International Social Science Journal**, Boston, n. 112, p. 215-232, 1987.

TAPIA, J. R. B. **Os pólos tecnológicos no Estado de São Paulo**: uma avaliação crítica. Campinas: SEADE/FECAMP, 1993. Relatório de pesquisa.

TARTAGLIA, J.C.; OLIVEIRA, O. L. **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: EDUNESP, 1988.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.3, n.2, jul./dez. 1986.

TELLES, V. da S. A Pobreza como Condição de Vida: Família, Trabalho e Direitos entre Classes Trabalhadoras Urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n. 2, p. 37-45, abr. /jun. 1990.

TREVAS, Vicente Carlos Y Plá; NASCIMENTO, César Oller do. O Centro da Cidade de São Paulo: trabalho, renda e desigualdade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n. ¾, p. 64-68, jul. /dez. 1990.

VAINER, C. B. Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos (um roteiro para discussão no GT de Migrações). In: Reunião dos grupos de trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas: NEPO/UNICAMP, dez. 1991.

VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. São Paulo: Nobel, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.

VÉRAS, M. P. **Entre o local e o global**: políticas urbanas, espaços e sujeitos da cidade mundial. Caxambu, 1996. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS.

VERNON, R. International Investment and International Trade in the production cycle. **Quarterly Journal of Economics**, New York, v.80, p. 190-270, 1966.

ZUICHES, J. J. Residential preferences in migration theory. In: **NEW** direction in rural migration: the population turnaround in America. Academic Press: New York, 1980.